

SOFIA CREATO BONFATTI

**NARRATIVAS INTERATIVAS DE ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADOS SOBRE O (DES)ABRIGAMENTO**

PUC-CAMPINAS

2017

SOFIA CREATO BONFATTI

**NARRATIVAS INTERATIVAS DE ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADOS SOBRE O (DES)ABRIGAMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

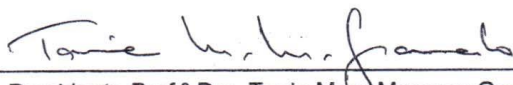
Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato.

PUC-CAMPINAS

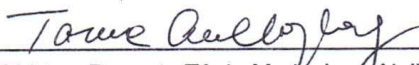
SOFIA CREATO BONFATTI

**NARRATIVAS INTERATIVAS DE ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADOS SOBRE O (DES)ABRIGAMENTO**

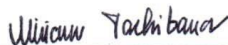
BANCA EXAMINADORA



Presidente Prof.^a Dra. Tania Mara Marques Granato



Prof.^a Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg



Prof.^a Dra. Miriam Tachibana

PUC-CAMPINAS

2017

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.7
B713n

Bonfatti, Sofia Creato.

Narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre o (des)abrigo / Sofia Creato Bonfatti. - Campinas: PUC-Campinas, 2017.
139f.

Orientadora: Tânia Mara Marques Granato.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Inclui anexo e bibliografia.

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Abrigos para desabrigados. 3. Adolescentes - Conduta. 4. Psicanálise do adolescente - Estudo de caso. I. Granato, Tânia Mara Marques. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t155.7

AGRADECIMENTOS

Aos adolescentes participantes por compartilharem suas histórias e permitirem que eu me encontrasse com seus afetos e por muito me ensinarem sobre a arte de (sobre)viver.

Aos meus pais Marli Aparecida Creato Bonfatti e Antonio Aparecido Bonfatti por me concederem a oportunidade de realizar um sonho tão antigo em minha memória: o de ser psicóloga.

Aos meus queridos avós Antonia Diomar Vito Creato e Armando Creato pelos inesquecíveis gestos de amor, ternura e cuidado.

Ao Diego José Polo pelo incentivo constante de superar as minhas próprias barreiras.

À minha orientadora, Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato pelo *holding* suficientemente bom, pela honestidade científica e o incentivo para que novos caminhos fossem vislumbrados.

Às examinadoras da minha banca de qualificação, Profa. Dra. Elisa Corbett e Profa. Dra. Vera Engler Cury, pelas contribuições valiosas que impulsionaram a finalização desta pesquisa.

A minha querida amiga Luísa Bastos Gomes pela escuta sensível que me acompanhou nesta jornada e pela sua preciosa amizade.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, Marina Autuori, Letícia Jóia Ribeiro, Mariana Biffi, Antonio Richard Carias e Vivian Pekny por criarem um terreno fértil de crescimento acadêmico e pessoal.

À equipe da instituição de acolhimento, na qual o estudo foi realizado, pela receptividade calorosa.

À toda equipe do Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ensinamento

*Minha mãe achava estudo
coisa mais fina do mundo.*

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,

ela falou comigo:

"Coitado, até essa hora no serviço pesado".

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.

Adélia Prado

RESUMO

Bonfatti, S. C. (2017). *Narrativas Interativas de adolescentes institucionalizados sobre o (des)abrigo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

No horizonte das pesquisas sobre o acolhimento institucional observa-se pouca ênfase à saída do adolescente do abrigo, mesmo naqueles estudos que se debruçam sobre a experiência emocional dos jovens abrigados. Desse modo, o objetivo deste trabalho consiste em compreender a experiência emocional de adolescentes institucionalizados frente à futura saída do abrigo, tendo como fio condutor a história de abrigo e desabrigo desses jovens. Como recurso metodológico foi utilizada uma Narrativa Interativa (NI) que consiste em uma história fictícia elaborada pela pesquisadora para que os participantes criem um desfecho para o drama apresentado por dois personagens adolescentes que se veem diante da possibilidade de um deles sair do abrigo. Catorze adolescentes participaram do estudo cujo enquadre se configurou como uma entrevista coletiva com 10 meninas, uma entrevista coletiva com 3 meninos e uma entrevista individual com 1 menina. O relato dos três encontros foi registrado na forma de Narrativas Transferenciais e, posteriormente, tomado para análise psicanalítica em conjunto com o material das NI. Dessa interpretação resultaram três campos de sentido afetivo-emocional que traduzem dramaticamente a experiência dos participantes: o campo **“É muito peso para uma pessoa só”**, que apresenta o ambiente insuficiente que antecedeu a institucionalização; **“Quero morar com a minha mãe”**, que alude ao desejo de retornar à família de origem, usualmente acompanhado pela idealização das figuras parentais; e **“Um berço que lhe serviu de mãe”**, que revela a ambivalência dos participantes frente ao afeto do lar colocado em oposição à segurança do abrigo. Concluímos que a saída do abrigo como experiência de desalojamento convoca a elaboração psíquica dos desabrigoamentos anteriormente vividos, os quais resultam no mencionado sentimento de despreparo do jovem para a saída da instituição. Nesse contexto de desamparo e negligência sempre revividos, os participantes reivindicam um cuidado sensível que alie o cuidado técnico ao afetivo de modo a superar dissociações e fortalecer-se para a futura saída para o mundo.

Palavras-chaves: Abrigos, Narrativa Interativa; psicanálise

ABSTRACT

Bonfatti, S. C. (2017). *Interactive narratives of adolescents in institutionalized systems about (un)sheltered conditio*. Masters Dissertation, Postgraduate Program in Psychology, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Within the context of the researches about institutional sheltering, we can observe little emphasis on the adolescent's departure from the shelter home, even in studies which focus on the emotional experience of the sheltered young people. Therefore, the main objective of this study was to investigate the emotional-affective sense attributed by sheltered adolescents to the moment of departure from the institutional shelter, having as its guiding principle the story of sheltering and departing from the shelter home. As methodological resource, we used an Interactive Narrative (IN) which consisted of a fictitious tale designed by the researcher so that the participants would create an ending for the drama presented by two adolescents that see themselves facing the possibility of one of them leaving the shelter home. Fourteen adolescents participated of this study whose frame has configured as one collective interview with 10 girls, one collective interview with 3 boys and one individual interview with 1 girl. The account of the three encounters was registered in the shape of the Transferential Narratives and, subsequently, taken for psychoanalytical analysis concurrently with the data from the IN. From this interpretation, three fields of emotional-affective sense which were able to translate dramatically the participants' experience: the field **"It's too much for one person to handle by herself"**, which presents the insufficient environment that preceded the institutionalization; **"I want to move back in with my mother"**, which alludes to the desire of returning to the family of origin, usually accompanied by the idealization of the parental figures; and **"A cradle that stood in for a mother"**, which reveals the ambivalence of the participants when facing the affection from their home in opposition to the safety of the shelter home. We conclude that the departure from the institutional shelter as a dislodging experience calls for the psychic elaboration of the previously experienced dislodgments, which have resulted in the aforementioned feeling of unpreparedness to leave the institution. In this context of abandonment and neglect always relived, the participants demand a tender care which combined the technical care to the affective so as to overcome the dissociations and to strengthen themselves for the future departure to the world.

Keywords: Institutional Sheltering; Interactive Narrative; psychoanalysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NI	Narrativa Interativa
NoB-Suas	Norma operacional Básica da assistência Social
NT	Narrativa Transferencial
ONG	Organização não-governamental
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualizando o abrigo de crianças e adolescentes no Brasil	14
1.2 Modalidades de acolhimento	19
1.3 A permanência no Abrigo: o mito da provisoriedade.....	23
1.4 A preparação para o desligamento	28
CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	32
2.1 Considerações sobre a pesquisa qualitativa e o método psicanalítico	32
2.2 Os recursos metodológicos: o narrar e as Narrativas Interativas.....	34
2.3 O encontro com os adolescentes.....	37
2.4 Interpretação do material narrativo	39
2.5 O Abrigo: visitando a casa dos adolescentes	42
2.6 Cuidados éticos.....	44
CAPÍTULO 3. NARRATIVAS INTERATIVAS	46
Aurora, 14 anos	46
Maria, 13 anos	47
Alice, 12 anos	49
Cachinhos Dourados, 13 anos.....	55
Esmeralda, 13 anos	57
Branca de Neve, 12 anos.....	59
Chapeuzinho Vermelho, 12 anos.....	59
Anastasia, 15 anos.....	62
Cinderela, 14 anos.....	64
Ariel, 15 anos	64
Rapunzel, 16 anos	65

João, 15 anos	66
Peter Pan, 12 anos	67
Simba, 17 anos	68
CAPITULO 4. NARRATIVAS TRANSFERENCIAIS	69
Narrativa Transferencial 1 – Grupo de meninas	69
Narrativa Transferencial 2 – Grupo de meninos	76
Narrativa Transferencial 3 – Enquadre individual.....	83
CAPITULO 5. ENCONTROS, AFETOS E SEPARAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE O ENCONTRO COM OS PARTICIPANTES	87
CAMPO 1: “É muito peso para uma pessoa só”	88
CAMPO 2: “Quero morar com a minha mãe”	96
CAMPO 3: “Um berço que lhe serviu de mãe”	102
CAPITULO 6. REFLEXÕES SOBRE O ABRIGAMENTO E DESABRIGAMENTO DE JOVENS	109
CAPITULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	116
ANEXO I- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PUC CAMPINAS	129
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	133
ANEXO III- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	135
ANEXO IV CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES A PARTIR DA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS	137

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho decorre de um interesse antigo de trabalhar com situações marcadas pela vulnerabilidade e desamparo de crianças e adolescentes retirados do seio familiar, interesse este que veio se fortalecer durante a graduação em Psicologia na PUC de Campinas. Quando me aproximei da teoria winnicottiana e os conceitos fundamentais que a sustentam como o do ambiente suficientemente bom, passei a me questionar sobre as situações de privação, violência e abandono que ocorrem tão frequentemente no seio das famílias brasileiras, comprometendo o desenvolvimento emocional das crianças por roubar-lhes a base de segurança a que todas deveriam ter direito.

Tomados de um ponto de vista pessoal ou profissional, tais questionamentos me levaram a buscar o grupo de pesquisa Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção do programa de Pós-graduação da PUC-Campinas. Aproximando-me das questões estudadas pelo subgrupo, do qual faço parte, no campo da parentalidade fui delineando meu objeto de estudo, adotando o abrigo como o campo desta pesquisa de mestrado.

Adentrando no abrigo para compreender a experiência emocional dos adolescentes novas questões emergiram, especialmente as demandas emocionais das crianças institucionalizadas. Entre idas e vindas ao campo, a pesquisa sofreu algumas alterações, inclusive de objetivo, quando o tema do desabrigo me saltou aos olhos, expondo a instabilidade do abrigo, com os rompimentos e separações vividos cotidianamente pelos adolescentes que lá residem.

A cada nova visita que eu fazia novos rostos surgiam, enquanto outros não estavam mais lá. Passei a me interrogar, desde o meu imaginário, sobre a experiência do adolescente institucionalizado: Por que estou sendo afastado do convívio familiar? O que vai acontecer com meus pais ou minha família enquanto eu estiver no abrigo? Quando vou sair de lá? Como será a minha vida após a saída do abrigo? Como integro experiências passadas e presentes de modo a sustentar o meu futuro? Impulsionada pela compreensão de Winnicott sobre o

cuidado parental suficientemente bom como o solo onde as crianças crescem e se desenvolvem, decidi me aproximar desse novo ambiente que é oferecido a crianças e adolescentes sempre que o cuidado familiar é identificado como negligente ou invasivo. Partindo dessa primeira transição que leva o menor do lar para o abrigo pude tocar, ainda que sutilmente, pela via da imaginação e da ficção, a experiência de ser continuamente desabrigado.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando o abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil

Para compreendermos a atual situação das instituições de acolhimento no Brasil faz-se necessário contextualizar brevemente o processo de institucionalização de crianças e adolescentes. Embora os antigos orfanatos tenham sido extintos, os resquícios de um modelo repressivo e de controle social ainda se fazem presentes em inúmeros abrigos no Brasil.

Explicitar seu modo de funcionamento nos parece relevante, uma vez que a instituição de abrigamento representa a principal fonte de apoio da rede social e afetiva da criança ou do adolescente, além de ser um ambiente de sustentação emocional e constituição da identidade (Moré & Sparetta, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Resgatar algumas das principais transformações pelas quais as instituições de acolhimento passaram visa tão somente oferecer um pano de fundo para a compreensão da experiência de abrigamento e de desabrigamento desde o ponto de vista da criança ou do adolescente.

A política de atendimento à infância e à juventude em situação de abandono e violação de direitos vem sofrendo transformações à medida que a criação e a aplicação de políticas de atendimento saíam do domínio da Igreja, passando por profissionais filantropos até ser de responsabilidade do Estado, tal como ocorre atualmente. Enquanto o abandono de crianças era uma prática comum entre índios, brancos e negros no Brasil Colônia, o abandono de bebês, a vida em internatos e a violência cotidiana marcaram a infância e juventude no Brasil por mais de três séculos (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Cagnani (2016) menciona a tradição de internação de crianças e adolescentes das mais diversas camadas da sociedade em instituições asilares ao longo da história do Brasil. Para Rizzini e Rizzini (2004), estabelecimentos como internatos, asilos, seminários, educandários e reformatórios foram construídos no passado com o objetivo de aliar assistência a controle social. Embora o modelo asilar deixou de atender à classe burguesa da população, não

caiu em desuso para as camadas populares, abrigando-as até os dias atuais (Rizzini & Rizzini, 2004).

Ações especializadas em assistência social foram cobradas do poder público, gerando a aprovação do Código de Menores em 1927 quando o país criou medidas de controle e vigilância de crianças e adolescentes abandonados ou delinquentes a fim de promover assistência e proteção à infância. Um deles é o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que atendia menores carentes ou responsáveis por atos infracionais recorrendo a um modelo correccional e repressivo.

O SAM também ficou conhecido, ao longo de sua história, como uma prisão para adolescentes criminosos, rotulando a vida daqueles que passaram pelo serviço. Embora tivesse o objetivo de assistir adolescentes que não podiam contar com seus responsáveis, essa função do Serviço de Assistência ao Menor acabou sendo deturpada e marcada por relações estritamente clientelistas e assistencialistas, marcadas pela correção e repressão, conforme esclarecem Rizzini e Rizzini (2004).

Para Coutinho, Nascimento e Sá (2010), os dispositivos legitimados pelo Código de Menores consistiam na internação de crianças e adolescentes pobres, considerados como potencialmente perigosos para a sociedade. A consequência direta da manutenção dessa população em sistema fechado eram a destituição do poder familiar e o rompimento do vínculo familiar.

Os autores salientam que o próprio conceito de menoridade é construído pelo Código de Menores, termo que extravasa a ideia de faixa etária e carrega, implicitamente, o estigma do jovem abandonado, delincente ou em situação irregular, isto é, aqueles que não vivem de acordo com os “modelos hegemônicos” da criança. Concebidos como “filhos da pobreza” devem ser tutelados pelo Estado e afastados da sociedade, já que a própria condição econômica e social se afasta do modelo de criança ideal sendo, portanto, considerado desviante (Coutinho, Nascimento & Sá, 2010).

Uma reforma do Código de Menores de 1927 foi proposta no Primeiro Encontro Nacional de Juizes de Menores em 1979. O evento refletiu ideias que estavam sendo discutidas em fóruns nacionais e internacionais como o reforço

da família diante do aumento de situações de abandono e delinquência juvenil através de programas de realocação de jovens em famílias substitutas e a legislação sobre adoção. Tais ideias haviam sido estabelecidas pela Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1959, e favoreceram o mal-estar da sociedade para com as condições sub-humanas em que se encontrava a maior parte dos jovens no Brasil (Baptista, 2010).

A principal lei brasileira de proteção integral à criança e ao adolescente é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado no dia 13 de julho de 1990. O abrigo de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento está previsto no artigo 101 do ECA e determina o acolhimento como “medida de proteção” provisória e excepcional (art.101) a ser aplicada quando os direitos de crianças e adolescentes de zero a 18 anos são violados, ou quando suas famílias estão impossibilitadas de prover cuidados (ECA, 1990).

Cagnani (2016) destaca que a partir da promulgação do ECA observou-se no país uma série de avanços em termos de assistência à infância e à família. A população infanto-juvenil passou a ser alvo de políticas de proteção e de garantia de direitos, na medida em que o ECA tomou como princípio norteador de suas práticas a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres e como pessoas em condições especiais de desenvolvimento (Leal, Matos & Sales, 2004).

O ECA introduziu discussões sobre a importância da convivência familiar e comunitária e a inserção social de crianças e adolescentes, além do direito de serem protegidos contra qualquer forma de negligência, violência, crueldade, opressão e discriminação (Cagnani, 2016).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990)

As instituições, antigamente conhecidas como colégios internos,

educandários e orfanatos passaram a ser denominadas abrigos e viram-se diante de novas diretrizes de funcionamento. O atendimento personalizado é uma das novas propostas e a instituição deve se assemelhar à dinâmica e ao cotidiano de uma família, o que não significa substituí-la (Baptista, 2010).

O artigo 98 do ECA declara que as medidas de proteção são acionadas quando os direitos de crianças ou adolescentes, reconhecidos pelo Estatuto, são ameaçados por abuso ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado. O artigo 101 determina o acolhimento institucional como uma das medidas de proteção a serem aplicadas quando se constata violação de direitos. O primeiro parágrafo do mesmo artigo declara que

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (ECA, 1990)

Quando o afastamento do convívio familiar for determinado judicialmente como a medida mais adequada para garantir a proteção da criança ou adolescente, deve-se reunir esforços para viabilizar o retorno ao convívio familiar no menor tempo possível, preferencialmente na família de origem e, excepcionalmente em família substituta, seja sob a forma de adoção, guarda ou tutela (ECA 1990).

Para que o caráter de provisoriedade e excepcionalidade da medida sejam aplicados deve-se trabalhar para o fortalecimento, emancipação e inclusão social através do acesso da família às políticas públicas. Deve ser assegurado à família o acesso à rede de serviços públicos para potencializar a provisão de um ambiente seguro à criança e ao adolescente antes de considerar a hipótese do afastamento do convívio familiar, segundo recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2009.

Em relação à situação legal da criança e do adolescente durante sua permanência no abrigo, o ECA declara que o dirigente do abrigo se torna o

guardião das crianças e adolescentes, sendo seu responsável legal para todos os efeitos de direito. Também compete à instituição enviar um relatório para o juiz sobre a situação da criança ou adolescente e sua família a cada seis meses para fins de avaliação.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elaborou um relatório intitulado “Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” para registrar os dados do levantamento realizado entre 2012 e 2013 que investigou as motivações do acolhimento institucional em 86% das entidades de acolhimento presentes em todas as regiões do país (CNMP, 2013).

Segundo o CNMP (2013), a negligência e a dependência de álcool por parte dos pais ou responsáveis compõem o principal fator que leva ao abrigamento de crianças e adolescentes, correspondendo a 81% das institucionalizações. Em seguida, os dados revelam o abandono pelos pais ou cuidadores (78%), violência doméstica (57%), abuso sexual intrafamiliar (44%), vivências de rua (35%), ausência dos pais ou responsáveis devido ao encarceramento (30%), carência de recursos materiais (26%), morte dos pais ou responsáveis (25%), exploração sexual (23%), exploração do trabalho infantil, tráfico ou mendicância (17%), ausência dos pais ou responsáveis por motivos de doença (14%), pais ou responsáveis portadores de deficiência (7%), outros (6%).

Cagnani (2016) detalha o caminho percorrido desde a denúncia de situações de negligência e violência até a chegada da criança ou adolescente no abrigo, a saber: denúncia da violação de direitos; notificação aos órgãos de garantia de direitos, de acordo com a necessidade de cada caso, como Vara da Infância e da Juventude, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e Conselho Tutelar; análise da situação por parte do Conselho Tutelar; encaminhamento para serviços como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou equipe de Saúde da Família e, caso se confirme a violação de direitos, acompanhamento das famílias pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nos casos em que a situação de violência e violação de direitos persistirem mesmo com a efetuação de tais acompanhamentos, realiza-se um diagnóstico da situação familiar. Se for constatada a ausência de recursos da família de origem ou extensa na manutenção da criança ou adolescente, o caso deve ser encaminhado para a Vara da Infância e da Juventude e, em seguida, para uma instituição de abrigamento sob a determinação do Juiz (Cagnani, 2016).

1.2 Modalidades de acolhimento

Existem duas modalidades de acolhimento, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar. A primeira modalidade reúne os Abrigos Institucionais, as Casas-lar, as Casas de Passagem e as Repúblicas. A segunda modalidade, o acolhimento familiar, refere-se às famílias acolhedoras (CONANDA; CNAS, 2009), sendo ambas reguladas pela Norma Operacional Básica da Assistência Social (noB-Suas) para a proteção social especial de alta complexidade, conforme explica Gulassa (2010).

A Casa de Passagem é uma “porta de entrada”, que funciona em regime de plantão 24 horas no qual uma equipe especializada deve analisar o caso da criança e do adolescente antes de efetivar o abrigamento, podendo evitá-lo ou realizar encaminhamentos para outros serviços. A Casa-lar é uma casa de acolhimento semelhante ao abrigo institucional, porém, nessa modalidade, o educador social reside na instituição. Além disso, a Casa-lar comporta apenas dez crianças ou adolescentes e o abrigamento não exige separação por sexo ou faixa-etária (Gulassa, 2010).

A República se divide em dois tipos, o primeiro consiste em um programa de fortalecimento e emancipação do adolescente, e deve acolher aproximadamente dez adolescentes de ambos os sexos. A república pertence ao abrigo institucional e é esperado que os jovens iniciem uma vida independente aos 21 anos, quando deverão sair da república. O segundo tipo de república acolhe no máximo cinco adolescentes, escolhidos pelos próprios

moradores, segundo critérios de parentesco ou afinidade. Os jovens escolhem a moradia e se responsabilizam pelo aluguel. Os móveis e utensílios da casa são adquiridos pelos próprios moradores, que já possuem mais autonomia, tendo o educador social apenas como mediador (Gulassa, 2010).

No que tange à segunda modalidade de acolhimento, Valente (2012) esclarece que o acolhimento familiar tem como objetivo anteceder o abrigamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Constitui uma medida voluntária e provisória favorecendo o desenvolvimento da criança ou do adolescente até ser viabilizado o retorno para o lar de origem.

Os variados tipos de acolhimento institucional têm como objetivo atender precisamente a demanda das crianças e adolescentes em termos de suas vulnerabilidades. Para tomar a decisão correta sobre a modalidade de acolhimento para a qual a criança ou o adolescente devem ser encaminhados, alguns fatores devem ser analisados: histórico de vida, motivos do acolhimento, situação familiar, condições emocionais e de desenvolvimento, idade, contexto sociocultural, previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente (reintegração familiar ou adoção), histórico de dependência de álcool ou drogas, entre outros (CONANDA; CNAS, 2009).

Como o presente estudo foi realizado em um Abrigo Institucional, destacamos as particularidades deste tipo de acolhimento, apoiando-nos no documento publicado pelo CONANDA e o CNAS em 2009, denominado *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* que engloba diretrizes para o funcionamento dos diversos tipos de acolhimento, como orientações metodológicas e princípios que devem ser praticados na tentativa de garantir um acolhimento satisfatório e personalizado às crianças e adolescentes (Campos & Figueiró, 2013).

De acordo com a Resolução promulgada em 18 de junho de 2009, o Abrigo Institucional é definido como

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se

temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (CONANDA, CNAS; 2009)

Do ponto de vista legal, os serviços de acolhimento institucional são regulamentados da seguinte forma:

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. (CONANDA, CNAS; 2009)

O ECA (1990, p.40) também desenvolve princípios norteadores do acolhimento institucional a serem adotados pelos abrigos:

- I- preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III- atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV- desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V- não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI- evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades

de crianças e adolescentes abrigados;

VII- participação na vida da comunidade local;

VIII- preparação gradativa para o desligamento;

IX- participação de pessoas da comunidade no processo educativo

Sobre a estrutura do abrigo e sua localização, o mesmo deve ser alocado em áreas residenciais próximas à realidade socioeconômica das crianças e adolescentes acolhidos e sua estrutura deve ser semelhante a uma residência. A arquitetura do abrigo não deve ter nenhuma placa ou nomenclatura que indique sua natureza institucional ou que remetam a aspectos negativos e estigmatizadores (CONANDA, CNAS; 2009).

O atendimento deve ser especializado quando justificado pela necessidade de atenção diferenciada a vulnerabilidades específicas, mas não deve ser motivo de discriminação e segregação entre as demais crianças e adolescentes. Cada abrigo institucional deve contar com no máximo 20 vagas para acolher crianças e adolescentes e garantir que haverá atendimento personalizado e mobilização das políticas públicas.

Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (p. ex: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão, caracterizados pela grande alternância na prestação de tais cuidados. (CONANDA, CNAS; 2009)

Quando o serviço de acolhimento institucional é desenvolvido por uma organização não-governamental (ONG), a equipe técnica deverá ser registrada na própria ONG ou, excepcionalmente, estar vinculada ao órgão gestor da Assistência Social ou outro órgão público ou privado, exclusivamente destinada

para esse fim. A carga horária e o número mínimo de profissionais deverão ser respeitados em ambos os casos.

A equipe profissional mínima que deve atuar no abrigo institucional abrange o coordenador, equipe técnica (psicólogo e assistente social), educador social e auxiliar de educador social. O educador social é o profissional que lida diretamente com a criança e o adolescente no cotidiano, sendo desejável que possua Ensino Médio completo e capacitação específica.

Ainda segundo as diretrizes do CONANDA e o CNAS (2009), o educador cumpre um papel importante na vida das crianças e adolescentes, haja vista suas principais atividades: cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção, organização do ambiente e estimulação de atividades adequadas ao nível de desenvolvimento de cada criança ou adolescente, fortalecimento da autoestima e construção da identidade, acompanhamento nos serviços de saúde e preparação para o desligamento do abrigo com a supervisão do coordenador ou profissional de nível superior. É necessário um educador social para atender até 10 crianças e adolescentes por turno. Em caso de alguma criança ou adolescente demandar atenção específica como deficiência, idade inferior a um ano ou necessidades específicas de saúde a quantidade de educadores sociais deve ser aumentada.

Siqueira e Dell'Aglio salientam que a qualidade da relação estabelecida com o cuidador social desempenha um papel fundamental na vida dos acolhidos, uma vez que, além de responsabilizar-se pelos cuidados físicos e cotidianos das crianças e adolescentes, o educador social deve construir uma atmosfera familiar em que se preza pela estabilidade dos cuidados oferecidos. Embora o ambiente do abrigo não tenha a pretensão de reproduzir ou substituir uma família, deve prover cuidados até que a criança ou o adolescente seja reintegrado à família de origem; se adotado, o educador social será o adulto a assumir o papel de orientação, proteção e cuidado (Moré & Sparetta, 2010).

1.3 A permanência no Abrigo: o mito da provisoriedade

Sobre o tempo de permanência no abrigo, o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (CONANDA, CNAS; 2009) informa que o serviço de acolhimento deve providenciar um relatório e encaminhá-lo à Justiça da Infância e da Juventude quando passados mais de dois anos da entrada da criança ou do adolescente no abrigo. O documento é uma forma de embasar a avaliação da Justiça sobre a melhor alternativa para a criança ou adolescente: dar continuidade aos esforços para viabilizar a reintegração familiar na família de origem ou extensa ou encaminhá-los para uma família substituta (CONANDA, CNAS; 2009).

Embora o ECA estabeleça o tempo máximo de permanência da criança e do adolescente no abrigo, a realidade das instituições de acolhimento no Brasil nos mostra um cenário muito distinto daquele previsto pela lei (Nascimento, et al., 2012). Os menores de idade acabam vivendo em instituições durante anos, sem perspectivas de voltar ao convívio familiar ou serem adotados ainda que a medida estabelecida pelo ECA seja de caráter provisório e excepcional (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006).

Dos 589 abrigos investigados pelo Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada, 49,1% se localizam na Região Sudeste do país, conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003). Além disso, observou-se que o motivo mais frequentemente associado à institucionalização foi a pobreza das quase vinte mil crianças e adolescentes que se encontram nesta situação. A maioria (86,7%) tem família, embora apenas 14,1% das instituições desenvolvam um trabalho para reestruturar as famílias por meio de encaminhamentos para programas de auxílio/proteção à família, acompanhamento social, grupos de discussão e apoio, e visitas domiciliares (IPEA, 2003).

A respeito do tempo de permanência em situação de abrigamento, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes constatou que 52,6% das crianças e adolescentes permaneciam acolhidos por mais de dois anos, sendo que em alguns casos o acolhimento chegava a mais de seis anos, ainda que 58% mantivesse vínculo com seus familiares (IPEA, 2003).

Para Cavalcante, Magalhães e Silva (2010), a prática do acolhimento institucional no Brasil foi legitimada de forma a não se apresentar como medida provisória e excepcional como prevê o ECA. Embora a pobreza não seja considerada motivo de institucionalização pela lei, a precariedade das condições de trabalho e das oportunidades sociais e econômicas fragilizam as bases de apoio à infância e a juventude (Carvalho, 2002; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2009; Salina-Brandão & Williams, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004; Rotondaro, 2002).

Tais constatações vão ao encontro do estudo de Fávero, Vitale e Baptista (2009). Na obra intitulada “Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam” os autores discutem as bases ideológicas que sustentam as práticas sociais que desqualificam as famílias de status socioeconômico inferior, colocando-as no lugar de incapazes de cuidar e proteger os próprios filhos.

Uma das estratégias das políticas de atendimento à infância e à juventude que começou a ser extinta recentemente inclui a representação negativa e estigmatizada das famílias cujos filhos constituem a clientela da assistência social (Fávero, Vitale & Baptista, 2009). A concepção de famílias desestruturadas ou disfuncionais fica evidente nos dados que revelam a pobreza como principal fator de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Embora o ECA tenha garantido o direito de crianças e adolescentes, acabou gerando uma equivalência perversa entre família popular e família negligente, mantendo a associação entre violação de direitos e incompetência individual, tal como ocorria à época do Código de Menores (Nascimento, Cunha, & Vicente, 2007; Quadros, 2014; Gonçalves & Guzzo, 2017).

Nascimento, et al. (2012) apontam para a ineficiência do Estado brasileiro para promover a reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de abrigo. O estudo realizado por Brito (2010) já havia revelado que, em 2009, nas seis instituições de acolhimento existentes na capital do Espírito Santo havia 123 crianças e adolescentes com tempo médio de permanência de 27,57 meses e 33,44 meses se somado o tempo de acolhimento em outras instituições.

Moreira et al. (2013), apontam as dificuldades em se promover a reestruturação das famílias e o fortalecimento dos vínculos familiares durante o período que a criança ou adolescente permanece abrigada. Embora a institucionalização seja a sétima medida instituída pelo ECA, no caso das medidas protetivas anteriores não terem sido tomadas, é frequentemente acionada sem que haja esforços para reorganizar a família. Tais medidas protetivas visam a inclusão das famílias em programas sociais como o “bolsa família” ou de geração de renda, encaminhamento para tratamento de saúde ou reabilitação quando existe uso abusivo de álcool e drogas e grupos de apoio sociofamiliar. Os autores constataram que a criança e o adolescente têm sido retirados precipitadamente do convívio familiar, antecipando a institucionalização em relação às demais medidas de advertência e proteção psicossocial.

A reintegração familiar é um caminho possível, mas ainda enfrenta muitos desafios. A adoção também não acena como possibilidade para os adolescentes abrigados. Weber (1999) constatou que os casais na fila de espera para a adoção preferem crianças de até 3 meses de idade e cujo estado de saúde seja avaliado como saudável. Além disso, o perfil mais procurado para adoção é o de bebês do sexo feminino e de pele clara. Conseqüentemente, as crianças consideradas não-adoptáveis pelos casais são aquelas cuja idade é superior a dois anos, têm pele negra ou parda e/ou apresentam problemas de saúde.

A adoção no Brasil é um processo complexo, conforme os dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2008. Os dados revelam uma discrepância entre o perfil das crianças e adolescentes cadastradas e aquele desejado pelos pais que aguardam na fila de espera da adoção. Apenas um em cada quatro pretendentes (25,63%) aceita crianças de quatro anos ou mais, enquanto apenas 4% das crianças cadastradas do CNJ têm menos de 4 anos. O índice de pessoas que adotam adolescentes a partir de 11 anos é inferior a 1% do total de pessoas cadastradas na fila de espera da adoção, enquanto o número de adolescentes abrigados na faixa de

11 a 17 anos corresponde a dois terços do total de adolescentes aptos para a adoção (CNJ, 2012).

A pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ intitulada “Encontros e Desencontros da Adoção no Brasil: Uma Análise do Cadastro Nacional de Adoção” caracterizou o perfil dos pais que aguardam na fila de espera da adoção e das crianças e adolescentes aptos à adoção por região brasileira. As regiões Norte e Nordeste apresentam proporcionalmente o maior índice de crianças de até cinco anos de idade aptas à adoção, faixa etária desejada por nove em cada dez pessoas que aguardam na fila de espera para adotar um filho (CNJ, 2012). Enquanto no Norte 26,5% das crianças inscritas no CNA pertencem a essa faixa etária e no Nordeste 16,9%, nas demais regiões esse índice é inferior a 10%. A pesquisa concluiu que a preferência dos pretendentes à adoção é o grande empecilho à adoção de crianças mais velhas e adolescentes no país, uma vez que apenas 9 em cada 100 crianças têm menos de cinco anos de idade (CNJ, 2012).

Em contrapartida, segundo dados colhidos pelo CNJ em 2016, a taxa de pretendentes à adoção que aceitam somente crianças brancas tem diminuído, desde 2010, enquanto o número de pessoas com o desejo de adotar crianças pardas e negras aumentou. Embora este seja um avanço no que se refere ao preconceito racial das pessoas na fila de espera da adoção, os dados revelam que o adolescente continua sendo desconsiderado como opção por aqueles que aguardam um filho adotivo (CNJ, 2016).

Nabinger (1997) enfatiza o tortuoso caminho que leva à decisão final do juiz sobre o destino de cada criança e adolescente abrigado, resultando em um processo lento e doloroso. De acordo com a lei, a criança se torna apta para a adoção quando todas as possibilidades de reinserção familiar forem esgotadas. Entretanto, depois de inúmeras tentativas de reestruturação/reinserção familiar infrutíferas, quando a destituição do poder familiar é decretada, alguns anos se passaram desde a entrada da criança no abrigo e esta deixa de atender a demanda de pais na fila de espera da adoção quanto à faixa etária desejada.

1.4 A preparação para o desligamento

Espera-se que os abrigos trabalhem na preparação do adolescente para o momento do seu desligamento em termos do desenvolvimento gradativo e processual de sua autonomia. Tais ações devem ser contempladas no projeto político-pedagógico dos serviços de acolhimento visando fortalecer aqueles que não sairão do abrigo antes dos 18 anos, isto é, aqueles que não serão mais protegidos pelo ECA após atingirem a maioridade (Campos & Figueiró, 2013).

Para Campos e Figueiró (2013), o momento de transição para a saída do abrigo, inicialmente vivida pelos adolescentes através da preparação para o desligamento, gera conflito entre estar dentro da instituição e sair rumo à sociedade. O jovem pode sentir-se pertencente a “dois mundos” ou a nenhum deles, experiência que traz confusão e angústia (Constantino, 2000 p. 115).

A própria experiência vivida durante o período do abrigamento fornece elementos para refletirmos sobre o processo de transição para a saída do abrigo. Para Janczura (2005), casos marcados por longos períodos de institucionalização, vínculos comunitários e familiares fragilizados, somados à instabilidade do ambiente do abrigo, no que se refere à rotatividade de adolescentes e funcionários, dificultam a vinculação afetiva e acrescentam vulnerabilidades ao momento do desacolhimento institucional. Siqueira e Dell’Aglio (2006) argumentam que “os efeitos de um período de institucionalização prolongado têm sido apontados na literatura, por interferirem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta” (p. 71).

Campos e Figueiró (2013) destacam que, posteriormente à saída do abrigo, adolescentes podem se submeter a situações de risco ou tomar o caminho do tráfico e das ruas, se não lhes forem fornecidos apoio e fortalecimento para o desligamento da instituição. Sobre esse aspecto, Constantino (2000, p.29) explica que

Ao interiorizar uma imagem negativa de si mesmo, adquirida a partir da visão que a instituição tem dele e que é reforçada pela sociedade, o adolescente percorre um caminho que pode levá-lo ao crime e à violência. Ao sentir-se

excluído da instituição, que não o quer mais por ele já ter completado 18 anos, e pela sociedade que, ao vê-lo como marginal, não o aceita, ele fica sem alternativas, restando-lhe a delinquência e a marginalidade.

Segundo o CONANDA (2009) e o CNAS (2009), o processo de desligamento institucional deve preparar não só o adolescente, que em breve deixará o abrigo, mas os profissionais que dele se ocupam e os demais adolescentes do abrigo. Deve-se viabilizar, no processo de transição, um espaço de acolhida para que o adolescente possa expressar seus sentimentos pelos amigos e educadores que deixará no abrigo. Nos casos em que a saída do abrigo se deva à reintegração familiar ou à adoção, o adolescente e as famílias devem ser acompanhados após o processo de saída. Entretanto, quando o adolescente não teve sua família reestruturada, os vínculos familiares e comunitários estabelecidos e também não foi adotado, a saída do abrigo se torna uma realidade com a chegada da maioridade.

Martinez e Soares-Silva (2008) definem o desacolhimento institucional por conta da maioridade como “desraizamento”, afirmando que o momento do desligamento representa a saída de um lugar seguro - o ambiente do abrigo - para outro ainda desconhecido pelo adolescente. A saída do abrigo que é motivada pela maioridade representa um novo status legal para o adolescente, o de ser adulto, mas também inclui todos os desafios que este novo período da vida implica, como o econômico, o afetivo e o social, o que pode provocar sentimentos de insegurança, medo, angústia, revolta e “renovação do abandono” (Campos & Figueiró, 2013).

No que tange às modalidades de acolhimento, as Repúblicas representam uma alternativa para que o desligamento decorrente da maioridade seja gradativo. Nesta modalidade é oferecido ao jovem que já completou 18 anos uma moradia com o intuito de estimular sua independência e autonomia para prepará-lo para os desafios da vida adulta e apoiá-lo durante o processo de transição (CONANDA; CNAS, 2009).

Embora existam as Repúblicas para auxiliar o adolescente a lidar com as questões práticas da vida cotidiana, há que se considerar a necessidade de

sustentação emocional. Para Franco e Tinoco (2011) as perdas que acompanham a institucionalização demandam um processo de adaptação e de ressignificação das experiências vividas, uma vez que o conhecimento que se tinha sobre o mundo e as relações estabelecidas, até aquele momento, é significativamente alterado, ainda que a criança ou o adolescente permaneçam temporariamente no abrigo, ou recebam visitas dos pais ou de cuidadores.

A experiência da institucionalização envolve o afastamento de tudo que é conhecido pelas crianças e adolescentes - escola, comunidade, amigos, hábitos, lugares - além da convivência com a própria família, o que demanda elaboração, tal como ocorre em um processo de luto. Todavia, conforme salientam Franco e Tinoco (2011), é necessária orientação e cuidados adequados na finalização desse processo para resultar na construção de novos sentidos para o vivido e para as perdas, evitando ou minimizando a reedição dos abandonos anteriores no momento da saída do abrigo.

Quando o adolescente for desligado da instituição para ser reintegrado na família de origem, o abrigo deve desenvolver estratégias para aproximá-lo dos pais (Cavalcante, Magalhães & Silva, 2010). Para que o processo de reintegração familiar seja bem sucedido, Siqueira et al. (2010) concordam que é necessária a preparação prévia da família no sentido do reestabelecimento do vínculo entre o adolescente e sua família. Sobretudo, no momento do desacolhimento, seguido do retorno do adolescente à família de origem, dar voz ao jovem e valorizar suas demandas afetivas é crucial, já que frequentemente a institucionalização foi motivada pela fragilidade dos vínculos familiares (Rossetti-Ferreira, Sólton & Almeida, 2010).

Entretanto, Cavalcante, Magalhães e Silva (2010) afirmam que as fragilidades de natureza afetiva e material que motivaram o acolhimento do adolescente nem sempre foram superadas durante o tempo de abrigamento, dificultando a reinserção na família de origem ou extensa. Além disso, nesse caminho em que tantas vulnerabilidades se entrelaçam, o amparo afetivo ao adolescente na transição para a saída do abrigo também se perde.

De acordo com o estudo de Siqueira et al. (2010) não existe, concretamente, um programa de avaliação ou de acompanhamento dos

adolescentes que foram desligados do abrigo e, muitas vezes, observa-se que os serviços de acolhimento não possuem competência técnica, ou mesmo equipe profissional, para realizar este trabalho. O jovem que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade social e não pode mais ser acolhido por um abrigo também se vê desamparado pelas políticas públicas. Em articulação com os abrigos, as políticas deveriam garantir que o desligamento do abrigo fosse vivido de forma processual, sendo o adolescente amparado e acompanhado do ponto de vista emocional, conforme defendem Siqueira et al. (2010).

Nesse contexto em que propostas de acolhimento e desacolhimento de adolescentes abrigados se encontram com práticas nem sempre acolhedoras, nos propomos a compreender a experiência emocional de adolescentes abrigados à futura experiência de saída do abrigo.

Explorar a história pessoal de abrigamento e percepções sobre a saída do abrigo nos parece fundamental, se o que se almeja é o bem estar daqueles que em breve estarão enfrentando a saída do abrigo e os desafios que esta implica. Além disso, esperamos produzir conhecimento científico sobre o tema com a intenção de fomentar políticas públicas adequadas à convivência familiar e comunitária, além de fornecer subsídios para os profissionais que se ocupam do cuidado das crianças e adolescentes abrigados.

CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

2.1 Considerações sobre a pesquisa qualitativa e o método psicanalítico

Situando este estudo no contexto da pesquisa qualitativa, ressaltamos que o interesse do pesquisador se dirige para a singularidade das experiências vividas pelo participante, sem desconsiderar o contexto onde ela ocorre (Stake, 2011). Considerando o objetivo de compreender os sentidos afetivo-emocionais atribuídos por adolescentes à saída do abrigo, a abordagem qualitativa se mostra adequada na medida em que abarca os significados individuais e coletivos do fenômeno estudado (Creswell, 2010).

Turato (2000) sublinha a diferença entre ciências naturais e humanas explicando que, enquanto a primeira se ocupa das relações causais entre os fenômenos, as ciências humanas buscam a compreensão das relações de significado presentes nas condutas humanas e fenômenos sociais. O pesquisador qualitativo não nega os fatos concretos e dados quantitativos, mas lança mão da interpretação para descortinar seus significados. Bleger (2015/1964) já alertava para o fato de que o pesquisador só será um bom investigador ao utilizar-se da fantasia, para não se converter em mero verificador de dados.

Flick (2014) também chama a atenção para a conduta interpretativa do pesquisador qualitativo que procede a uma reconstrução da realidade vivida pelo participante, em consonância com as ideias de Creswell (2010) e Stake (2011) acerca da implicação do pesquisador na produção dos dados de sua pesquisa. Stake (2011) ressalta que o pesquisador qualitativo também se orienta pela empatia para compreender os sentidos do vivido e que a implicação do pesquisador no campo e no estudo influencia a sua compreensão sobre o fenômeno.

Para Stake (2011) não existe uma única forma de pensar qualitativamente, na medida em que cada pesquisador constrói a pesquisa de modo singular, lançando mão de diferentes teorias, recortes e procedimentos de coleta e análise de dados. Entretanto, as pesquisas qualitativas compartilham o

olhar interpretativo do pesquisador que neste estudo possibilitará encontrar os significados atribuídos por adolescentes institucionalizados à saída do abrigo. O contexto do abrigo pode mobilizar emocionalmente também o pesquisador, em virtude das vivências que pode evocar. Através de uma escuta cuidadosa e sensível, o pesquisador poderá favorecer trocas afetivas durante a entrevista e valorizar o sujeito (Turato, 2000).

Neste estudo qualitativo, adotamos um enquadre psicanalítico como método de aproximação dos participantes, bem como do material narrativo produzido. Laplanche e Pontalis (2001) definem os três eixos que compõem a abordagem psicanalítica: como método de investigação, como método psicoterápico e como conjunto de teorias psicológicas. Neste estudo, trabalharemos com a vertente investigativa, a qual pode ser utilizada no estudo de qualquer acontecer humano (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005), como via “de investigação sobre processos concretos e encarnados de produção de sentidos emocionais” (Aiello-Fernandes, Ambrosio & Aiello-Vaisberg, 2012, p.311), sem que se configure uma intenção psicoterapêutica, autorizando-nos, portanto, a utilizá-la fora do *setting* tradicional.

A opção pela psicanálise como método de pesquisa se apoia na discussão de Aiello-Fernandes, Ambrósio e Aiello-Vaisberg (2012) de que a potencialidade heurística e a produção de conhecimento sobre o ser humano é comprometida quando a psicanálise é adotada como corpo teórico fixo. Silva (1993, p.33) já afirmava que “não se trata, pois, de uma ‘tradução simultânea’, uma vez que o método [psicanalítico] possibilita o surgimento de significações novas apreensíveis como experiências e que funcionam como aberturas”.

Tais concepções se revelam nas ideias de Hermann (2001) sobre a distinção entre teoria psicanalítica e método psicanalítico, definindo este como via de acesso privilegiada às vivências emocionais. Silva (1993) reflete sobre os dois componentes do encontro psicanalítico: a associação livre, em que um emaranhado de material acrítico é apresentado pelo paciente, e a atenção flutuante do psicanalista que consiste em captar o material livre de intenções e expectativas. Na prática, conclui Silva (1993, p.21), “o método da psicanálise caracteriza-se por abertura, construção e participação”, enquanto Bleger

(2015/1964) sublinha a implicação pessoal do pesquisador na produção de seus dados quando afirma que

O instrumento de trabalho do entrevistador é ele mesmo, sua própria personalidade, que participa inevitavelmente da relação interpessoal, com o agravante de que o objeto que deve estudar é outro ser humano, de tal maneira que, ao examinar a vida dos demais, se acha diretamente implicada a revisão e o exame de sua própria vida, de sua personalidade, conflito e frustrações. (Bleger, 2015, p. 26)

Silva (1993) explica que o pesquisador interessado em tecer uma pesquisa psicanalítica deve ir a campo e colher tudo o que lhe chamar a atenção, em um estado de atenção flutuante e, posteriormente, quando o material repousar em seu inconsciente, deixar que o significado do conteúdo emergja resgatando o sentido psíquico do objeto, o sentido humano (Hermann, 2004). Alinhadas a esta concepção, adotamos o método psicanalítico como escuta associativa e interpretativa (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011) ao longo deste trabalho, seja na postura da pesquisadora nos encontros com os participantes, seja na produção de uma Narrativa Interativa - recurso investigativo que será apresentado logo abaixo - e, posteriormente, na interpretação do material colhido.

Em seguida, apresentamos ao leitor algumas considerações sobre o contexto da elaboração da Narrativa Interativa e sua utilização neste estudo.

2.2 Os recursos metodológicos: o narrar e as Narrativas Interativas

No campo da pesquisa qualitativa, a narrativa tem sido frequentemente utilizada uma vez que se apresenta como recurso metodológico que amplia a compreensão da experiência pessoal do outro (Onocko-Campos et al, 2013). Dutra (2002) acredita que o narrar funciona como um organizador da experiência pessoal, fazendo com que o narrador entre em contato com as diversas dimensões e possibilidades do existir humano.

Para Benjamin (1996/1936), o ato de narrar consiste um processo pelo qual as experiências cotidianas são continuamente reelaboradas à medida que são narradas e, nesse processo de construção e reconstrução, o narrador imprime na história a própria subjetividade. Bruner (1987) concorda que a experiência vivida é ressignificada pelo seu narrador no momento em que a compartilha com o outro, tendo como base o repertório de sentidos reunido por sua cultura .

Na esfera psicanalítica as narrativas são utilizadas como forma de resgate do vivido em que paciente e terapeuta trabalham juntos reconstruindo a experiência pessoal do paciente (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011). Hoje as narrativas extrapolam o *setting* psicanalítico tradicional sendo utilizadas como recurso metodológico na investigação da experiência emocional (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011) abrindo um campo dialógico que contempla o lúdico e o dramático (Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011) e que independe, como diria Herrmann (2004) das teorias utilizadas para compreendê-las.

Nessa perspectiva adotamos a Narrativa Interativa (NI) como ferramenta metodológica que promove o diálogo entre o pesquisador e o participante na produção conjunta e interpretativa de sentidos (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011). As NI consistem em histórias fictícias confeccionadas pelo próprio pesquisador em torno do tema que pretende investigar. Como no jogo do rabisco winnicottiano (Winnicott, 1994/1864), em que o terapeuta faz um rabisco em uma folha de papel e convida o paciente a completá-lo espontaneamente, abrindo um campo de possibilidades e de diálogo, utilizamos a NI como “rabisco” que enseja as associações livres do participante para aquele fenômeno, situação ou conflito que buscamos compreender. Em outras palavras, a Narrativa Interativa apresenta um conflito, para o qual o participante é convidado a dar um desfecho associando livremente, implicando-se naquele drama e revelando a sua abordagem pessoal.

O processo de confecção da NI se dá em etapas que são acompanhadas pela reflexão conjunta entre o pesquisador e seu grupo de pesquisa, que buscam elencar os elementos básicos da situação a ser investigada. Caso o pesquisador

já conheça o contexto de vida dos futuros participantes de seu estudo e/ou o local em que sua pesquisa terá lugar, a discussão visará levantar e selecionar os elementos básicos da trama a partir da experiência profissional prévia do pesquisador. Caso contrário, será necessário um período de ambientação em que o pesquisador levantará literatura para se aproximar do fenômeno que pretende investigar e/ou fará visitas ao local da pesquisa para conhecer e ser conhecido. Dessa forma, estará preparado para iniciar as discussões com o grupo e elaborar a sua primeira versão de NI. A NI será elaborada em tantas versões quantas forem necessárias para que o grupo a aprove como suficientemente facilitadora da implicação emocional dos participantes de modo a que estes produzam associações significativas sobre o tema do estudo. Para que isso aconteça, a NI deve ser tomada pelo participante como verossímil e promover a projeção dos participantes sobre os personagens, o que se dará pela via do compartilhamento de um mesmo drama no ambiente protegido da ficção.

Apoiando-nos em tais considerações, elaboramos a seguinte NI para convidar os adolescentes abrigados a expressar sua experiência de acolhimento e desacolhimento, a qual nos parece ser potencializada por ocasião da saída do abrigo:

Marcela encontrou Daniel na Oficina de Teatro, onde ensaiavam para uma apresentação da escola. Durante o aquecimento para entrar em cena, Daniel observou que Marcela parecia nervosa e perguntou:

– O que foi, Marcela? Aconteceu alguma coisa?

Marcela disse que em breve sairia do abrigo onde mora, mas não sabia exatamente o que iria acontecer. Daniel ficou chocado porque não sabia de nada e também porque perderia a amiga. Ele queria saber mais sobre a nova situação de Marcela, mas o professor fez sinal para que interrompessem a conversa e se concentrassem no ensaio.

Assim que o professor os liberou, Daniel e Marcela procuraram uma sala vazia para conversar. Marcela se certificou de que ninguém os escutava, mas, antes que pudesse falar, começou a chorar. Soluçava tanto que Daniel precisou

controlar a ansiedade e esperar que ela se acalmasse. Depois de cinco minutos de aflição, Marcela começa o seu relato:

– Dani, senta aqui, vou te contar tudo, desde o começo...

2.3 O encontro com os adolescentes

Agendamos com os coordenadores da Casa dos Meninos e da Casa das Meninas quando foi apresentada a proposta da pesquisadora fazer uma ambientação no campo, com a intenção de iniciar uma aproximação dos adolescentes antes de lhes fazer o convite formal para participar da pesquisa. Não tínhamos como objetivo já dar início à pesquisa, mas cuidar para que os adolescentes se acostumassem com a presença da pesquisadora e não se sentissem invadidos quando esta adentrasse em suas casas para colher o material narrativo. Além disso, como o campo era novo para a pesquisadora, pareceu-nos que uma mútua aproximação facilitaria o seu futuro encontro com os adolescentes e ampliaria a compreensão do contexto em que vivem.

Quatro dias de ambientação antecederam o convite para a participação dos adolescentes na pesquisa, quando foi possível conhecer mais de perto duas das três casas que compõem o Abrigo¹. Durante o período de apenas três semanas, que envolveram os quatro dias de ambientação, um adolescente foi reintegrado na família de origem, duas adolescentes entraram no Abrigo, uma delas carregando um bebê de um mês de vida, e dois adolescentes tinham evadido. Essa movimentação e as constantes separações também motivaram que a aproximação da pesquisadora fosse breve antes do encontro investigativo propriamente dito.

Para investigar a experiência emocional de adolescentes frente à futura experiência de saída do Abrigo, a pesquisadora agendou uma entrevista coletiva com as meninas e outra com os meninos que se voluntariaram. O enquadre

¹ O termo Abrigo está redigido com a inicial maiúscula sempre que nos referimos à instituição onde a pesquisadora realizou o estudo.

individual foi utilizado apenas com uma adolescente que não teve disponibilidade para participar do grupo. Neste caso, o mesmo procedimento foi adotado pela pesquisadora, uma vez que a NI permite sua aplicação em indivíduos e coletivos, incluindo casais.

Adotamos como critério de inclusão adolescentes de ambos os sexos, cuja faixa etária variou dos 12 aos 18 anos. A participação dos adolescentes teve caráter voluntário, independente de raça, religião, nível socioeconômico, escolaridade e estado civil, bem como de outros fatores associados ao abrigo, como o tempo de permanência na instituição, motivo do abrigo, perspectiva de saída do Abrigo, dentre outros. Participaram do estudo 11 meninas e 3 meninos, quando na época havia 19 meninas e 11 meninos na faixa etária investigada.

Para a realização das entrevistas, utilizamos uma sala do espaço administrativo do Abrigo, que continha uma mesa e várias cadeiras e é normalmente utilizada para reuniões ou pequenas palestras.

O encontro da pesquisadora com os participantes se desenrolou em quatro etapas: na primeira, a pesquisadora retomou brevemente sua intenção em investigar o tema da saída do abrigo; em seguida, apresentou e leu a NI para os adolescentes em voz alta, convidando-os a completar aquela trama. Na terceira etapa, com a NI encerrada e devidamente guardada, a pesquisadora convidou os adolescentes a associarem livremente sobre o tema da saída do abrigo, reservando-se uma postura de abertura e atenção flutuante. Como última etapa do encontro, a pesquisadora orientou o preenchimento do termo de assentimento, oferecendo-lhes mais uma oportunidade para decidir sobre sua participação. Entretanto, todos os que ali estavam presentes manifestaram a intenção de manter sua participação.

A pesquisadora realizou uma breve análise dos prontuários dos adolescentes participantes da pesquisa, a fim de melhor caracterizá-los. Foram consultados o Plano individual de Atendimento (PIA), a Guia de Acolhimento, entre outros relatórios que eventualmente são enviados ao juiz para o acompanhamento dos casos, entre outros documentos e materiais que

compunham os prontuários, tais como bilhetes trocados com cuidadores e cartas dos familiares.

O PIA foi instituído pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) através da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. O Sinase é responsável por regulamentar a execução de medidas socioeducativas em adolescentes que praticaram atos infracionais, embora o PIA também seja utilizado na situação de abrigo institucional. Trata-se de um documento que reúne dados relevantes dos acolhidos para assegurar um atendimento personalizado e o acesso das crianças e adolescentes aos direitos fundamentais preconizados pelo ECA. A partir do levantamento de particularidades e necessidades de cada acolhido, é possível traçar um caminho para facilitar a reintegração familiar, a adoção, a inserção em programas da comunidade, etc.

A Guia de Acolhimento foi instituída pela Ementa Nº 3 de 03/11/2009 pela Corregedoria Nacional de Justiça e deve ser elaborada quando a autoridade judiciária decide pela destituição do poder familiar e o consequente abrigo da criança ou do adolescente. O documento possui informações objetivas no que se refere ao abrigo como nome dos pais ou responsáveis, motivos da institucionalização, abrigamentos anteriores, parentes interessados na guarda, etc.

O leitor perceberá que, em nossa análise, optamos por não fazer o cruzamento entre os dados obtidos por meio da NI e aqueles colhidos nos prontuários a fim de proteger a identidade dos participantes e evitar o viés do pesquisador, ao interpretar o material narrativo, caso conhecesse a história de vida de cada participante. Além disso, essa proposta está afinada com o método psicanalítico que valoriza o impacto emocional que a comunicação dos participantes tem sobre o pesquisador. Desta forma, a pesquisadora se colocou em uma postura psicanalítica de abertura e atenção flutuante se deixando impressionar pelo relato dos participantes e pelo material narrativo produzido, desconhecendo suas histórias de vida. Por essa razão os prontuários foram consultados somente ao final do estudo e não incluídos como material de análise. O leitor também perceberá que priorizamos o anonimato dos participantes ao não solicitar sua identificação no cabeçalho da Narrativa

Interativa em razão de sua condição legal de estarem abrigados pelo Estado, além de serem menores de idade.

A caracterização dos jovens participantes do estudo, baseada na consulta de prontuários teve um caráter descritivo e ilustrativo das experiências que viveram. Observou-se que na maioria dos casos, a institucionalização foi uma medida adotada pelo juiz para interromper situações de abusos físicos e psicológicos, abandono e negligência. Alguns adolescentes já tiveram histórico de abrigamentos anteriores e também notamos a questão da evasão do abrigo em alguns prontuários. Vários jovens desconhecem um de seus genitores e têm irmãos abrigados na mesma instituição. O leitor interessado em acessar mais informações dos participantes poderá consultar o anexo IV.

2.4 Interpretação do material narrativo

O material narrativo foi discutido a partir da teoria psicanalítica, tomando como base as ideias de Donald W. Winnicott (1896-1971) sobre o ambiente suficientemente bom, em diálogo com as pesquisas científicas recentes sobre o tema desta investigação. Alinhadas com Flick (2014) e Stake (2011) cuidamos para realizar a triangulação do investigador como estratégia que agrega rigor à pesquisa qualitativa, abrindo um diálogo interpretativo ao compartilhar os dados coletados com o grupo de pesquisa.

Deixando-nos impressionar emocionalmente pelo material produzido nos encontros e pelos sentimentos contratransferenciais, uma Narrativa Transferencial (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009) foi elaborada pela pesquisadora como primeiro registro interpretativo do encontro, apoiada na proposição de Hermann (2001) de que o objeto sempre nos abre um campo transferencial quando nos colocamos a pensar psicanaliticamente sobre ele, ainda que se encontre fora do *setting* clínico. Dessa forma, o impacto contratransferencial que emerge do gesto narrativo do participante subjaz à

escrita da Narrativa Transferencial (NT) que se produz a partir da associação livre da pesquisadora.

Da análise interpretativa do material narrativo, composto pelas NI e pelas NT, resultaram campos de sentido afetivo-emocional que expressam as elaborações imaginativas de adolescentes institucionalizados sobre a futura saída do abrigo. Hermann (2004) criador da Teoria dos Campos define o campo de sentido como um conjunto de regras lógico-emocionais que se manifestam de forma individual ou coletiva na cultura. Para Granato, Russo e Aiello-Vaisberg (2009, p. 46), “tais campos são tecidos em nosso imaginário sob a forma de concepções, ideias, desejos, angústias, preconceitos, fantasias, lembranças; enfim, como um precipitado das experiências vividas”.

Hermann (2004) flexibilizou a noção de inconsciente ao afirmar que quando o sujeito habita um campo, suas condutas, ideias e sentimentos são sustentados por ele. De forma similar, quando o sujeito passa a habitar outro campo, suas relações também se modificam mesmo que este movimento fuja da sua percepção e o sujeito acredite ser sempre o mesmo. A análise dos campos vai ao encontro dos lugares imaginário-vivenciais psicologicamente habitados pelos adolescentes abrigados (Bleger, 1963; Aiello-Vaisberg & Machado, 2008) e evita que se faça uma tradução simultânea ou simbólica de “representações conscientes usando o dicionário psicanalítico” (Hermann, 2004 p.27), abrindo espaço para que se vislumbre novos sentidos.

Alinhadas a essa perspectiva, acreditamos que a produção de conhecimento psicanalítico acontece no encontro dialógico do pesquisador, quando este habita um campo transferencial, com seus participantes, que habitam inúmeros outros campos a serem descobertos neste encontro inter-humano. Tal concepção revela uma afinidade com a atitude fenomenológica, que valoriza a experiência vivida e implica um conhecimento que não independe da personalidade do pesquisador (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005).

Aiello-Vaisberg e Machado (2005) ressaltam que se tratando de pesquisa psicanalítica não colhemos dados nem lidamos com resultados, mas com um acontecer que revela a experiência dramática do vivido e emerge em um encontro interpessoal.

Sustentadas por essa concepção, não perdemos de vista que o material narrativo colhido para esta pesquisa constitui expressão coletiva de um grupo de adolescentes, na medida em que os jovens compartilham a experiência de serem abrigados e residirem em um mesmo Abrigo.

Por essa razão, como primeira etapa de análise, tomamos cada NI individualmente, para depois ser interpretada em conjunto com as demais narrativas do grupo. As NT forneceram o contexto de produção dessas narrativas, bem como o clima emocional em que cada encontro ocorreu. Desse movimento interpretativo que partiu do singular para chegar ao coletivo realizamos a produção interpretativa dos campos de sentido afetivo-emocional que se descortinam pelo método psicanalítico.

Em seguida, tomamos como base as ideias winnicottianas sobre o ambiente suficientemente bom, a experiência da privação e o desenvolvimento emocional primitivo em diálogo com a literatura científica a fim de ampliar o conhecimento sobre a experiência do abrigamento e desabrigamento de jovens institucionalizados.

2.5 O Abrigo: visitando a casa dos adolescentes

O Abrigo que se tornou nosso campo de estudo localiza-se em um bairro residencial de uma cidade do interior paulista. O Abrigo conta com duas construções localizadas na mesma rua. Uma delas é o Centro Técnico, que reúne os funcionários do Abrigo, como os psicólogos, assistentes sociais, coordenadores e atendentes e a outra constitui o próprio Abrigo. O Centro Técnico conta com algumas salas reservadas para atendimento individual ou para atender as famílias das crianças ou adolescentes acolhidos na instituição.

O Abrigo caracteriza-se por um terreno que reúne a Casa das Crianças, que acolhe crianças de 0 a 12 anos de ambos os sexos, a Casa das Meninas, que abriga adolescentes de 12 a 18 anos do sexo feminino e a Casa dos Meninos, que acolhe adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino. Cada casa possui um nome próprio que aqui será mantido em sigilo. Embora as casas

dos adolescentes sejam divididas por gênero, entre as casas existe um grande quintal, onde todos os adolescentes podem transitar livremente. O quintal conta com uma quadra esportiva e uma área com terra, que no momento está sendo reformada para ser transformada em uma horta.

Na Casa das Meninas os quartos são numerados, sendo sete no total. Cada um possui um banheiro e três camas e um guarda roupa. Apenas um quarto possui dois berços para abrigar bebês de duas adolescentes acolhidas recentemente. A sala de estar possui uma televisão, dois sofás e dois murais com fotos de algumas adolescentes e educadores. A casa possui lavanderia, cozinha com geladeira e despensa (que fica trancada e sob supervisão do educador social), micro-ondas, fogão e duas mesas com cadeiras.

Também encontramos uma sala de jogos composta por um computador, uma estante de livros desorganizada, um armário com jogos, um piano mal conservado e uma mesa com cadeiras. A sala costuma ficar trancada e só é aberta e utilizada em horários estabelecidos pelo educador social.

Outro cômodo é a assim chamada pelos educadores e adolescentes como “sala da bagunça” na qual são depositados colchões não utilizados no momento, bem como tecidos, linhas, uma máquina de costura e outros apetrechos. A sala costuma ser utilizada para confeccionar máscaras e fantasias em época de festas ou eventos.

A Casa das Meninas também possui uma sala de descanso para os educadores que conta com geladeira, banheiro, armário com produtos de limpeza, armário com materiais escolares e medicamentos (administrados pelos educadores), uma TV, sofá, mural com os horários escolares das meninas, eventos, compromissos, escalas de serviço doméstico, horários de ônibus, e outras informações.

A Casa dos Meninos é semelhante à das meninas. Também possui sete quartos numerados, porém o banheiro, diferente da Casa das Meninas é um cômodo coletivo. A casa possui lavanderia com os mesmos equipamentos da casa anterior. A sala de estar é composta por quatro sofás e duas televisões. Os educadores também possuem uma sala de descanso com os mesmos

apetrechos da casa anterior e um banheiro próprio ao final do corredor dos quartos.

Entre as duas casas e a quadra esportiva existe um grande refeitório e uma cozinha, onde é preparada a comida para alimentar todas as crianças e adolescentes que moram no Abrigo; no refeitório, existe uma cozinha industrial onde é desenvolvido um projeto coordenado por uma chef de cozinha que reúne uma psicopedagoga e um educador físico para profissionalizar jovens que tenham interesse no ramo da gastronomia. A oficina também acontece com as crianças e devido à faixa-etária os profissionais trabalham outros aspectos como o desenvolvimento motor, físico e pedagógico.

Entre as duas casas também existe a área administrativa com salas reservadas para recepção, coordenação administrativa, departamento pessoal, sala de atendimento, coordenação geral, sala de materiais, sala de projetos, sala de depósitos e almoxarifado. A instituição possui vínculo com a prefeitura do município e reúne os seguintes profissionais: cinco psicólogos, cinco assistentes sociais, três coordenadores, e onze educadores sociais. Cada casa conta com um coordenador e uma equipe técnica (um psicólogo e um assistente social), mas existe uma coordenadora geral responsável por todas as casas.

2.6 Cuidados éticos

A realização deste trabalho foi autorizada pela diretora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município e pelas resoluções 016/2000 e 023/2007 do Conselho Federal de Psicologia no que se refere à realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas sob o Parecer de número 1.913.314 (Anexo I).

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao presidente do abrigo e responsável legal pelos adolescentes (Anexo II) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo III) a cada participante em respeito a sua participação e consentimento. Foram explicados os objetivos e metodologia da pesquisa, assim como as garantias de sigilo dos participantes,

preservando-os de possíveis constrangimentos e exposição desnecessária.

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS INTERATIVAS

Apresentamos neste capítulo as Narrativas Interativas produzidas pelos adolescentes acolhidos na instituição sendo onze meninas e três meninos os que se voluntariaram a participar deste estudo. Destacamos que as narrativas foram aqui reproduzidas com correções ortográficas seguindo as normas da Língua Portuguesa a fim facilitar a compreensão do leitor e proteger os participantes. A forma e estrutura do texto foram mantidas. Os nomes dos participantes foram trocados, assim como os nomes citados nas narrativas com o intuito de preservar o anonimato. O leitor perceberá que a pesquisadora atribuiu nomes de personagens de Contos de Fadas aos participantes como modo de garantir o seu anonimato e, de forma lúdica, manifestar seu desejo de que a infância perdida pudesse ser resgatada, o que aparentemente não aconteceu em suas histórias de vida

Aurora, 14 anos

Olha, Dani, eu morava com o meu pai e eu fui morar no abrigo e as pessoas de lá me acolheram bem. Fui conhecer as meninas de lá, foi ruim sabe Dani, mas eu fiquei meio triste por que eu queria ver meu padrasto que eu chamava de pai. Quando eu nasci meu pai morreu e MINHA MÃE FALAVA QUE A CULPA ERA MINHA. Passou 2 anos a minha mãe me deixou na casa de uma amiga até que eu eu fiquei doente e a amiga dela foi num posto de saúde. Lá eu comecei a chorar, eles me levaram para o conselho tutelar onde eu fiquei até os cinco anos de idade. Depois meu padrasto me adotou e eu fiquei feliz sabe, meu padrasto era da minha família, ele é meu tio, e isso me deixou feliz.

Depois de um tempo minha mãe veio atrás de nós e foi bom, também veio uma irmãzinha e eu fiquei feliz sabe, eu fiquei com minha irmã, pois minha mãe abandonou ela também. Minha madrasta começou a cuidar dela, mas depois de um tempo a minha madrasta morreu então ficou eu, meu padrasto, e o filho do

meu padrasto e gente começou a se virar, se virar sem uma mãe e difícil mas deu tudo certo. Depois meu pai ganhou uma casa e eu fiquei feliz por que minha madrasta lutou tanto para ganhar essa casa, aí meu padrasto se mudou para a casa nova. Mudamos para lá e meu pai se deu bem com o vizinho mas veio uma menina dizendo “não tenho casa para morar” então eu chamei ela para morar em casa. Meu pai deixou ela foi morar em casa, mas eu briguei com ela e ela quis me ferir com uma arma de choque, então eu peguei uma foice e taquei a foice nela só para assustá-la. Depois de um tempo ela me chamou para fazer programa mas eu não queria, então ela me denunciou para a polícia e falou que meu pai tinha me estuprado, batido, e me vendia, então o juiz pediu a minha guarda ai eu estou no abrigo de novo, essa é a minha vida.

Maria, 13 anos

Bom, eu morava com a minha tia lá em São Paulo e era muito bom, mas a minha tia Maria queria pegar eu o Rafael. Eu fiquei chocada porque eu sai da casa dos meus irmãos Fernando e Marcelo e eu amo ele demais.

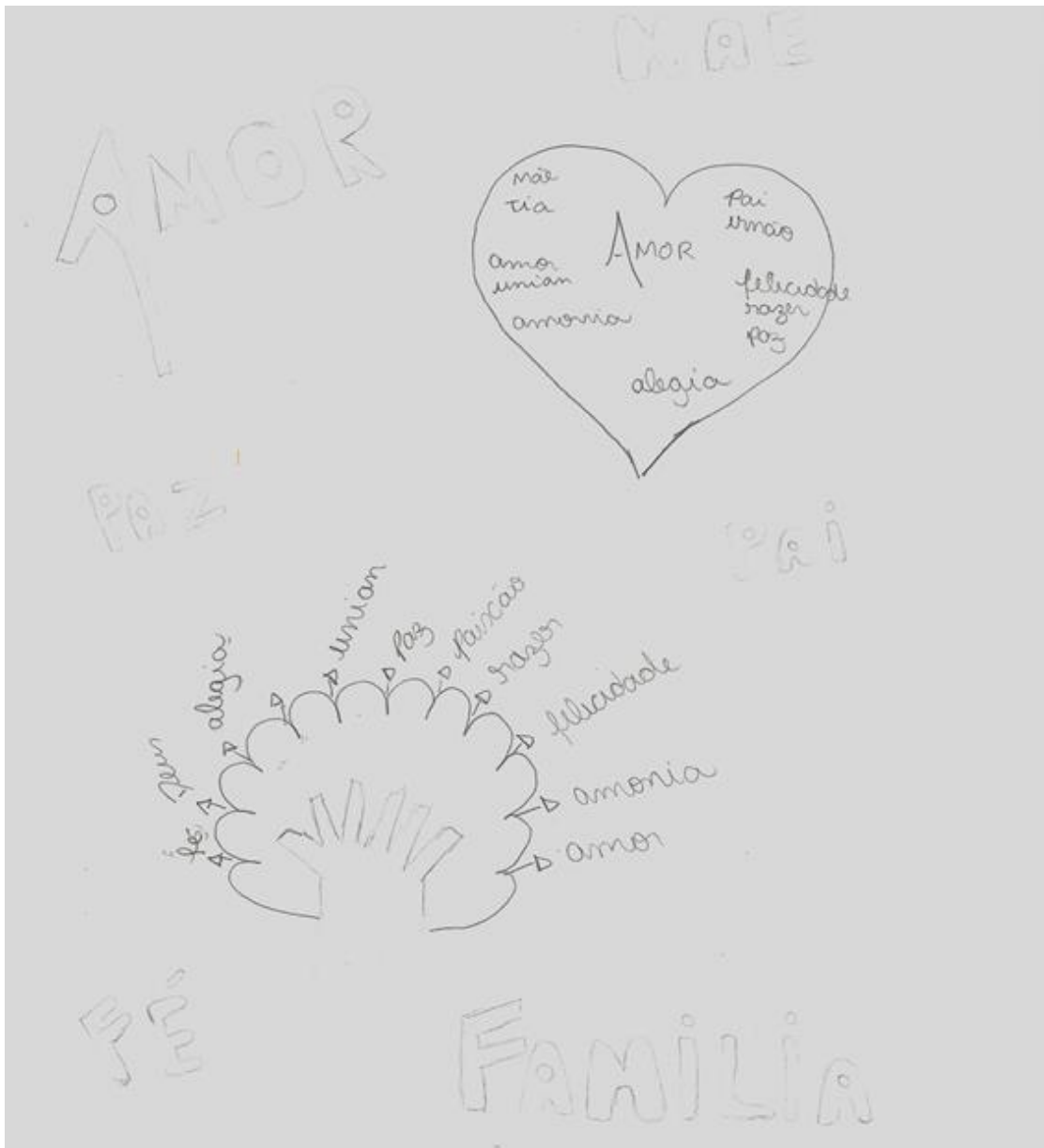
Três anos depois a minha mãe biológica estava morta porque, ela estava internada com um câncer no fígado. Quando minha tia Maria disse que ela estava morta eu chorei muito, eu e o Rafael choramos muito. O Rafael queria entrar dentro do caixão. Bom, eu não gostei disso...

Onze anos depois a minha tia morreu também, ela estava internada plantador de cana [referência a hospital da região] e eu fui visitá-la, ela estava linda. Ela morreu eu fiquei triste demais... Minha prima Daise me mandou para o abrigo e agora já faz um ano sete meses que estou aqui. Eu tenho poucas amigas, a minha melhor amiga é a Patrícia, só ela e mais ninguém. As vezes eu quero ir embora mas seria muito errado porque eu quero ir embora com os meus irmãos o Fernando e Marcelo.

Aqui não é muito chato porque tem tudo o que eu nunca vi na minha vida, parque, circo, acampamento, baladinha e festas juninas. Bom, eu não quero ir embora se for para ficar com a Daise. Com ela eu passava muita fome e não podia tomar banho, eu tinha que chorar para poder tomar banho. Agora eu vou falar os nomes da minha vida.

- *Anna Vitor*
- *Rodrigo Gustavo*
- *Maria Gabriel*
- *Daise Nayara*
- *Tio Walter Cida*
- *Tio Cícero Camila*
- *Ana Julia Vagner*
- *Cecília Pedrinho*
- *Maria Gabriela Iasmin*

Agora eu estou muito feliz porque estou no abrigo.



Alice, 12 anos

Eu tive um problema, a minha mãe morreu e meu pai também e fiquei muito triste! Eu comecei a chorar quando soube que iria para o abrigo, comecei a chorar, chorar, chorar e então cheguei no abrigo.

No começo eu não estava acostumada, mas depois comecei a me acostumar e comecei a brincar com os meus amigos da Casa de Passagem por que eu passei por lá antes de vir para o abrigo! Quando eu vim para o abrigo eu gostava daqui no início agora eu não gosto mais... Sabe, eu quero voltar para Casa!

– Para mim Dani eu vou voltar para a casa, mas não sei ainda se vai acontecer exatamente isso!

– Mas eu quero ver você aqui na escola, não quero ficar sem ver você!

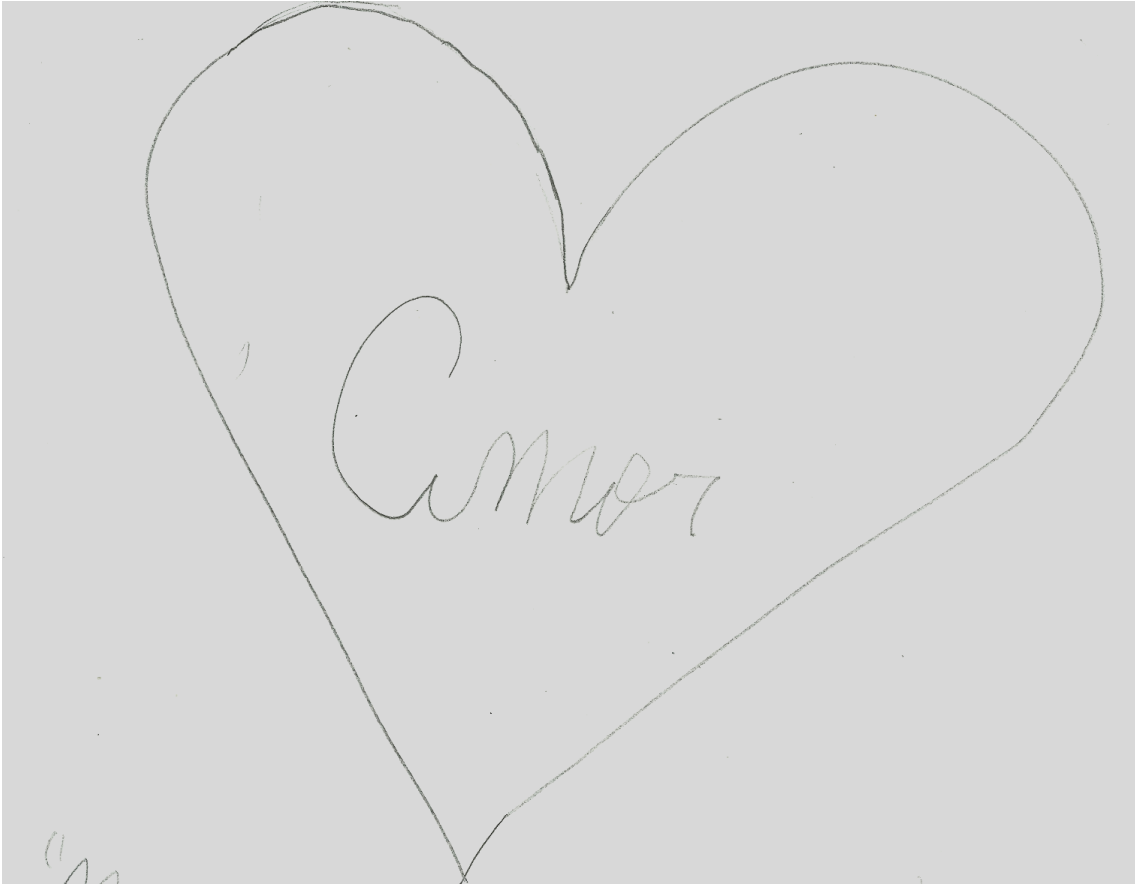
– Eu sei que é difícil ficar sem ver uma pessoa que você gosta muito.

– É verdade! É difícil mesmo ficar sem uma pessoa que você gosta muito!

– E eu também gosto muito de você, se eu for embora nunca vou esquecer de você! Eu tenho certeza que gosto muito de você!

Cheguei em casa tomei um banho e fui para a cama dormir!

No dia seguinte, eu recebi a notícia de que eu iria embora, fiquei super feliz, mas na hora pensei no meu amigo Dani, ele não ia mais me ver!



*“Nunca vou esquecer o Dani por que ele é meu melhor amigo”
Melhores amigos para sempre!!!*



AMOR

ETERNO

VIVER

SEMPRE

EU VOLTEI PARA CASA E COMECEI a brincar bastante!

Eu vi meus pais, minha mãe, e eu fiquei muito feliz por reencontrar minha família! Comecei a chorar, chorar, chorar e chorar de felicidade por ter reencontrado meus pais!

– Falei:

– Ai que legal eu gostei muito de ver meu pai e minha mãe! Ai que triste eu estou sem ver meu amigo Dani, ai que chato ficar sem ele! TRISTE , TRISTE



Cachinhos Dourados, 13 anos

– *É assim quando eu sai da casa da minha mãe eu fiquei chateada e quando as pessoas falam da minha mãe eu também fico muito chateada. POR QUE eu? Não tenho ninguém para me apoiar ou para conversar comigo, é assim....Eu fico triste mas eu tenho um amigo que é você Dani, mas você é como um irmão para mim, de coração, eu posso contar com você pra sempre amigo até depois do...*

Fim

– *Sim claro que pode sempre contar comigo, fico triste quando você fica assim.*

– *Eu prometo que tudo que acontecer vou contar com você amigo Dani, eu te amo MUITO.*

– *Eu também te amo amiga!!!*

– *Seremos amigos até depois do fim*

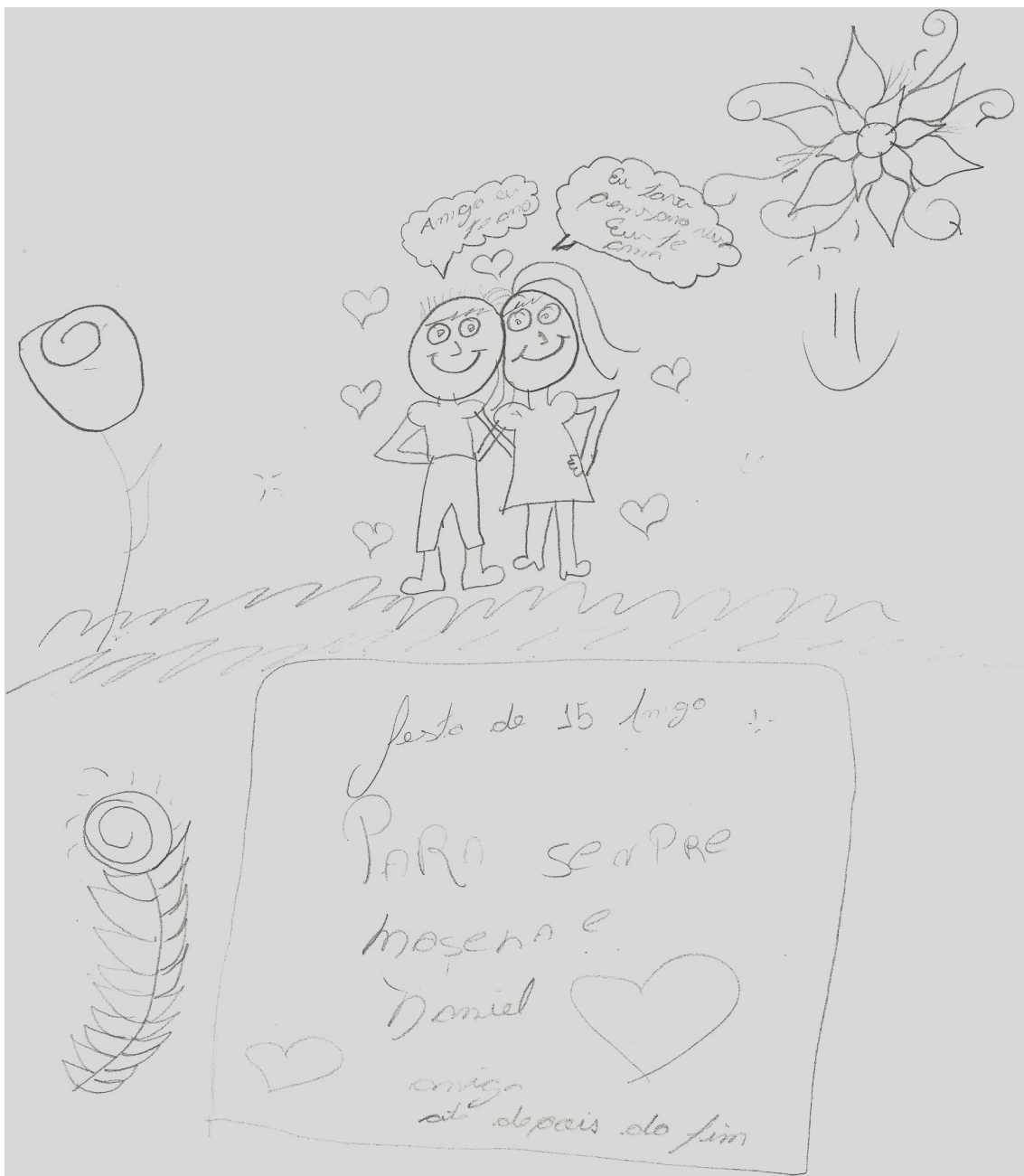
– *Vamos voltar para a aula, estão nos esperando*

– *Vamos sim!!*

– *Melhorou?*

– *Melhorei sim! kkkkk*

E assim terminou a história. A menina saiu do abrigo e passou a ir todos os dias na casa de Daniel. Ficaram tão amigos que comemoraram juntos a festa de 15 anos e convidaram: a mãe, pai, avó e avô e o restante dos familiares. Foi uma maravilha festa e assim acabou!!! Fim.



Esmeralda, 13 anos

– *Sim, me conte tudo.*

– *Desde o começo do ano, os educadores perguntavam para mim se eu tinha um lugar para morar, e eu já desconfiava que eles me perguntavam isso porque esse ano eu completo 18 anos. Sempre que se completa essa idade lá no abrigo, os acolhidos tem que ir embora para seguir a vida, e dar lugar para outra pessoa;*

– *Mas Ma, você não deveria estar triste, você deveria estar feliz por sua saída de abrigo*

– *É que eu não sei para onde eu vou*

– *Por que, você não tem família?*

– *Só tenho a minha avó*

– *Ela mora no Rio de Janeiro, e eu não quero ficar longe dos meus amigos;*

– *Mas você não tem mais ninguém além da sua avó?*

– *Só tenho o meu irmão, mas... Ele está em coma no hospital*

– *Não se preocupe, venha morar comigo e com a minha mãe, ela vai adorar ter você morando conosco, será uma bela companhia;*

– *eu não sei, não vou incomodar?*

– *Não entendo... Você é minha melhor amiga, eu não conseguiria viver sem você.*

– *Tudo bem, vamos falar de coisas boas, e parar de falar de coisas ruins, você vai ao meu aniversário de 18 anos?*

– *Logico que vou, já passei por essa idade mas eu ainda tenho um pensamento jovem.*

Então Marcela retornou para o abrigo com uma novidade, estava louca para encontrar sua amiga, que se chamava Ingrid.

– *Então Marcela o que aconteceu hoje que você saiu daqui com um ar de tristeza e voltou com um sorriso no rosto que dá gosto de ver?!*

– *Eu consegui um lugar para morar até encontrar uma casa e começar a trabalhar.*

– *Que bom! Amanhã você me conta tudo.*

– *Tudo bem. Vamos dormir?*

– *Vamos. Boa noite.*

– *Boa noite.*



Branca de Neve, 12 anos

Tudo começou quando eu fui morar com a minha tia chamada Geise. A minha mãe não podia cuidar de mim, então eu e mais 8 crianças morávamos com ela. Minha tia cuidava bem de mim, mas um dia ela saiu para uma festa de carnaval e não voltou, eu tive que cuidar das minhas primas! Um dos meus primos, que na época tinha 14 anos tentou fazer bolinho de chuva e se queimou, eu como mãe naquela hora não sabia o que fazer pois também tinha uma prima chorando e outra dormindo além do meu primo chorando porque tinha queimado a mão.

Naquela hora eu pensei em colocar a mão dele na água gelada, mas não ajudou muito né? Eu não aguentava mais tudo aquilo, eu estava sofrendo muito com tudo aquilo.

Era muito peso para uma pessoa só. Imagina, a minha tia tinha 5 meninos e 2 meninas morando com ela e eu cuidava deles... eu não aguentava mais tudo aquilo. Eu queria morar com a minha mãe, mas ela não podia ficar comigo, depois minha tia me abandonou e desde então eu estou no abrigo. Eu queria voltar para a casa da minha mãe, eu sei que a minha avó quer pegar a minha guarda, mas eu não sei como vai ser e estou preocupada.

Chapeuzinho Vermelho, 12 anos

– Eu estava em casa brincando com as minhas amigas quando soube de um casal interessado em adotar um filho. Quando bateram os olhos em mim já quiseram me adotar...

– Sério Marcela?

– Sim eles me acharam especial, gostaram do meu jeito carinhoso e quiseram me adotar.

Marcela começou a chorar, então Daniel enxugou suas lágrimas e falou.

– *Você não precisa chorar, não está contente?*

– *Olha Dani, estou meio triste porque vou ficar sem ver minhas amigas, não vou ser a mesma coisa sem ter vocês comigo...*

– *Mas você vai ser mais feliz, não é o seu sonho ter uma família? Afinal você está no abrigo desde bebê...*

– *Sim, mas percebi que vocês são uma família e eu não quero ir embora, quero ficar aqui, não quero ir!*

Ela começou a chorar e Daniel abraçou-a e acariciou seus cabelos

– *Não chore...*

Daniel tentava consolá-la e depois de muito tempo Marcela parou de chorar, mas com os olhos ainda cheios de lágrimas falou:

– *Dani você é como um irmão para mim*

– *Você também, Marcela.*

Cinco dias depois ela estava arrumando suas fotos na mala chorando quando ouve uma voz:

– *Vamos Marcela!*

– *Já estou indo...*

Quando ela saiu do quarto teve uma grande surpresa!

– *KKK! Estava tão nervosa que esqueci que existe outra Marcela no abrigo, a Marcela Fernanda!*

Que bobinha, a Marcela de quem falavam não era ela, mas outra garota que havia acabado de chegar no abrigo. Na mesma hora foi contar para Daniel que se tratava de um engano:

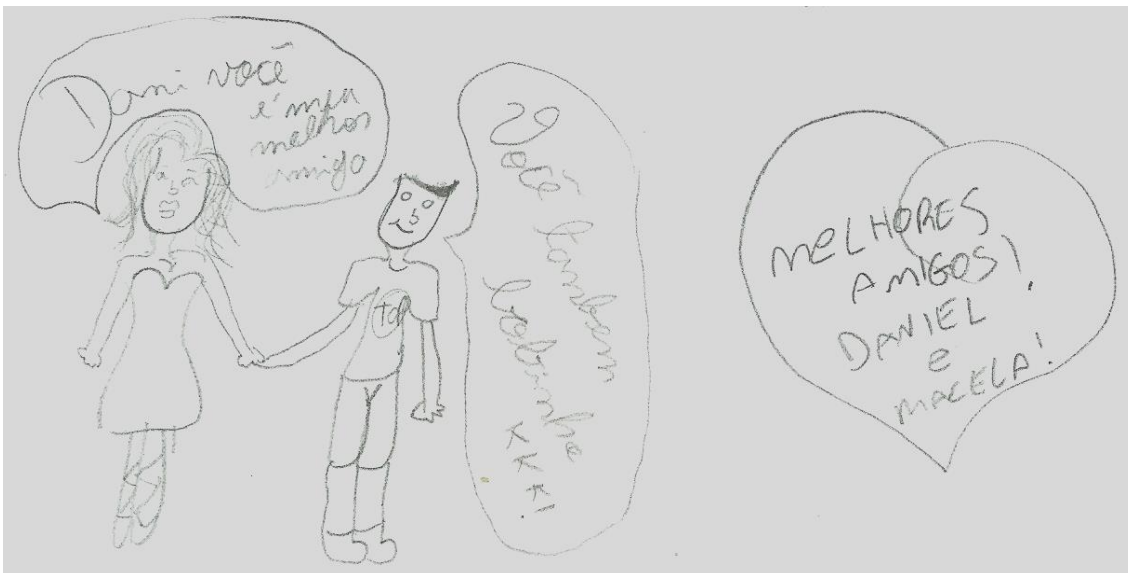
– *Dani! Eu não vou mais embora, eles estavam falando da outra Marcela!*

– *Sério?*

– *Sim!*

Então fizeram uma festa para comemorar.

Fim.



Anastasia, 15 anos

Olha Dani, eu morava com o meu pai mas a gente não se entendia muito bem por que ele falava que eu me parecia muito com a minha MÃE. Ele falava que não gostava de mim, que ele não era o meu pai, que não me amava, que se arrependeu de ter me colocado no mundo, etc... Mas eu perguntava “pai por que o senhor não gosta de mim? Só por causa da minha MÃE? Mas o que ela fez para você?!”:

Ele falava:

– Não pergunte da sua MÃE, eu me arrependo de ter conhecido a sua MÃE, ela me fez muito mal eu odeio você e a sua MÃE. Ela te abandonou quando você tinha 2 meses, a sua MÃE nunca se importou com você e nem comigo.

– Mas pai eu não tenho culpa de ter nascido igual a minha MÃE

– Mas eu me arrependo muito de ter colocado você no mundo.

Ele disse isso de tanto eu perguntar sobre a minha MÃE. Uma vez eu perguntei novamente para o meu pai sobre a minha MÃE. Quando eu fui

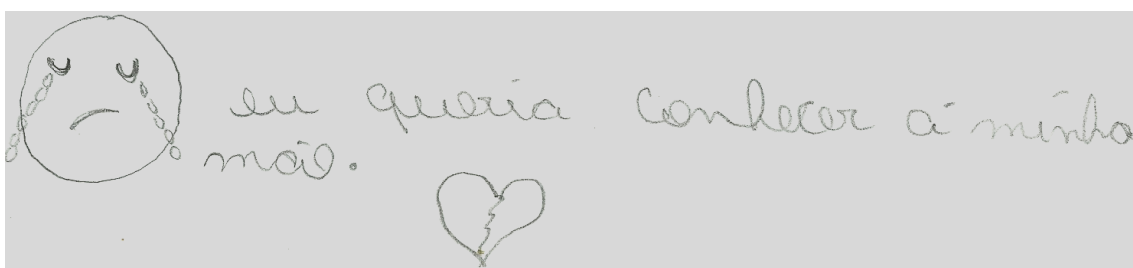
perguntar para o meu pai sobre a minha MÃE eu disse “pai me fale sobre a minha MÃE eu gostaria de conhecê-la”.

Então meu pai começou a me bater com um cabo de vassoura e eu morava sozinha com ele. Meu pai me bateu, me trancou dentro de casa e saiu. Eu comecei a gritar por socorro, meu pai me bateu muito e meu braço estava doendo muito.

Gritei mais alto pedindo socorro, minha vizinha escutou meus gritos e chamou a polícia. Os policiais arrombaram o portão e a porta da minha casa e me levaram para o Cota, onde os médicos engessaram o meu braço. Depois fui levada para a delegacia e eu fiz um boletim de ocorrência contra o meu pai.

Os policiais me levaram de volta para a casa e meu pai estava lá, eles conversaram com o meu pai, mas quando foram embora meu pai me bateu novamente. Ele saiu e me deixou sozinha em casa de novo.

Eu gritei, e a minha vizinha ligou para o conselho tutelar. Eles foram na minha casa, me tiraram de lá e me trouxeram para o abrigo. Eles disseram que seria melhor eu ficar aqui pela minha segurança e eu respondi “tá bom”. Desde então eu estou aqui. Até hoje eu procuro informações sobre a minha MÃE, mas é difícil ficar no abrigo longe da minha família.



Cinderela, 14 anos

Olha, Dani, eu morava com a minha mãe! Mas dentro de casa rolava muita briga e com o tempo fui sentindo raiva, ódio e vontade de morrer. Comecei a fugir de casa e fui parar no abrigo. Com o tempo me acostumei mas foi difícil, pois nesse tempo que fiquei lá no abrigo passei por várias coisas. Porém eu comecei a gostar de lá e só de pensar que um dia terei que ir embora eu fico muito triste!

Pensar que terei que deixar as pessoas que eu mais amo me deixa muito magoada, mas fico feliz se minhas amigas forem embora do abrigo por que lá não é vida para elas. Sei que um dia vou ser feliz... Quem sabe um dia!!!

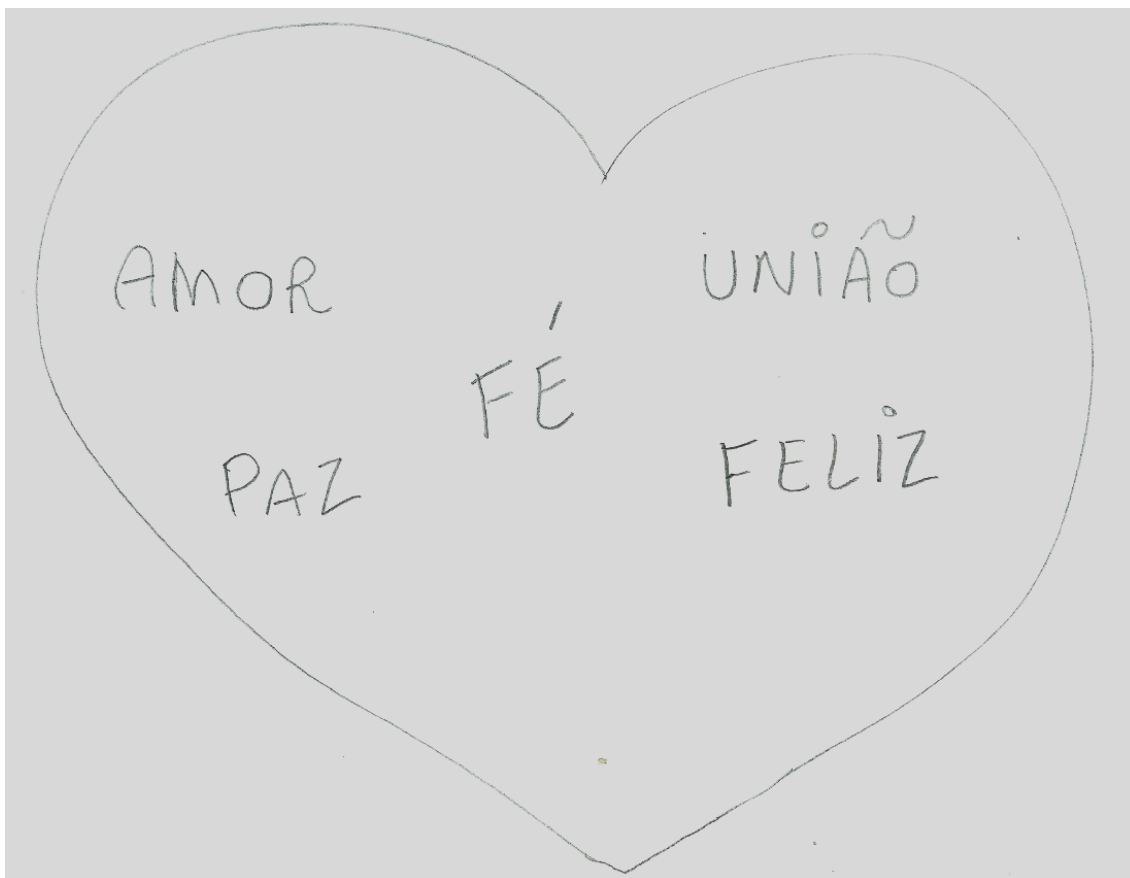
Por que por enquanto serei um pouco sozinha! Mas se Deus quiser um dia vou ser feliz. Eu amo minhas amigas que são muito mais do que amigas, são minhas irmãs! Por falta de 5 eu tenho 14 irmãs e eu amo elas...minha irmãs que levarei para o resto da vida.

[Aqui a participante insere uma lista de 14 nomes referentes às demais meninas da Casa das Meninas, os quais foram escritos a lápis enquanto a narrativa foi redigida a caneta]

Elas são a minha família que amo muito e nunca irei abandoná-las.

Ariel, 15 anos

Olha, Marcela, eu sinto muito por você, fiquei muito triste, e eu quero morar com a minha mãe.



Rapunzel, 16 anos

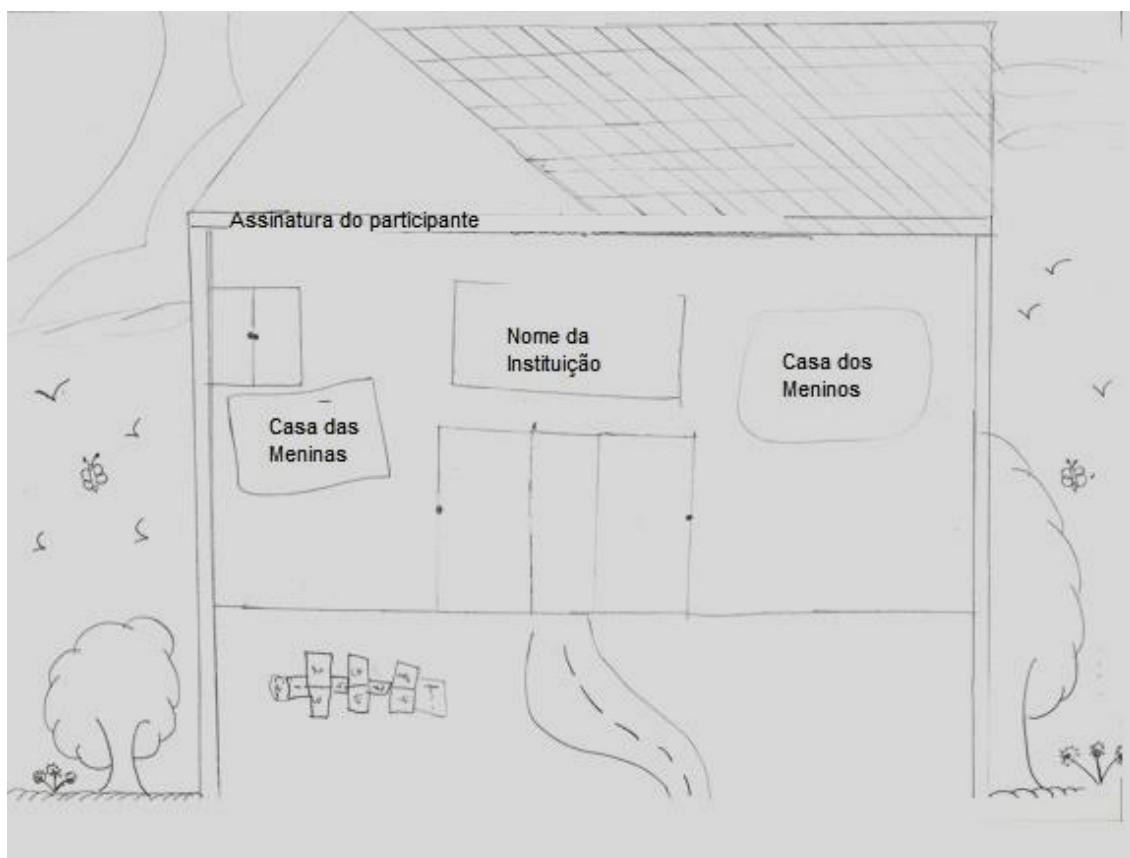
...Bom, eu morava com o meu pai desde quando era bebê, mas eu não era registrada no nome dele. Por conta de uma denuncia falsa, o conselho tutelar começou a "investigar" minha vida através dos vizinhos, mas eles são todos fofoqueiros e exagerados, pensam que sabe da nossa vida.

Ao invés do conselho tutelar procurar provas sobre essa denúncia, eles querem me colocar em uma casa de acolhimento e eu estou muito triste porque não quero ficar longe do meu pai. Todos os dias ele entra no quarto dele e chora com medo de me perder, só finge estar bem, mas nunca vi ele tão triste. Não sei o que eu vou fazer longe do meu pai por um motivo que não existe, só de pensar nisso já sinto saudades.

João, 15 anos

Marcela disse que iria embora para a casa de sua mãe que mora em Paris.

[Aqui o participante incluiu sua assinatura]



Obs: O participante incluiu o nome do abrigo e das respectivas casas que compõem a instituição em seu desenho, sendo aqui digitado como objetivod e manter o sigilo.



Obs: Como o participante completou os dois corações do desenho com o nome dos demais meninos abrigados da Casa dos Meninos os nomes foram apagados

Peter Pan, 12 anos

– *Me conta, fala.*

– *Tudo começou quando eu morava com o meu pai, ele não queria mais a minha guarda então eu fui morar com a minha mãe. Um dia o conselho tutelar foi na minha casa e viu minha mãe batendo em mim e o juiz decidiu que eu deveria ir para um abrigo. Eu comecei a chorar e fazer escândalo. No primeiro dia eu não gostei, mas depois acabei me acostumando. Hoje eu vou embora e eu não quero mais ir embora, mas terei que ir embora. Era isso que eu queria dizer para você. Fim.*

Simba, 17 anos

Marcela conta tudo para Daniel, desde o início, ou seja, como chegou ao abrigo. Os dois ficaram horas conversando, mas Daniel observou que dentro de Marcela havia uma tristeza maior do que ela realmente expressava.

Após contar tudo, e como foi sua chegada ao abrigo, Marcela ficou mais triste ao citar uma despedida, pois ela não sabia para onde “correr”, como iria se manter e onde iria morar. Pensou em várias coisas, cada vez ficava mais frustrada e apavorada ao imaginar.

Marcela disse que o mais triste seria ir embora de um berço que lhe serviu de “mãe” quando ela mais necessitou. Daniel ficou triste ouvindo ela dizer que a partida é a maior tristeza que existe. Dias se passaram... E Marcela chorou calada em seu canto.

Essa tristeza afastou Marcela da aula de teatro e tirou de seu rosto o sorriso e a alegria... Marcela olhava ao espelho e dizia para si mesma o quanto era forte para “superar” o medo dessa “nova” etapa da vida.

Alguns dias se passaram e Marcela continuou voltada para o seu mundo pensando, planejando e sonhando. Seus amigos não a viram e a preocupação começou a surgir.

Em um belo dia Daniel apareceu na frente do abrigo onde Marcela morava, chamou-a para conversar na tentativa de ajudá-lo. Marcela apareceu com um sorriso no rosto para esconder a tristeza, porém Daniel sabia que a tristeza que Marcela sentia era tão grande que não conseguiria esconder “você não me engana hahaha”.

Após horas de conversa Daniel tentou dar auxílio, suporte oferecendo uma grande ajuda à sua amiga. Marcela ficou surpresa com a ajuda e a partir desse dia teve sua felicidade de volta, pois sabia que quando saísse do abrigo poderia contar com seu grande amigo.

Anos se passaram... Marcela sempre persistente e batalhadora conseguiu concretizar seu sonho de cursar uma faculdade. Daniel e Marcela Entraram na mesma faculdade, porém em cursos diferentes. O tempo passou e ambos

concluíram a graduação, Marcela se formou em medicina e Daniel se formou em Artes Cênicas....Realizaram seus sonhos, cada um pôde fazer o que desejava.

Marcela tornou-se uma grande medica cirurgiã e Daniel fez sucesso na TV, e nas mídias. Após se encontrarem de novo Marcela e Daniel lembraram a conversa que tiveram anos antes e pensaram...

[Aqui o participante incluiu sua assinatura]

“Jamais podemos desistir de nossos sonhos, mesmo que seja impossível, quando queremos podemos torná-lo possível” . Fim.

[Aqui o participante incluiu sua assinatura]

CAPITULO 4. NARRATIVAS TRANSFERENCIAIS

Neste capítulo apresentamos as Narrativas Transferenciais (NT) confeccionadas pela pesquisadora para cada um dos encontros com os participantes. As narrativas se encontram na primeira pessoa do singular, diferentemente do restante do texto, respeitando o seu formato original, isto é, como registro transferencial do que foi vivido pela pesquisadora no encontro com seus participantes. As três NT correspondem, respectivamente, ao encontro com o grupo de meninas, ao encontro com o grupo de meninos e ao encontro individual realizado com uma adolescente.

O leitor perceberá que optamos por não cruzar os dados obtidos pelas NI àqueles registrados pela NT como forma de preservar o anonimato dos participantes e pelo fato de que este estudo teve como objetivo se aproximar da expressão emocional coletiva de um grupo de adolescentes abrigados, não sendo nossa intenção individualizar a experiência dos participantes. Pelo fato dos adolescentes não terem sido identificados, na NI receberam nomes de personagens de Contos de Fadas, enquanto nas NT foram identificados por letras do alfabeto, uma vez que não sabíamos a qual participante da discussão em grupo correspondia cada NI.

Narrativa Transferencial 1 – Grupo de meninas

Cheguei às 19 horas no Abrigo, um pouco apreensiva, pensando em quantas meninas iriam se voluntariar e como seria o desenrolar do encontro. Antes mesmo de entrar na Casa das Meninas, quando me avistaram entrando pelo portão, várias delas correram na minha direção perguntando se aquele seria o dia do nosso encontro. Curiosas perguntavam o que eu trazia comigo (levava uma pasta e uma sacola com os materiais que seriam utilizados). Animadas, as meninas me acompanharam até a Casa, onde encontrei A., uma das educadoras. Ela comentou que a sala que íamos usar estava ocupada para uma reunião organizada pelo presidente do Abrigo.

Esse “imprevisto” não me preocupou, pois percebi que as meninas estavam muito empolgadas para o encontro, e pensei que um pequeno atraso não nos prejudicaria. As meninas tentaram abrir a sacola, mas eu disse que não podíamos estragar a surpresa, “não aguento mais esperar!” afirmou uma delas aos risos.

Enquanto aguardávamos, uma menina se aproximou me abraçando, dizendo que estava no Abrigo há uma semana e que já tinha se enturmado com todas as meninas da casa, mesmo com aquelas com quem não tinha se identificado. Senti que a menina se sentia desamparada, necessitando vincular-se rapidamente ao ambiente do Abrigo e às pessoas que lá residiam.

Quando a reunião foi encerrada, o presidente do Abrigo foi avistado pelos adolescentes que formaram uma roda em volta dele, abraçando-o. Um garoto se aproximou de mim exclamando “ele é dono de tudo isso aqui!”. Eu me apresentei para o responsável legal pelos acolhidos, de quem já havia obtido autorização para a realização desta pesquisa, mas não o conhecia pessoalmente. Ele foi muito gentil comigo e com os adolescentes.

Finalmente entrei na Casa das Meninas chamando-as para o encontro. Patrícia disse que não teria disponibilidade de participar por que deveria cuidar do bebê e dar banho. Fiquei triste pela ausência dela no grupo, penso que seria uma ocasião interessante para a garota sair por um momento da rotina de cuidados do bebê e poder voltar-se para si e pensar nas questões que giram em torno da saída do abrigo.

Algumas meninas mais novas não demonstraram interesse em participar do encontro e respeitei o desejo delas. As outras me acompanharam em todos os cômodos, me acompanhando na tarefa de despertar o interesse nas demais. Depois de passar pelos cômodos da casa e me deixar contagiar pelo entusiasmo das garotas, seguimos para a sala administrativa onde realizamos o encontro.

As meninas se acomodaram nas cadeiras e olhavam curiosas e apreensivas para mim, questionando como seria o encontro e o que iríamos fazer. Retomei rapidamente o motivo pelo qual estava no Abrigo e a importância de realizar um estudo nesse contexto, já que no dia que em que foi feito o convite para os adolescentes participarem da pesquisa, algumas meninas estavam

ausentes. Também esclareci que a princípio aquele seria nosso único encontro e que não se tratava de uma avaliação, portanto, podiam sentir-se livres, sem preocupar-se em fazer “certo ou errado”.

A agitação tomou conta das meninas enquanto eu pegava as Narrativas Interativas para distribuir entre elas e o burburinho foi substituído por exclamações, como “adoro histórias!”, quando contei que trazia uma narrativa. Contagiei o grupo distribuindo a narrativa e expliquei que se tratava de uma história incompleta a que elas deveriam dar um desfecho para os personagens da forma como preferissem. As garotas me olharam entusiasmadas quando comecei a ler o texto em voz alta, instigando-as a completar o meu rabisco. “Já pode começar?!” questionou uma garota, quando dei sinal para que pudessem livremente associar. Apenas duas garotas se queixaram de não gostar de escrever, mas logo se debruçaram sobre a história.

As meninas tiveram reações variadas, algumas disseram que não sabiam por onde começar a escrever, outra garota afirmou cabisbaixa que não podia contar sua história para não mobilizar o grupo enquanto outra exclamou prontamente “isso aqui é a nossa vida!”. A maioria das meninas se identificou imediatamente com a personagem principal da história, perguntando-me se podiam escrever sobre si mesmas. Percebi que a identificação não levantou defesas no sentido de inibir o grupo; ao contrário, as garotas começaram a rabiscar com afinco, mergulhando na atividade por aproximadamente uma hora.

Após a agitação inicial as meninas começaram a escrever, e durante essa etapa algumas me questionavam sobre como redigir algumas palavras e se preocupavam com a estética do texto e da letra. Tranquilei-as esclarecendo que apenas eu leria suas produções e que a caligrafia e o formato do texto eram muito pessoais, não sendo importante para mim, afinal, não se tratava de uma avaliação.

Uma hora se passou, algumas meninas continuavam mergulhadas na atividade enquanto outras já tinham finalizado em poucos minutos, o que as deixou irritadas com as que ainda trabalhavam. Algumas meninas provocaram as que ainda escreviam, gerando conflito no grupo. Duas meninas preferiram se retirar logo depois de finalizar a narrativa, devido à demora das outras. Fiquei

pensando se esse fato prejudicaria a segunda etapa do procedimento, dificultando o manejo do grupo; afinal, era a primeira vez que eu vivia essa experiência. Por um momento fiquei apreensiva com o desafio de conduzir o grupo até o fim.

Também percebi que embora as meninas fossem unidas entre si, essa aproximação também gerava conflitos. Fiquei pensando nas vulnerabilidades que promoveriam a união do grupo, já que a necessidade de sustentar a história mútua também poderiam gerar conflitos e angústias.

S. chegou atrasada para o encontro dizendo que gostaria muito de participar, mas que estava finalizando uma tarefa da escola. Permiti que a menina entrasse e expliquei o que o grupo estava fazendo orientando-a como completar a história. L. se voltou para nós e acrescentou “vc pode falar da sua vida ou do personagem!”. S. leu a narrativa e decidida me contou “já sei o que eu vou escrever! Posso falar tudo mesmo?” Estimulei a garota a ficar livre para escrever o que desejasse.

Fomos interrompidas duas vezes por A., a educadora da Casa das Meninas. Na primeira vez, A. entrou na sala para avisar que duas meninas deveriam sair quando fosse possível porque não tinham realizado as atividades domésticas dentro da Casa. Em outro momento, entrou na sala furtivamente, sem bater na porta, gritando que S. estava com o celular sem autorização (provavelmente como punição por algum comportamento considerado inadequado). A menina começou a discutir com a educadora e saiu chorando, batendo a porta da sala, mas cerca de 15 minutos depois voltou dando continuidade à produção da narrativa.

Percebi que trabalhar em instituições é um desafio e que imprevistos e percalços sempre podem acontecer. Penso que a educadora poderia ter sido mais cuidadosa e respeitosa ao entrar na sala e falar com as meninas, ou mesmo comigo, uma vez que os educadores estavam avisados sobre a data do encontro com os adolescentes. Fiquei me perguntando se o fato de eu estar reunida com as adolescentes teria gerado algum incômodo em A., quando minha única preocupação era que tivéssemos um encontro significativo.

Embora duas meninas tivessem se retirado, busquei motivar o restante do grupo para a segunda etapa do procedimento. Quando finalizaram as histórias percebi que as meninas já estavam um pouco cansadas querendo ir embora, dado que algumas meninas ficaram esperando as demais concluírem a tarefa, o que exigiu que eu “não deixasse a peteca cair”. Seguimos para a segunda etapa – a discussão – quando provoquei as meninas questionando o que pensaram sobre a história e sobre a personagem Marcela. Provoquei: “Por que ela estava chorando?”

L. imediatamente exclamou “porque ela não quer sair do abrigo!”. “Não, ela estava chorando porque quer sair do abrigo!” retrucou Y. Nesse momento a agitação tomou conta do grupo e as opiniões das meninas borbulharam na sala; entretanto, logo se despiram da personagem e passaram a falar de si em primeira pessoa. L. declarou: “Eu só saio do abrigo com 18 anos!” Y. emendou: “Eu também! Só saio com 18!”. L. explicou que não conseguiria deixar as amigas e a Casa das Meninas, ainda que tenha afirmado que o Abrigo “não é lugar para ninguém morar”.

As outras meninas reagiram às afirmações revelando que gostariam de sair do Abrigo “o mais rápido possível”, porém ao longo do encontro essa ideia se chocava com o discurso de que também gostavam do abrigo porque lá se sentiam protegidas, acolhidas e bem tratadas.

L. e Y., que só querem deixar o Abrigo quando completarem a maioridade, concordaram que o ambiente fornece proteção e segurança, alimentando o desejo de permanecer na instituição. Ambas esclareceram que gostariam de arrumar um emprego para conseguirem se sustentar sozinhas e ter uma vida autônoma, sobretudo depois de completar 18 anos.

L. acrescentou que almeja ajudar a mãe quando tiver condições financeiras para isso, pois quer provar para a mãe que ela não é “o que ela imagina”. O tom da afirmação e a expressão furtiva da menina deixaram escapar o que me pareceu ser raiva da mãe, uma necessidade de tomar um caminho diferente e provar que é melhor do que a mãe pensa. A garota também sonha em ter dois filhos e dar a eles tudo o que a mãe não pôde lhe oferecer, além de “arranjar um marido bom que não rele um dedo em mim e nos meus filhos”.

Embora haja a necessidade de superar as expectativas da mãe e ser independente também existe o conflito entre o desejo de independência e o de dependência, uma vez que L. reconhece a segurança do Abrigo.

A interação entre as demais adolescentes revelava que gostariam de sair do Abrigo antes dos 18 anos para ficar com a mãe ou algum parente da família (pai ou tio). Argumentaram, com um tom de desprezo, que o Abrigo não era lugar para uma criança e que gostariam de deixar a instituição o quanto antes, mas paradoxalmente ilustraram o Abrigo como um ambiente que provê cuidados.

I. contou uma história de perdas, abandonos e abrigo depois de ter sido vítima de maus tratos físicos e psicológicos do tio que a adotou. Nesse momento o grupo ficou em silêncio ouvindo atentamente a história da garota que foi abandonada pela mãe em uma lata de lixo. Prosseguiu dizendo que preferia voltar para casa, onde além de ter mais liberdade desfrutaria da companhia do namorado, porém reconhece que “aqui a gente é bem tratado”. I. explicou que, mesmo tendo sofrido agressões físicas do tio, gostaria de voltar para a casa dele.

C. reagiu ao relato de I. afirmando que queria sair do Abrigo e voltar para a família sem reviver a violência física que sofreu dos pais, mas “também não quero ficar na rua”. O relato das meninas foi altamente mobilizador e fiquei angustiada sentindo que as meninas estão numa espécie de “limbo”, o qual oferece segurança e proteção, mas não o afeto que identificam nos pais ou parentes. Outras participantes também revelaram que sofreram violência na esfera doméstica, mas que ainda assim desejavam voltar para a família, acreditando que a agressão não voltaria a acontecer. Acredito que o pensamento de que a violência seria magicamente abolida é uma forma de sobreviver ao sofrimento de ter sido agredida pelos próprios pais (ou outro cuidador). Alguns autores também assinalam a idealização da família, sobretudo da mãe, como uma forma de lidar com a angústia, funcionando como uma esperança de que a dinâmica violenta da família mude.

Muitas meninas perguntaram se podiam registrar seus nomes na NI, e algumas o fizeram. Percebi a necessidade que tinham de contar a própria história e de se verem reconhecidas nela, talvez pelo fato da instituição oferecer um cuidado de caráter coletivo enquanto eu ali estava escutando e valorizando cada

detalhe significativo de suas vidas. Só agora me dei conta de como o anonimato as incomodava e do reconhecimento que obtinham ao assinar seus nomes.

Percebi que o encontro estava chegando ao final quando as meninas repetiam as mesmas ideias sem trazer novas elaborações e já tínhamos refletido sobre as questões principais que as mobilizaram acerca do tema da saída do abrigo. Após a finalização dessa etapa, distribuí os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido para o grupo e expliquei que se tratava de uma autorização que deveriam completar para consentirem com a participação na pesquisa. As meninas ficaram curiosas para verem a minha assinatura, então rabiscamos o documento juntas, cada uma assinando no espaço que lhe cabia – pesquisadora e participante.

As garotas me ajudaram a arrumar a sala e acompanhei o grupo até a Casa das Meninas. As meninas mais novas andavam de mãos dadas comigo, perguntando quando seria nosso próximo encontro, quando eu traria mais histórias ou outros materiais. Foi difícil me despedir, mas acredito que o encontro tenha sido significativo para elas como foi para mim.

Narrativa Transferencial 2 – Grupo de meninos

Conforme combinado com os meninos, cheguei às 20h na instituição. Assim que entrei percebi uma movimentação diferente: no refeitório, estava acontecendo uma apresentação de teatro para as crianças e adolescentes do Abrigo. Discretamente, me sentei em uma cadeira próxima aos adolescentes quando alguns notaram a minha presença, acenando para mim.

Alguns educadores sociais que eram desconhecidos até o momento também estavam lá e, ao final da atividade, me apresentei para eles. Fiquei em torno de uma hora aguardando a peça que tratava de valores pessoais para transmitir a mensagem de que o trabalho é o melhor caminho para alcançar sucesso e dignidade na vida. Entretanto, senti que os personagens eram infantilizados e tratavam a plateia do mesmo modo. Acredito que um trabalho de elaboração e reflexão dos personagens seria mais interessante para se

desenvolver com crianças e adolescentes, independente da condição de estarem abrigados.

Os adolescentes não souberam me dizer quem eram os responsáveis pelo teatro, apenas que a atividade não foi planejada, sendo comunicada a eles no momento da apresentação. Provavelmente pessoas que trabalham com o universo do teatro se voluntariaram para apresentar-se no Abrigo. Durante os dias de ambientação no Abrigo, me deparei com outras pessoas oferecendo trabalho voluntário. Penso que esse ambiente atrai pessoas com uma lógica caritativa, resquício dos antigos orfanatos e da época em que crianças e adolescentes, especialmente os de classes sociais desfavorecidas, não eram considerados sujeitos de direitos.

Fiquei preocupada com o atraso de uma hora, pois eram 21h e nem havíamos iniciado o encontro. Relembrei os educadores o motivo pelo qual estava no Abrigo e que pretendia chamar os meninos para subirem até a sala administrativa comigo, mas uma educadora disse que antes os meninos deveriam fazer a limpeza no refeitório, onde o teatro aconteceu.

Aprensiva com o tempo que nos restava fui até a Casa das Meninas enquanto aguardava os meninos finalizarem a limpeza do refeitório. Algumas meninas que estavam no quintal ficaram curiosas com a minha presença e me convidaram para entrar novamente em sua Casa. S. me deu as mãos e fomos juntas até lá.

Encontrei P. em um dos quartos amamentando seu filho. A adolescente carregava o bebê carinhosamente, interagindo com ele, enquanto conversava comigo. P. relatou que “aprendeu a ser mãe rapidamente” e que embora às vezes receba ajuda das educadoras, gosta de cuidar do filho, não delegando a tarefa para mais ninguém. Senti que o bebê era uma motivação para P. cuidar de si própria haja vista que agora um ser muito frágil dependia dela, como se a maternidade a tivesse fortalecido.

J. me encontrou na Casa das Meninas para avisar que haviam finalizado a tarefa no refeitório. Eu me despedi das meninas e J. me acompanhou até a Casa dos Meninos. Apesar de ter encorajado os garotos da Casa a participar do encontro, somente J. R. e L. aceitaram o convite. Dois educadores estavam na

casa e gentilmente pegaram os RG dos meninos para mim, para que os garotos pudessem preencher o Termo de Assentimento ao final do encontro. Dois adolescentes que estavam na sala não quiseram participar da pesquisa, mas percebi que tiveram dificuldade em dizer “não” para mim. Os meninos pareciam envergonhados, inclusive disseram que não tinham RG, o que me pareceu um modo de se desculpar por sua recusa. Comentei que a atividade era voluntária e que respeitava a sua decisão.

Gostaria que mais adolescentes tivessem se disponibilizado porque configuramos um espaço de reflexão para dar voz ao adolescente, algo que talvez não seja vivido com frequência no Abrigo. Entretanto, sabia que nem todos aceitariam o convite e penso que esse fato também constitui um elemento importante para análise.

Entramos na sala administrativa da instituição e notei a expressão de curiosidade dos meninos, com exceção de R., que seguiu cabisbaixo e tristonho. Os garotos se acomodaram nas cadeiras e iniciamos o procedimento. Primeiramente, relembrei o motivo pelo qual estávamos ali, além da importância de realizar uma pesquisa naquele ambiente. Em seguida, contei que trazia uma história e que eles deveriam dar um desfecho para os personagens, já que a narrativa estava incompleta. J. e L. sorriram animados, enquanto R. permaneceu calado com a mesma expressão tristonha. Senti que o garoto esperava algo de mim, imaginei que teria aceitado participar para obter respostas ou um sentido para suas angústias.

Distribuí folhas em branco, lápis, borracha e caneta para os garotos e realizei a leitura da narrativa em voz alta provocando os adolescentes a se implicarem na história. R. escreveu apenas uma frase curta e dedicou o restante do tempo a completar o meu rabisco com um desenho do próprio Abrigo, repleto de detalhes. J. me questionou por que a personagem da história estava chorando e L. perguntou se ela desejava sair do Abrigo, esclareci que não havia resposta certa ou errada, cada um deveria ler e entender a história da forma que fizesse mais sentido.

Enquanto L. e R. finalizaram, J. não tinha escrito metade da longa narrativa que produziu. Fiquei preocupada com relação ao tempo, uma vez que

quase uma hora havia se passado e os dois outros garotos se mostraram inquietos e irritados com a demora do colega, como aconteceu com o grupo das meninas.

Instiguei os garotos para seguirmos para a etapa da reflexão em grupo, quando recolhi as narrativas e perguntei suas opiniões a respeito da história. Provoquei o grupo questionando por que Marcela, a personagem da história que morava em um abrigo, estava chorando. J. e L. afirmaram imediatamente “porque ela não quer sair do abrigo!” L. explicou que “ela chorou muito, muito, mas muito mesmo” quando chegou no abrigo, mas depois ela se acostumou com o ambiente e não queria mais sair. J. também comentou que Marcela tinha se habituado ao ambiente do abrigo e sentia muita dificuldade em se despedir. Pareceu-me que a ideia de sair do Abrigo era muito angustiante após terem estabelecido um vínculo afetivo com a instituição abrigo e os educadores.

Como percebi que os meninos se protegiam através dos personagens, mantendo a fala atravessada por eles, segui a demanda do grupo e decidi me dirigir aos garotos através dos personagens. J. seguiu explicando que Marcela gostaria de ir embora, mas não sente que a instituição fornece suporte e recursos emocionais para quando tiver que “andar com as próprias pernas” fora do abrigo revelando que “ela quer sair, mas não quer se despedir e não sente que tem suporte”. Estimulei o garoto a me contar que tipo de suporte Marcela necessitaria e J. afirmou que Marcela precisa ser orientada pelos educadores do Abrigo a como procurar um emprego, preencher currículos, como se portar em situações diversas e outras atividades práticas e desafios do cotidiano.

J. acrescentou que a instituição deveria auxiliar na independência dos adolescentes, “deixar eles fazer coisas sozinhos” e explicou sobre a falta de apoio e suporte para o adolescente que está na transição para a saída do Abrigo. Segundo o menino coisas simples do dia a dia poderiam ajudar a estimular a independência como, por exemplo, estimular adolescentes que já podem ir a uma consulta sem a companhia de um educador social.

Embora J. fale sobre uma ajuda em relação a questões práticas da vida cotidiana, como fazer uma compra no mercado, ir a uma consulta médica sozinho ou preencher documentos, também revela uma falta de apoio para a

transição para a saída do Abrigo, uma vez que sem a ajuda com questões práticas os adolescentes sentem-se desamparados ou despreparados para esse momento. Também sinto que o adolescente demanda uma continuidade do cuidado no momento da saída do Abrigo, que se revela como uma interrupção da experiência de segurança provida pelo Abrigo até o momento.

A fala de J. resgata minhas leituras de textos que abordam a dificuldade das instituições de abrigamento em orientar os adolescentes que saem do abrigo em função da maioria para os desafios da vida prática, seja no horizonte pessoal ou profissional. Enquanto o adolescente aponta essa angústia fiquei pensando no motivo pelo qual os educadores não oferecem essas orientações para os adolescentes, haja vista que o garoto já tem 17 anos e logo terá que deixar a instituição. Fiquei aflita, vendo o menino sentindo-se isolado, sem ter contato ou informações sobre o mundo fora do Abrigo.

J. acrescentou que Marcela ficou triste ao chegar na instituição, mas “fez vínculo no abrigo e depois ela tem que sair de novo”. Nesse momento me lembrei da expressão “reedição do abandono” citada pela literatura sobre o tema, que relaciona a saída do abrigo pela maioria como uma segunda ruptura. O garoto contou que Marcela entendeu que o abrigo era o único lugar que ela teria para ficar, então acabou se habituando ao ambiente e pessoas. Senti que o garoto também tentava se convencer de que o ambiente do Abrigo fornece uma experiência mais positiva em relação ao lar de origem.

Então questionei sobre o que aconteceria com Marcela quando saísse do abrigo. L. prontamente respondeu que a personagem iria “chorar de tanta tristeza, ela não vai conseguir se despedir” acrescentou R., sendo a única frase verbalizada durante todo o encontro. Percebo aqui a dificuldade dos meninos em elaborar as angústias de separação que se apresentam por ocasião da saída do Abrigo, sendo a dificuldade na despedida da instituição abrigo uma ideia colocada repetidamente. Os meninos parecem muito apegados à instituição que, embora não seja perfeita, os protege de uma realidade desconhecida ou temida.

Instiguei o grupo com outra questão: “E o que a Marcela gostaria que acontecesse depois que saísse do abrigo?” J. afirmou sorridente que Marcela desejava entrar na faculdade e morar com os pais enquanto L. exclamou que

Marcela gostaria de ser adotada pelo tio ou voltar para a casa da mãe. R. permaneceu quieto acompanhando o movimento do grupo. Embora revelem o apego à instituição, também demonstram o desejo de voltar para a família, o que se apresenta como uma questão conflitiva. Imagino que aqui o desejo seja o de voltar para a família de origem, mas que essa família seja suficientemente boa. Quando esbarram com as falhas da família, a proteção do abrigo fala mais alto. O grupo de meninas me trouxe as mesmas percepções.

L. tocou no assunto da evasão do abrigo e J. disse que os adolescentes que evadem “não sabem ouvir não, eles possuem uma postura diante da vida e dos educadores de não aceitarem o não” e, na opinião de J., desde criança deveríamos aprender que não podemos fazer tudo o que desejamos. E J. conclui: “Quando eles ouvem não, eles não aguentam e evadem”.

A visão dos meninos sobre o Abrigo parece ser positiva, ao contrário das meninas que se apresentavam de maneira ambivalente. Embora os meninos revelem hesitação entre sair e permanecer no Abrigo, sua visão parece ser mais positiva. Acredito que esta possa ser uma forma de se proteger de angústias e ansiedades.

Parece-me que os meninos têm medo de que o retorno ao lar não corresponda às suas expectativas, o que alimenta uma visão positiva do Abrigo e dos educadores. Já as meninas parecem questionar mais os educadores, suas atitudes e o ambiente do Abrigo, mostrando-se talvez mais conscientes de que não encontram na instituição o afeto que almejam do lar.

R. passou a maior parte do tempo em silêncio, cabisbaixo. Em alguns momentos olhava para os outros dois garotos e para mim como se esperasse respostas. No entanto, o silêncio de R. era muito revelador e me pareceu um grito que foi silenciado. Seu rabisco foi apenas uma frase completado por um desenho que preenchia toda a folha em branco, ilustrando o próprio Abrigo, com árvores, flores e pássaros ao redor. A única frase durante todo o encontro foi “ela não consegue se despedir do abrigo” referindo-se à personagem da narrativa. A saída do Abrigo parece mobilizar tantas angústias que paralisa.

Tive a impressão de que o tema da saída do abrigo permanecia como um tabu para alguns adolescentes, como para R. que revela sua dificuldade em

elaborar os sentimentos, as angústias e falar sobre o assunto. Lembro-me de artigos que tratam das histórias mal contadas nos abrigos, lacunas em histórias de vida que são silenciadas pelos cuidadores por serem dolorosas. Sinto que Renan foi silenciado, embora continue buscando um sentido para sua vida, já que optou por participar da pesquisa. Tive muita vontade de conversar individualmente para acolher o garoto que parecia expressar a busca por um sentido para suas vivências. Eu me peguei refletindo sobre os limites e possibilidades do pesquisador qualitativo neste campo que reúne tantas vulnerabilidades.

Percebi que os meninos tinham “esgotado” o assunto e que estavam cansados devido ao horário, já tarde da noite. Talvez este fato tenha prejudicado um pouco o grupo, embora o horário tenha sido escolhido por eles. Tratando-se de uma instituição, precisei me adaptar ao momento em que todos os adolescentes estavam presentes no Abrigo.

Antes de encerrar o encontro solicitei aos meninos que assinassem o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, e expliquei que se tratava de uma autorização para a participação na pesquisa e os orientei a completar o documento. Acompanhei os meninos de volta até a Casa, quando encontrei uma educadora que deu uma bronca em J., pontuando que já tinha passado da hora do garoto estar na cama dormindo. Assumi a responsabilidade pelo “atraso” dos meninos explicando que aquele tinha sido o único horário que tínhamos para realizar o encontro. A educadora pareceu compreender e me despedi dos meninos. Nesse momento J. me questionou sobre quando seria nosso próximo encontro como algumas meninas fizeram, o que me fez pensar sobre as entradas e saídas de outras pessoas dentro da instituição e principalmente da vida desses adolescentes.

Curiosamente, os três garotos participantes colocaram seus nomes nas narrativas, assim como muitas meninas o fizeram. Acredito que a singularidade da história de cada adolescente seja silenciada pelo próprio fato de compartilharem um espaço institucional onde são tratados como um coletivo, condição que levou muitos deles a identificar-se como o autor daquela narrativa, assinando o próprio nome.

Embora tenha observado o sentimento de ambivalência nos grupos, também saí do Abrigo tendo que lidar com as minhas próprias contradições. Entrar em contato com o desamparo dos adolescentes foi doloroso. Entretanto, talvez para me consolar, ponderei sobre o efeito benéfico daqueles encontros, uma vez que, além de dar voz a meninas e meninos, procurei sustentar seus dramas de forma interessada e respeitosa.

Outro aspecto sobre o qual passei a refletir foram as condições de trabalho dos educadores de acolhimento que me pareceram, de uma forma geral, precárias. A demanda emocional feita pelo abrigado ao educador social pode ser altamente complexa e mobilizadora de emoções, favorecendo o distanciamento defensivo entre o cuidador e o adolescente e a reprodução de práticas punitivas ou emocionalmente neutras. Concluí que o maior desejo dos adolescentes é que a família de origem seja suficientemente boa, que seja capaz de prover afeto e cuidado para que eles possam para lá retornar. Embora a maioria dos adolescentes que participaram da pesquisa tenham sofrido situações de privação e violência também é sabido que suas famílias sofrem a mesma condição de desamparo pelo Estado.

O adolescente abrigado reúne inúmeras vulnerabilidades que o colocam em situação de risco permanente, o que mobiliza emocionalmente quem se aproxima dessa realidade, mas não podemos esquecer que ali estão crianças e adolescentes que também carregam questões próprias do desenvolvimento emocional na infância e na juventude. Acredito que o abrigo tenha o potencial para ser um ambiente significativo e sustentador, dando um sentido maior para este primeiro estudo exploratório

Narrativa Transferencial 3 – Enquadre individual

Nessa visita ao Abrigo cheguei à instituição às 19h, conforme combinado com P., uma participante que não teve condição de participar da entrevista coletiva. Apesar dos coordenadores e educadores do Abrigo terem sido avisados sobre o novo encontro, a sala anteriormente utilizada estava ocupada. Dirigi-me

à Casa das Meninas com a preocupação de encontrar um ambiente silencioso e reservado no meio da agitação do Abrigo. Procurei uma sala desocupada que não atrapalhasse a rotina da Casa das Meninas e encontrei a sala de livros que guarda uma mesa, um computador, alguns jogos e livros. Está sala costuma ficar trancada, sob a responsabilidade da educadora.

P. e eu nos sentamos na companhia de H., a filha recém-nascida de P., que permaneceu dormindo no carrinho a maior parte do encontro. Expliquei brevemente o objetivo de minha pesquisa, uma vez que P. tinha chegado recentemente na instituição. A primeira vez que a vi foi no dia do encontro com os meninos, quando ofereci um enquadre individual para aqueles que não puderam participar do grupo.

A garota ficou curiosa quando lhe disse que trazia uma narrativa e expliquei que ela deveria completar a história colocando um desfecho para os personagens ao seu modo. Li oralmente a narrativa convidando P. a completar o meu rabisco. A menina perguntou se deveria falar de si ou do personagem e eu respondi que ela poderia escolher como gostaria de continuar a história.

Observei a adolescente instigada a saber como a menina resolveria o conflito da história, me questionando se o fato de ter chegado há poucos dias no abrigo afetaria a sua narrativa trazendo elementos muito diferentes dos demais participantes.

P. finalizou a história rapidamente e me perguntou “e agora?!” se referindo à segunda etapa do encontro. Surpresa com a rapidez da garota em produzir a narrativa, recolhi sua história e iniciamos o momento de reflexão. Quando perguntei à garota como a narrativa a tinha mobilizado, P. afirmou que a história era triste e que o abrigo era a própria casa de Marcela, seu lar. A personagem principal chorava muito porque estava na instituição e perdeu o abrigo de sua casa.

Estimulei a adolescente a falar sobre o que o abrigo significava para ela, pois tinha ficado confusa com o que os termos casa e abrigo representavam no seu imaginário. P. esclareceu que considera sua casa um abrigo, ou seja, um lar, um ambiente que abriga e acolhe como se fosse um refúgio. Sair de casa representa um desabrigamento, uma perda dessa proteção e afeto.

P. se despiu do personagem e começou a falar de si em primeira pessoa explicando que ela também vivia o mesmo conflito apresentado pela NI. A participante tinha chegado há poucos dias no Abrigo com H. depois que o hospital no qual deu a luz acionou o Conselho Tutelar.

Muito indignada, a adolescente contou que não gostou do modo como os enfermeiros a trataram no hospital: “Eles me trataram como qualquer coisa por causa das minhas tatuagens”. Ela ficou furiosa com a ideia de os profissionais da saúde terem feito uma denúncia: “Isso é ridículo!”- esbravejou.

Acrescentou que na fantasia dos enfermeiros o bebê poderia ser fruto de incesto, mas que essa ideia é completamente equivocada, uma vez que ela e o pai têm um ótimo relacionamento.

A garota sente saudades do pai e acredita que ele está arrasado pelo fato da filha estar longe de casa. P. se sente injustiçada pelo abrigamento que, em sua opinião, foi equivocado. Questionei a adolescente sobre o que ela gostaria que acontecesse quando saísse do Abrigo e ela não hesitou em responder: “Voltar para a casa do meu pai, o mais rápido possível! ”, para voltar a trabalhar com ele e cuidar de sua filha. Embora a adolescente tenha engravidado “sem querer” (sic) do ex-namorado, afirmou que sempre desejou ser mãe aos 16 anos e que agora o bebê se tornou uma prioridade.

A adolescente mudou a expressão de indignação e contou, sorridente, que H. tinha mudado sua forma de enxergar e de encarar a vida: “eu não sabia o que era amor, eu nunca dei valor pra nada”. Com a chegada da filha, P. reconhece que aprendeu a amar e ser amada: “ter um bebê é como se desse um passo a frente no desenvolvimento, minha mente foi além, sabe”. Senti que o bebê trouxe um novo sentido para a vida de P. que se viu amadurecendo para cuidar do ser frágil que agora dependia dela, e que a maternidade pode ser uma experiência de prazer e alegria.

P. explicou que se sente diferente das outras meninas do Abrigo, pois ela não se enquadra em casos de abandono, negligência ou maus tratos; ao contrário, tem um pai que a ama muito. Além disso, considera as outras adolescentes imaturas “elas não sabem nada da vida” além de mobilizar-se com o desamparo daquelas que querem voltar para casa, mas foram abrigadas pela

violência parental. Questionei-me se P. tentava me convencer ou até mesmo se convencer do equívoco do abrigamento, mas tentei afinar a escuta para me aproximar da experiência de abrigamento e compreendê-la sem julgá-la.

Percebi que nosso encontro se aproximava do fim quando a menina respondia às minhas perguntas do mesmo modo, repetindo o que já havia dito, sem novas elaborações. Nesse momento H. começou a chorar, P. a tirou do carrinho e, embalando a menina em seu colo, disse: “acho que ela tá com fome!”. Colocou-a de volta no carrinho para assinar o Termo de Assentimento e encerramos o encontro. H. continuou a chorar, sua mãe a levou ao colo carinhosamente. P. conversava com a filha e comigo ao mesmo tempo, quando me perguntou: “Quer pegar no colo?!” Aceitei a oferta de P. que olhava afetuosamente para o bebê que não mais chorava. Cuidadosamente, tomei H. em meus braços e me surpreendi com o tamanho da menina, tão pequenina. Fiquei pensando em como será sua vida nos próximos meses e como se desenvolverá a relação mãe-filha no Abrigo? Será que P. voltará para a casa de seu pai?

Quando abrimos a porta da sala, o barulho dos adolescentes tomou conta da sala. À noite é quando todos estão no Abrigo, que fica movimentado com a energia dos meninos e das meninas. Algumas meninas que não tinham me visto até aquele momento perguntaram o que eu fazia ali e disseram que gostariam de me encontrar mais vezes. Animada com a recepção calorosa das garotas, conversei um pouco com elas e passei pelos outros cômodos para me despedir de todas as meninas e, por último, da educadora.

O relato de P. mobilizou muitas questões, como o fato da menina explicar a entrada no Abrigo como um desabrigamento, como um desamparo. O seu conceito de abrigo se refere ao ambiente que acolhe e sustenta afetivamente, associando-o ao seu lar de origem. Ainda que em seu relato tenha focalizado a saída do lar e não a saída do Abrigo, a adolescente revelou que é impossível tratarmos da saída do abrigo sem incluirmos a saída de casa e a institucionalização. Na concepção da adolescente estar desabrigada não se limita à falta de um teto, mas ser privado do ambiente que cuida, ampara e sustenta emocionalmente para além da sobrevivência física.

CAPITULO 5. ENCONTROS, AFETOS E SEPARAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE O ENCONTRO COM OS PARTICIPANTES

Tomamos como objeto de análise o material narrativo composto pelo conjunto de Narrativas Interativas (NI) e de Narrativas Transferenciais (NT). Alinhadas a uma concepção psicanalítica do encontro intersubjetivo como oportunidade para que se atualizem transferências e projeções, compreendemos as NI como associações afetivoemocionais dos participantes frente à trama apresentada, enquanto as NT constituem a contraparte do pesquisador que, assumindo a postura de atenção flutuante, procurará captar os sentidos afetivo-emocionais do material narrativo. Cumpre ressaltar que o uso da NI produz dois

tipos de material narrativo, um escrito e outro oriundo da discussão que se estabelece entre pesquisador logo após o completamento das histórias.

Todo o material produzido (NI e NT) foi compartilhado com o grupo de pesquisa buscando refinar as interpretações alcançadas, atendendo ao critério de triangulação (Flick, 2014; Stake, 2011) que agrega rigor à pesquisa qualitativa. Como resultado do processo interpretativo, encontramos campos de sentido afetivo-emocionais e atribuímos um nome emblemático a cada campo, buscando traduzir dramaticamente a experiência emocional dos participantes. Entretanto, sublinhamos que a identificação de campos não tem a pretensão de esgotar a experiência dos participantes, nem reduzi-la a um denominador comum, mas visa permitir uma aproximação da vivência de adolescentes institucionalizados a respeito da saída do abrigo.

Em seguida, apresentamos os três campos organizadores dos sentidos afetivo-emocionais interpretados a partir do drama comunicado narrativamente pelos participantes. O leitor logo perceberá que o questionamento que deu origem à construção da NI para esse grupo de participantes, o qual girou em torno da experiência de saída do abrigo, deu origem ao relato de uma gama de experiências que incluiu, mas também extrapolou, a questão da saída do adolescente da instituição. Interpretamos esse fenômeno tanto como resultado da potencialidade do procedimento de NI para desencadear a produção de sentidos quanto a própria complexidade e riqueza de experiências que são vividas no contexto do abrigamento e desabrigamento de adolescentes.

CAMPO 1: “É muito peso para uma pessoa só”

O campo “É muito peso para uma pessoa só” reúne as produções dos participantes que fazem referência ao ambiente insuficiente que antecedeu sua institucionalização e as angústias decorrentes desse processo. A afirmação que dá nome ao campo comunica que a saída do abrigo é vivida pelo adolescente como uma reedição da primeira saída: a do lar de origem. A saída do abrigo não é um momento isolado e, portanto, não pode ser compreendida como descolada

da história de vida do adolescente.

Narrativamente, os participantes expressaram que estar desabrigado é uma experiência que se equipara a estar emocionalmente desamparado, o que transcende o desalojamento e comunica que o processo de desamparo afetivo não somente remete à saída do lar, como também ao ambiente doméstico que falha na provisão de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento emocional da criança (Winnicott, 1958/2000).

O convite para que explorassem o tema da saída do abrigo parece ter desencadeado nos participantes a necessidade de retomar a própria história, de modo a retrair ou recuperar o fio de sentido que liga a saída de casa à entrada no abrigo para depois, num segundo momento, talvez, refletirem sobre a futura saída do abrigo. Como o próprio Ricoeur (1999) pontua, a necessidade de organizar temporalmente para poder compreender a própria experiência em termos de começo, meio e fim parece ter guiado as narrativas dos participantes.

Winnicott (1971/1975) também destaca a necessidade de integração entre passado, presente e futuro, na medida em que o resgate da história da criança se torne uma possibilidade de elaboração do vivido. Esse trabalho de integração se torna ainda mais premente, e complicado, para o adolescente que foi submetido a uma realidade invasiva que promoveu rupturas significativas no que tange à confiabilidade do ambiente. Entendemos com Cavalcante, Magalhães e Silva (2010) que, quando se trata do desligamento do abrigo, não se pode perder de vista os motivos que antecederam a institucionalização e a situação familiar da criança ou adolescente.

Branca de Neve ilustrou situações em que o ambiente falhou em identificar suas necessidades, bem como suas capacidades: “Era muito peso para uma pessoa só. Imagina, a minha tia tinha 5 meninos e 2 meninas morando com ela e eu cuidava deles... eu não aguentava mais tudo aquilo”. A fala da garota de 12 anos revela a situação de negligência e a consequente sobrecarga emocional ao cuidar de sete crianças no lugar de sua tia, situação esta que exigia um amadurecimento precoce.

Nesse mesmo sentido, Aurora revela que sua história de abandono começou na infância, quando foi abrigada dos dois aos cinco anos de idade, e

agora na adolescência novamente se encontra institucionalizada. Winnicott (1965/1994) já dizia que saúde e maturidade são conquistas imbricadas ao afirmar que o adolescente sadio é o adolescente maduro, não o adulto precoce, o que pode ser corroborado pela fala de Branca de Neve: “eu, como mãe, naquela hora não sabia o que fazer”. Uma exigência de precocidade pode contribuir para o estabelecimento de um falso self (Winnicott, 1983/2007), sendo a criança levada a atender uma demanda do ambiente pela via da submissão do self, o que difere da adaptação saudável.

Sobre esse aspecto Winnicott (1965/1994) pondera que nem sempre a desintegração familiar resulta em distúrbios clínicos nas crianças, porém, frequentemente gera a necessidade de crescimento emocional prematuro e constituição precoce da independência. Nesse sentido, o autor adverte que devemos ter cautela para não identificarmos o amadurecimento precoce como necessariamente saudável.

Winnicott (1989/2016) esclarece que a imaturidade é um dos aspectos mais preciosos da adolescência, sendo, inclusive, um indicador de saúde psíquica. A imaturidade representa o âmago das aspirações para o crescimento, amadurecimento e criatividade tendo como terreno fértil o idealismo, a rebeldia e a necessidade de confrontar as autoridades e a sociedade. No entanto, o adolescente oscila entre a rebeldia e a dependência, demandando que o adulto sobreviva e sustente sua ambivalência permanecendo no papel de adulto, de autoridade e de cuidador. O adolescer não é vivido saudavelmente quando o adulto abandona a função de cuidador exigindo que o adolescente a assuma. E essa experiência de tomar para si o papel do adulto é significada pelo adolescente como um abandono, conforme nos comunicou Branca de Neve. Especialmente quando se trata de crianças que foram afastadas da família, atentar-se para a questão de um amadurecimento emocional defensivo é fundamental. Winnicott (1965/1994) aponta como sinal de alerta quando uma criança apresenta independência em uma idade em deveria ser relativamente dependente.

Para Franco e Tinoco (2011) o processo de institucionalização é equiparado ao luto, uma vez que as crianças e adolescentes, além de viverem

situações de abandono e separação (provisória ou definitiva), frequentemente sofreram com a morte dos pais ou do cuidador. A sobreposição de experiências traumáticas como abuso, negligência, violência e morte trazem como consequência a perda de segurança e confiança no ambiente e no mundo.

Relembramos a narrativa de Chapeuzinho Vermelho, quando a garota relata que Marcela, a protagonista da história, tinha sido candidata à filha adotiva de um casal que se encantou por ela. O final da narrativa, entretanto, conduz a um desfecho inesperado, que só fortalece a falta de esperança e confiança da personagem/participante no ambiente. A personagem Marcela é vítima de um equívoco, já que tem o mesmo nome da menina que seria adotada. Além disso, em uma nova reviravolta da trama, a autora finaliza a história com a protagonista e seu amigo Daniel dando uma festa para comemorar sua permanência no abrigo. A participante revela o desejo de ser adotada, mas a angústia de viver outra ruptura, ou o temor de que a adoção não seja bem sucedida e seja vivida como uma reedição de abandonos e separações anteriores parece falar mais alto. Compreendemos que os personagens foram postos juntos para enfrentar o luto e, de uma certa forma, negá-lo, mantendo a convicção de encontrar ali mesmo, no abrigo, um ambiente sustentador.

Para Levinzon (2000), a criança abrigada e a criança adotiva reúnem características em comum, sobretudo quando a última passou pelo processo de institucionalização antes da adoção. As relações afetivas ficam perturbadas como consequência da extrema sensibilidade da criança diante de situações de separação e abandono, revivendo experiências de ruptura. Levinson argumenta que subjacente ao temor de novas rupturas está a ansiedade associada a situações anteriores à institucionalização, como a separação da mãe ou de outras pessoas significativas para a criança. O medo de reviver perdas acompanha um lento processo de cicatrização que nem sempre é eficaz, deixando a criança vulnerável a esse tipo de sofrimento.

Janczura (2005) e Siqueira e Dell'Áglio (2006), que conduziram vários estudos sobre a institucionalização de crianças e adolescentes, também concordam que o processo de abrigamento interfere diretamente na socialização e no estabelecimento de vínculos afetivos. Na mesma perspectiva, Campos e

Figueiró (2013) destacam a ameaça de renovação do abandono como o que fundamenta o intenso temor vivido pelos abrigados no momento em que enfrentam o desligamento da instituição.

Para evitar que novas perdas venham se somar às antigas, os jovens parecem criar laços com os outros adolescentes do abrigo como estratégia de sobrevivência psíquica nesse contexto de tantas vulnerabilidades. A maioria das narrativas comunica a ideia de que se despedir do abrigo é uma tarefa árdua e dolorosa, uma vez que o sentimento predominante parece ser o de que mal se recuperaram das perdas anteriores e já estão enfrentando outras.

A narrativa de Cachinhos Dourados é emblemática dessa sensibilidade que os coloca em situação de vulnerabilidade quando explica que Marcela e Daniel serão amigos “até depois do fim”. Nesta narrativa, a participante parece estar falando sobre um amor que é eterno, que não se interrompe, no sentido de resgate da continuidade de ser a que Winnicott (1958/2000) se refere como sendo fundamental para a integração do eu e o consequente estabelecimento da saúde mental. Nesse sentido de amor sem fim, amor além da vida, ou amor que precisa alcançar as pessoas que se perderam ao longo da vida, a ideia de nunca mais ver o amigo se torna insuportável, na medida em que anuncia a impossibilidade de resgate dos vínculos perdidos no passado. Franco e Tinoco (2011) apontam para a oportunidade que o abrigo pode oferecer ao jovem em sua reconstrução do passado e recuperação das perdas, minimizando o sentimento de que novos abandonos o aguardam.

Winnicott (1984/2016) destaca que muitas crianças e adolescentes abrigados experimentam conflitos que estão diretamente relacionados à experiência vivida em lares considerados instáveis, onde nunca puderam usufruir de um ambiente suficientemente bom. Nesse contexto, convém destacar o papel fundamental que Winnicott (1983/2007) dá ao suporte ambiental, quando delineou o conceito de *holding* para referir-se à provisão do cuidado físico e emocional ao bebê nos seus primeiros meses de vida, isto é, o ambiente facilitador que favorece a integração do indivíduo. Vale lembrar que esse processo não se restringe aos momentos iniciais do amadurecimento emocional, embora neles prepondere, uma vez que o indivíduo adulto também necessita de

sustentação e reconhecimento em seu processo de subjetivação das experiências, de forma que o ambiente continue se adaptando às necessidades do sujeito de modo a sustentar a sua continuidade de ser.

Podemos supor que os laços de amizade estabelecidos no abrigo visam preencher a lacuna deixada pela família, tenha sido ela adequada ou não, de modo a manter viva a esperança de encontrar ou reencontrar o ambiente confiável que necessitam para sustentar suas angústias e dar sentido a suas vidas. Além disso, a necessidade de garantir que os novos vínculos sejam duradouros se torna imperiosa quando o ambiente familiar já se apresentou como instável ou não mais disponível, como no caso da morte dos pais. Nessa perspectiva, Siqueira (2006) aponta como fator de proteção e de apoio social e afetivo o vínculo estabelecido pelo adolescente com os pares do abrigo. Martins e Szymanski (2004) também observam que o apoio mútuo entre os jovens e suas expressões de cuidado, suporte e auxílio são frequentes nas instituições de abrigamento.

Embora o abrigo perca seu caráter transitório, a despeito do que postula a lei, as dificuldades ou adiamentos no processo de adoção ou de reintegração familiar (Cavalcante, Magalhães e Silva 2010), também não o configuram como lar definitivo. Entre o transitório e o permanente, o abrigo também ameaça o desenvolvimento da segurança e a confiança dos abrigados no ambiente (Winnicott, 1983/2007), constituindo-se como um não-lugar, como uma suspensão da vida, onde os vínculos são fugazes e, portanto, ameaçadores, porque não são sempre confiáveis. Para lidar com esse terror, o abrigado espera ali construir vínculos que possam transcender a saída de casa, a entrada no abrigo e, finalmente a saída da instituição. Isto o faz com seus companheiros de abrigamento, o que pode incluir os irmãos que se encontram igualmente abrigados.

A falta de estabilidade, rotina e confiabilidade do ambiente (Winnicott, 1983/2007) aponta para o paradoxo de viver o desamparo e a independência precoce ao mesmo tempo. Alguns participantes ilustram esse tipo de sofrimento que advém da falta de um ambiente adulto que sustente a criança em sua imaturidade: Branca de Neve aos 12 anos, se preocupa com quem assumirá a

sua guarda, quando seu desejo é voltar para a casa da mãe; Esmeralda, de 13 anos, se mostra apreensiva para encontrar um lugar para morar; Aurora alude com letras garrafais à culpabilização da mãe que a responsabiliza pela morte do pai, além dos sucessivos abusos sofridos pelo tio e o conseqüente abrigo; Anastasia é acusada pelo pai de portar características maternas que o fazem sofrer, sem nunca ter conhecido a própria mãe.

Dessa forma, os participantes comunicaram que o desabrigo começa no passado, quando suas necessidades deixaram de ser providas pelo ambiente familiar, instalando-se um ambiente de privação e invasão, cuja consequência é o sentimento de desamparo físico e afetivo. Além de considerar que a independência precoce pode ser um sinal de alerta, Winnicott (1965/1994) afirma que situações traumáticas implicam justamente a falha de acolhimento da dependência da criança: “O trauma é aquilo que rompe a idealização de um objeto pelo ódio do indivíduo, reativo ao fracasso desse objeto em desempenhar sua função” (Winnicott, 1965/1994, p.113).

A falha ambiental fere a confiança da criança no mundo, uma vez que a desilusão, no caso do trauma, não acontece de forma gradual, como se espera do ambiente suficientemente bom, inaugurado pela figura materna, sendo incluída a figura paterna, e pouco a pouco ampliado para o círculo de cuidado social. Quando a desilusão é gradual, a criança consegue empregar os novos mecanismos mentais de adaptação ao longo de seu desenvolvimento, enquanto no trauma o ambiente atravessa a capacidade da criança compensar a falha ambiental: “Ao fim das contas, o trauma é a destruição da pureza da experiência individual por uma demasiada intrusão súbita ou imprevisível de fatos reais, e pela geração de ódio no indivíduo, ódio do objeto bom experienciado não como ódio, mas delirantemente como sendo odiado” (Winnicott, 1965/1994, p. 114).

Cinderela contou que seu ódio foi desencadeado pelas inúmeras falhas do lar, obrigando-a a fugir de casa, o que desembocou no processo de abrigo: “Olha, Dani, eu morava com a minha mãe! Mas dentro de casa rolava muita briga e com o tempo fui sentindo raiva, ódio e vontade de morrer. Comecei a fugir de casa e fui parar no abrigo”. Além disso, no momento da reflexão em grupo L. esclareceu que além de dar aos futuros filhos tudo o que

ela gostaria e não lhe foi proporcionado, pretende arranjar um marido que seja respeitoso: "...que não rele um dedo em mim e nos meus filhos". Aqui a participante sugere ter sido vítima de violência e revela a esperança de construir uma família trilhando um caminho diferente daquele registrado em sua memória, nutrindo a esperança de que a conjugalidade possa salvá-la. Quando a participante acrescenta que gostaria de prover aos filhos tudo a que não teve acesso coloca em seus esforços individuais a possibilidade de superar a situação de pobreza e vulnerabilidade.

Além dos participantes citarem o "amor sem fim" dos amigos Marcela e Daniel, alguns parecem sugerir que ambos os personagens teriam um relacionamento mais íntimo que a mera amizade, o que também fica evidente nos desenhos em que os personagens estão de mãos dadas e circundados por vários corações. Dessas comunicações também podemos depreender a crença de que, além da amizade, a conjugalidade seria uma via de superação do abandono e da vulnerabilidade, corroborando os achados de Corbett (2015).

Winnicott (1989/2016) entende o sofrimento decorrente de situações de privação como um estado de intensa confusão, dada a desintegração da personalidade, o que Winnicott equipara à sensação de cair para sempre em um estado de completa desorientação. Winnicott sugere que a criança ou o adolescente tenha a oportunidade de retornar ao momento da privação a fim de resgatar a capacidade de encontrar objetos e segurança de forma criativa e espontânea.

Os participantes relatam como se defendem das ansiedades de desintegração e do temor de novas separações no contexto do abrigo. Reconhecem que embora a chegada ao abrigo tenha sido dolorosa, eles se acostumam com o novo ambiente de tal modo que têm dificuldade para se desligar dele. Parecem sofrer de uma intolerância a qualquer mudança de ambiente, ainda que seja para uma situação melhor, como se qualquer alteração na rotina sinalizasse uma ameaça de desestruturação. Agarram-se ao que têm com medo de ficar sem nada, e sonham com a rotina que lhes traria a reconfortante sensação de que o mundo é estável e previsível. Embora ilusória, é sobre esta sensação que repousa a confiança da criança no outro, até que ela

própria possa lidar com a instabilidade e imprevisibilidade da vida.

CAMPO 2: “Quero morar com a minha mãe”

Esse campo faz alusão ao desejo dos participantes de voltar a viver com a família de origem, o que comporta um certo grau de negação e idealização da família, sobretudo da figura materna, na medida em que foram as situações de violência e abandono familiar o que motivou a institucionalização da criança ou do adolescente. A maioria dos relatos dos participantes comunicam o desejo de ser reintegrado à família de origem, tendo como justificativa o fato de sentirem saudade do lar, mas especialmente da mãe.

Ariel aproveitou o espaço da NI para deixar um único recado que se tornou emblemático de uma necessidade básica apontada por vários participantes: “Olha, Marcela, eu sinto muito por você, fiquei muito triste, e eu quero morar com a minha mãe”. , João de 15 anos, parece expressar a necessidade de proximidade afetiva da figura materna pela distância geográfica: “Marcela disse que iria embora para a casa de sua mãe que mora em Paris”, como se nos dissesse que o reestabelecimento do vínculo com a mãe precisa acontecer. Anastasia também expressou a dolorosa ausência de sua mãe quando redigiu 12 vezes a palavra “mãe”, em letras garrafais, em sua NI, complementando com o desenho de uma expressão facial triste, além dos dizeres “eu queria conhecer a minha mãe”. Esses relatos confirmam a concepção psicanalítica hegemônica de que a figura materna constitui a principal referência de cuidado para as crianças, porém o que nos surpreendeu foi a manutenção desse lugar no imaginário dos participantes, a despeito da insuficiência do ambiente familiar.

Em um estudo realizado com adolescentes abrigados, Betts, Dell’Aglia e Siqueira (2006) observaram que, embora o tema “família” evoque mais rompimentos e contatos insatisfatórios que o termo “abrigo”, a família foi citada como sendo a fonte de apoio para a maioria dos jovens e um espaço menos conflituoso que o do abrigo. Os autores esclarecem que a confiança depositada

nas relações familiares pode ser fruto da idealização e do desejo de pertencer a uma família, além do tempo de abrigamento e dos conflitos ali vivenciados.

Em contrapartida, o fato dos jovens passarem a considerar os laços familiares satisfatórios, quando institucionalizados, pode estar associado à diminuição da convivência familiar, o que atenuaria a percepção dos conflitos familiares, já não tão evidentes quanto os vividos no presente no abrigo. Nesse sentido, Rizzini e Rizzini (2004) também apontam para a supervalorização e idealização da família, e em especial da figura materna, pelos jovens abrigados, denotando a discrepância que se abre entre a “família pensada” e a “família vivida” (Yunes et al., 2001).

Os adolescentes comunicam que o desejo de voltar para o lar e voltar a viver com sua mãe supera as vivências, muitas vezes traumáticas, decorrentes da privação de um ambiente suficientemente bom. Compreendemos que os adolescentes estão expressando que mais do que voltarem para a casa gostariam de estar no colo da mãe, um colo que ainda é reivindicado ou porque nunca lhes foi proporcionado, ou porque foi precocemente perdido. Em outras palavras, quando os adolescentes manifestam seu desejo de voltar para casa, esperam que o lar seja afetivo, seguro e protetor.

Como supervisor para o alojamento de crianças evacuadas na Segunda Guerra Mundial, que não se adaptaram aos lares adotivos, Winnicott (1984/2016) alerta que “num período de separação, registra-se uma considerável dose de idealização, e isso é tanto mais verdadeiro quanto mais radical for o afastamento” (Winnicott, 1984/2016, p.51). A proposição winnicottiana ilumina a questão da evasão do abrigo. Concordamos que a fuga do abrigo seja motivada pelo desejo de retornar ao lar de origem, sobretudo de encontrar no lar um cuidado idealizado como suficientemente satisfatório. Winnicott (1984/2016) esclareceu que a principal razão que leva meninos e meninas a fugirem é o imaginário de que existe um lar maravilhoso que eles ainda não encontraram.

Winnicott (1984/2016) descreveu um tipo de privação que ocorre quando a criança usufrui de um ambiente suficientemente bom, mas o perde abruptamente na fase da dependência relativa, ou seja, quando a criança já tem

consciência de sua própria dependência do ambiente. Para Winnicott (1984/2016) essa qualidade de privação está na raiz do comportamento delinquente que se manifesta através da transgressão e da destrutividade. Contudo, alerta Winnicott, o comportamento de roubar, mentir e transgredir regras também carrega um elemento de esperança. Winnicott esclarece que a delinquência representa a reivindicação do jovem para que o ambiente falho se repositone de forma sustentadora. Nas palavras de Winnicott:

Há um ponto específico que gostaria de enfatizar. Na base da tendência anti-social está a experiência inicial positiva que acabou sendo perdida...as crianças anti-sociais, porém, insistem em reivindicar essa cura pela provisão ambiental (inconscientemente ou por motivos inconscientes), mas não estão em condições de se beneficiarem dela. (Winnicott, 1958/2000, p. 34).

Dessa forma, também podemos compreender a evasão do abrigo como a esperança do adolescente reencontrar a família e o cuidado perdidos, ainda que eles só existam em seu imaginário, já que este tem o poder de mobilizar condutas. Winnicott também ponderou que em casos mais graves de tendência anti-social o adolescente não tem condições de desfrutar de um ambiente suficientemente bom, o que está associado à evasão do abrigo e a destrutividade do ambiente de cuidado oferecido.

Magalhães (2004) observa que ainda que o jovem pertença a uma família na qual preponderam a negligência e/ou os maus tratos, o fato de haver uma organização familiar por si só representa, na perspectiva do adolescente, um fator de organização interna e proteção. Daqui podemos depreender que em nossa sociedade a família segue sendo a referência de ambiente que sustenta o self em sua trajetória ao longo do desenvolvimento emocional do indivíduo, razão pela qual a ausência ou a falha ambiental tendem a ser minimizadas ou negadas. Talvez a falta de referências engendre ansiedades mais intoleráveis que aquelas decorrentes da inadequação das referências, como o cair para sempre a que Winnicott (1963/1994) se refere como impensável pelo seu caráter de ausência total de sustentação.

Winnicott (1963/1994) esclareceu que as agonias primitivas não pertencem somente à fase do amadurecimento emocional primitivo do bebê, mas podem ser mobilizadas em indivíduos que sofreram uma ruptura na continuidade do ser. A continuidade do ser é interrompida pela falha ambiental e desencadeia no indivíduo uma reação à intrusão, reação que pode ser de natureza traumática ou reconstituente; esta última ocorre quando existe suporte egóico do ambiente para o enfrentamento da intrusão. Quando a intrusão ambiental enseja um trauma, a criança não tem capacidade para fazer outra coisa a não ser reagir. A intrusão, quando passa a ser frequente na vida da criança, abala sua continuidade-de-ser e pode roubar a possibilidade de viver espontânea e criativamente, quando reagir se torna um modo de sobreviver psiquicamente (Winnicott, 1958/2000). Considerando tais proposições winnicottianas, compreendemos o ambiente familiar idealizado e as declarações de amor eterno presentes nas narrativas dos participantes deste estudo como referência para se salvarem das agonias impensáveis em que foram lançados quando desalojados do ambiente supostamente seguro e protetor.

Podemos supor que nessa situação de desamparo em que a criança afastada do lar chega ao abrigo se instaure um terreno fértil não somente para a idealização e o apego às figuras parentais como forma de sobreviver às agonias primitivas, mas para a esperança de que as adversidades decorrentes da precariedade e vulnerabilidade social sejam superadas. Como se uma segunda chance lhes fosse dada, bem como às suas famílias.

Simba encerra sua narrativa, afirmando de forma categórica, que “jamais podemos desistir de nossos sonhos, mesmo que seja impossível, quando queremos podemos torná-lo possível”. Assim o garoto esclarece que crianças e adolescentes afastados do lar correm o risco de abandonarem seus sonhos, ao mesmo tempo que constrói um desfecho promissor para os personagens. Além disso, o participante sugere que a superação da vulnerabilidade possa se dar pela via da educação, ao escrever que Marcela realizou o desejo de estudar Medicina enquanto Daniel optou pelas Artes Cênicas, depositando a esperança nos estudos e nos esforços individuais para a ascensão social e mudança de vida (Corbett, 2015).

Os jovens que participaram do estudo de Castro e Abramovay (2002) também relataram que o trabalho, além de ser uma via de sobrevivência individual e um modo de atingir a independência financeira, representa um modo importante de construir a autoestima e a autoconfiança. O trabalho também permite que o jovem se torne independente dos pais ou cuidadores garantindo a própria autonomia.

A morte dos pais ou cuidadores é outro aspecto presente no drama narrado por alguns dos participantes que chamou a nossa atenção, na medida em que a perda das figuras parentais vem acrescentar sofrimento à situação já precária de cuidado em que vivem. Outro achado surpreendente diz respeito ao fato de que as poucas figuras citadas pelos jovens como capazes de criar um ambiente seguro e protetor acabam morrendo, e com eles morrem as chances de retomada do desenvolvimento emocional interrompido. A morte ou a ausência da figura parental de referência para a estruturação e integração do eu acabam por invadir a criança que ainda depende do cuidado ambiental com o agravante de não encontrar figuras substitutivas que rapidamente assumam esse papel antes que tais danos se tornem permanentes. Nesse sentido, Anastasia clama por conhecer sua mãe, Alice começa explicando que os pais morreram, mas encerra sua narrativa dizendo que a personagem retornou à casa dos pais ao sair do abrigo e João conta que gostaria de morar com a sua mãe que mora em Paris. Podemos supor que, diante das agonias impensáveis (Winnicott, 1963/1994) os jovens criam histórias para dar sentido ao drama que vivem de modo a integrar o trauma da interrupção do ser, redirecionando suas vidas para um futuro em que ainda há esperança.

Outro aspecto observado por Moreira et al. (2013) se refere ao que denominaram como histórias mal contadas. Segundo os autores, as instituições de acolhimento e a rede de apoio carecem de registros detalhados sobre o caso de cada criança ou adolescente abrigado, permitindo que histórias complexas sejam reduzidas e que os sujeitos fiquem passivos diante da medida tutelar. Os autores defendem que histórias com lacunas produzem crianças anônimas e estigmatizadas. Assim, a criança ou o adolescente sem passado tem suas raízes fragilizadas e os vínculos familiares e culturais abalados. Nesse sentido, Arpini

(2003) salienta que a fragilidade dos vínculos e a vulnerabilidade social da família dos acolhidos é, muitas vezes, um assunto velado, o que vem dificultar a elaboração dos sentimentos.

Winnicott (1984/2016) adverte que o silêncio do ambiente diante da morte ou de notícias dolorosas impede que a criança consiga elaborar o luto; quando um certo grau de maturidade ainda não foi atingido é tarefa do ambiente sustentar esse complexo processo. Para Winnicott (1984/2016), a mera informação a respeito de um fato significativo na vida da criança pode substituir a confusão proveniente do silêncio pelo trabalho de luto e cita, como exemplo, o adulto que fornece à criança a sua verdadeira história de adoção.

Nessa perspectiva do anonimato que ameaça o self, observamos que, embora o cabeçalho da NI não exigisse a identificação dos participantes deste estudo, a maioria escreveu ou assinou o seu nome, seja no cabeçalho, ou ao longo do texto. Compreendemos que os jovens precisavam assegurar seu protagonismo na história de suas vidas, projetadas na NI, e a preservação do próprio eu quando sentem o risco de invisibilidade de suas vidas (Rabelo, 2015). Embora a esfera jurídica tenha garantido o atendimento individualizado nas instituições de acolhimento, muitos abrigos no Brasil ainda funcionam como as antigas instituições totais, quando se praticava um atendimento coletivizado em detrimento da singularidade, individualidade e identidade dos sujeitos (Cintra & Souza, 2010; Goffman, 1974; Guirado, 1986; Moreira, Santos et. al, 2014)

Nesse contexto de fragilização do eu e do esmaecimento das próprias histórias ressaltamos o lugar da narrativa como oportunidade de resgate e elaboração do vivido, conforme salientam Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg (2011). Winnicott (1971/1975) já apontava a necessidade de integração entre passado, presente e futuro como um modo de elaboração psíquica das experiências, enquanto Ricoeur (1999) situa no campo da narratividade a possibilidade de dar sentido ao vivido, pressupostos estes que vão ao encontro de nossa proposta de reconstrução narrativa do drama como ponto de partida para a elaboração de futuras ações/intervenções que visem a uma determinada área do sofrimento humano.

CAMPO 3: “Um berço² que lhe serviu de mãe”

Esse campo revela a ambivalência presente na comunicação dos adolescentes e a dúvida que se apresenta a partir dos paradoxos: desejo de sair do abrigo versus desejo de ficar no abrigo, desejo de retornar ao lar de origem versus dificuldade de despedida do abrigo. Esse campo também trata do significado atribuído pelos jovens ao abrigo e o modo como vivem a experiência de cuidado na instituição.

Destacamos as falas de duas participantes no momento da reflexão em grupo, quando questionadas sobre o motivo do choro da personagem principal da história. L. respondeu prontamente: “porque ela [Marcela] não quer sair do abrigo!” enquanto Y. se contrapôs: “Não, ela [Marcela] estava chorando porque quer sair do abrigo!”. Tal contradição acabou mobilizando um debate no grupo, que lustrou a ambivalência vivida por esses jovens, ora afirmando que queriam retornar para o lar de origem o quanto antes, ora dizendo que não queriam sair do abrigo e deixar os amigos. A mesma ambiguidade marcou o discurso dos meninos, embora tenham focalizado a dificuldade de despedida da instituição. Destacamos aqui a fala de um participante: “[Marcela] iria chorar de tanta tristeza, ela não vai conseguir se despedir”. Compreendemos que o garoto não se refere apenas a uma simples despedida, mas a uma dificuldade de separação, uma vez que a saída do abrigo pode ser percebida como uma nova ruptura (Campos & Figueiró, 2013).

Muitas garotas se referiram à angústia de sair do abrigo deixando o amigo Daniel. Observamos que a maioria do grupo tomou o personagem como um amigo que também mora no abrigo, ainda que a narrativa não dirigisse para essa conclusão. Talvez seja difícil para os jovens abandonar um amigo que sofreu as mesmas dores do abandono. A ambivalência dos adolescentes, além de revelar uma dificuldade de elaboração das perdas vividas e o consequente temor de

² Aqui o termo “berço” está sendo utilizado em oposição a colo.

novas perdas também nos leva a refletir sobre o papel que o abrigo assume na vida desses jovens. Para Barros e Fiamenghi (2007), o impacto emocional da quebra de confiança no adulto que desempenha o papel de cuidador pode ter efeitos devastadores; entretanto, as vítimas de abandono e maus tratos podem se tornar adultos independentes se tiverem a oportunidade de se vincular com os cuidadores do abrigo. Se a criança puder desfrutar do afeto dos educadores no período em que se encontrar abrigada, mais promissoras serão suas chances de viver uma vida mais gratificante e não desenvolver comportamentos delinquentes na vida adulta.

Siqueira e Dell'Áglio (2006) também alertam para o fato de que condutas transgressoras ou delinquentes observadas nas crianças e adolescentes abrigados possam ter sido despertadas no lar de origem, em função de relações familiares conflituosas e instáveis, não sendo a instituição nem a separação da mãe os fatores desencadeadores de tais condutas.

Podemos supor que a experiência de desamparo físico e afetivo que começa no lar seja potencializada pelo abrigo quando este deixa de prover um ambiente suficientemente bom. Contudo, Moré e Sparetta (2010) argumentam que a instituição também pode se tornar uma referência de cuidado e apoio psicológico e social, especialmente quando a medida de abrigamento perde seu caráter provisório e a criança ou o adolescente permanece durante um longo período institucionalizado. Os autores acreditam que o ambiente do abrigo pode ultrapassar a provisão de cuidados quando facilita aquisição de habilidades sociais e cognitivas, a elaboração das experiências e construção de novos laços.

Quando trabalhou com crianças evacuadas da Guerra, Winnicott (1984/2016) notou que o impacto desta e do processo de evacuação eram mínimos quando comparados com os problemas enfrentados pelas crianças em seus próprios lares, concluindo que a guerra apenas deu visibilidade à instabilidade de inúmeras famílias. Em última análise, essas crianças são provenientes de lares insatisfatórios, nos quais os pais não puderam estabelecer uma base para seu desenvolvimento, em tempos de paz.

Em um estudo com adolescentes desabrigados em decorrência da maioridade, Altoé (1990) colheu relatos marcados por ambivalência com doses

de idealização e de crítica sobre a ausência de carinho ou liberdade para se comunicarem com os cuidadores e outros adolescentes. Altoé (1993) também investigou o perfil de presidiários egressos de abrigos. Observou que 75,5% dos presidiários apresentavam diversas passagens por diferentes abrigos com histórico de instabilidade afetiva e familiar. A realização de atos infracionais foi o principal motivo que levou à institucionalização, que se deu entre os 9 e os 18 anos. Os demais presidiários (24,5%) permaneceram abrigados pelo período mínimo de um ano e ingressaram no abrigo entre 0 e 8 anos em razão da falta de recursos financeiros da família. Altoé (1993) concluiu que a rede de assistência à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade social é ineficaz e que aqueles que permaneceram institucionalizados por períodos maiores tiveram oportunidade de aproveitar os recursos oferecidos pelo abrigo, o que possivelmente estaria relacionado ao menor índice de atos infracionais comparados aos presidiários que tiveram várias passagens por instituições de abrigo por curtos períodos. Entretanto, Moreira (2014) acredita que um longo período de institucionalização esteja associado a múltiplas rupturas e à fragilidade dos vínculos familiares em função do tempo que o adolescente acolhido fica longe da família, o que revela a complexidade do processo de abrigamento e desabrigamento de crianças e adolescentes.

Dando voz à personagem principal, Simba narra o conflito que Marcela viveu ao se deparar com a chegada da maioridade: “Marcela não sabia para onde correr, como iria se manter e onde iria morar. Pensou em várias coisas, cada vez ficava mais frustrada e apavorada ao imaginar”. Também destacamos a narrativa de Esmeralda que revela a preocupação com a chegada da maioridade e como organizará sua vida após a saída do abrigo. A garota narra que os parentes mais próximos de Marcela estão doentes e Daniel oferece sua casa como uma acolhida para a menina. Em ambas as narrativas observamos que o personagem do amigo fez o papel de suporte afetivo no conflituoso momento da saída do abrigo.

No grupo de reflexão, os meninos relataram que a instituição não oferece um suporte adequado àqueles que em breve irão se deparar com a saída do abrigo decorrente da maioridade. Um dos garotos explica que Marcela gostaria

de sair do abrigo, mas não se sente preparada para isso, acrescentando que a instituição deveria auxiliar o adolescente a enfrentar desafios cotidianos como comparecer a uma consulta médica sozinho (sem a companhia de um educador) ou preencher um currículo profissional. A angústia dos adolescentes é entendida por Martinez e Soares-Silva (2008) como uma experiência de “desraizamento”, uma vez que atingir a maioridade para o adolescente abrigado significa a perda do ambiente seguro e protetor em direção a uma realidade ainda desconhecida. Trassi e Malvasi (2010) acrescentam a situação de invisibilidade pública e carência do sentimento de autonomia pelos jovens que não conseguem se realizar como trabalhadores ou consumidores na sociedade.

O estudo de Honorato (2011) revelou dados semelhantes no que se refere à saída do abrigo decorrente da maioridade. Os adolescentes entrevistados relataram que não receberam uma preparação adequada, fato que gerou medo e ansiedade sobre como iriam sobreviver financeira e afetivamente após o desligamento da instituição. Um dos jovens do estudo afirmou que a opinião dos adolescentes era desconsiderada nesse momento decisivo da saída do abrigo, faltando orientação e suporte da parte dos educadores. Honorato (2011) e Campos e Figueiró (2013) defendem que a preparação para a saída do abrigo deve ser realizada pelos educadores de forma gradativa, desde que o jovem entra no instituição, e não apenas alguns meses antes de completar 18 anos.

Guará (2010) explica que se o período em que o jovem permaneceu no abrigo foi vivido de modo positivo, a instituição continuará sendo um ambiente significativo e uma referência de suporte e afeto para o adolescente. O autor destaca a importância de elaborar projetos de acompanhamento do jovem no pós-desligamento, para que esse momento não signifique um novo abandono.

Além de referirem a necessidade de suporte para a saída do abrigo, os adolescentes deste estudo comunicaram a falta de apoio afetivo durante o período de abrigamento. Chamou a atenção o fato de nenhum adolescente ter se referido aos educadores da instituição, nem terem adjetivado o abrigo como um espaço de sustentação emocional. Também afirmaram que gostariam de voltar para o lar, mas que o abrigo confere uma segurança que possivelmente não seria provida pela família. Embora descrevam o abrigo como um ambiente

que confere proteção e segurança reivindicam um cuidado afetivo e sensível, como afirma Cachinhos Dourados: “Não tenho ninguém para me apoiar ou para conversar comigo, é assim”.

Conforme discutido anteriormente, ao teorizar sobre o cuidado infantil nos primeiros meses de vida, Winnicott (1983/2007) elaborou o conceito de *holding* para referir-se a um ambiente sustentador e facilitador do desenvolvimento emocional e da integração do self. Embora o conceito tenha sido elaborado para explicar o papel do ambiente no estágio da dependência absoluta do bebê nos primórdios da vida, Winnicott (1965/2013) advertiu que o indivíduo depende relativamente do ambiente ainda na fase adulta, quando outros ambientes passam a se adaptar ao indivíduo como a família extensa e os grupos sociais. Winnicott destacou a importância do manejo de crianças que apresentam tendência antissocial: “Digamos que essas crianças precisam é de estabilidade ambiental, cuidados individuais e continuidade desses cuidados. Estamos pressupondo um padrão comum de cuidados físicos” (Winnicott, 1984/2016, p. 82). Winnicott também observou 3 fases no processo de alojamento de crianças evacuadas da guerra. Primeiro, a fase de idealização se caracteriza pelo comportamento “normal” da criança no alojamento e pela idealização das outras crianças e do ambiente quando o cuidador é percebido como o ideal de bom pai ou boa mãe. Na segunda fase, denominada colapso ou desidealização, o alojamento é testado pela criança para verificar quantos danos ela pode causar sem ser punida pelos seus atos. A terceira fase, que Winnicott chamou de depressiva, se refere ao momento de adaptação no qual a criança se acalma, habituando-se ao alojamento.

Tomemos como exemplo a fala de L. durante o grupo de reflexão com os meninos para observar a fase em que a criança se adapta ao abrigo: “ela [Marcela] chorou muito, muito, mas muito mesmo quando chegou no abrigo, mas depois ela se acostumou com o ambiente e não queria mais sair”. Além disso, podemos supor que outros adolescentes que evadem estejam vivendo a segunda fase proposta por Winnicott (1984/2016), como se estivessem testando quanta transgressão o ambiente do abrigo e os cuidadores suportam.

Winnicott (1984/2016) salienta a importância do alojamento ser um ambiente vivo e real no sentido de ter seu valor e realidade constantemente testados pelas crianças. Destacamos aqui um trecho da narrativa de Maria: “Aqui não é muito chato porque tem tudo o que eu nunca vi na minha vida, parque, circo, acampamento, baladinha e festas juninas” e a fala emblemática de J. na discussão em grupo: “Marcela disse que o mais triste seria ir embora de um berço que lhe serviu de ‘mãe’ quando ela mais necessitou”. A partir da comunicação dos participantes podemos supor que ora o abrigo se configura como um lar substituto, ora faz o papel de mãe, ora de pai, ora de um ambiente de passagem ou de suspensão da vida.

A ambiguidade da frase que dá nome ao terceiro campo de sentidos – “um berço que lhe serviu de mãe” – nos permite supor que também esteja implícita nesta ideia de substituição da mãe concreta pelo berço a oferta de um *holding* institucional mais técnico, profissional e objetivo. A fala de Maria também remete ao cuidado técnico do abrigo quando menciona que “aqui não é muito chato”, referindo-se à banalidade das atividades de lazer frente à necessidade de vinculação com os cuidadores do abrigo.

Winnicott (1987/2012) alerta para o fato de que profissionais da saúde ou cuidadores receberem treinamento para o cuidado físico do bebê, enquanto desconsideram suas necessidades psicológicas. Para Winnicott, o cuidado suficientemente bom não depende de manuais de instrução, mas do estabelecimento de uma relação de afinidade com a criança. Embora uma encubadeira ou o berço sirvam para acolher um bebê prematuro, a crescente maturidade do bebê exigirá cuidados humanos mesmo que o berço ou o carrinho sejam convenientes para a mãe. Para Winnicott, os cuidados iniciais fornecidos ao bebê como o segurar, manipular e a sustentação emocional estão na base das relações objetais e do futuro relacionamento do indivíduo com o mundo: “Os bebês não se recordam de que as pessoas os seguravam bem, no entanto, lembram-se da experiência traumatizante de não terem sido segurados de forma adequada” (Winnicott, 1987/2012, p. 54).

Podemos supor que na falta de um ambiente seguro e protetor na infância, os jovens abrigados acabam demandando da instituição um cuidado que deveria

ter sido provido nos estágios anteriores ao seu ingresso no abrigo. Winnicott (1963/1994) apontou para a dificuldade de agregar os aspectos físicos e psicológicos do cuidado no manejo cotidiano do bebê.

Há algumas mães, ou pessoas que cuidam de crianças, que estabelecem bom contato com o bebê como pessoa, mas parecem incapazes de saber o que o corpo do bebê está sentindo ou precisando; de modo semelhante, há outras pessoas que são naturalmente boas em cuidados físicos, mas parecem ignorar o fato de que há um ser humano começando a alojar-se no corpo que estão banhando e limpando. (Winnicott, 1963/1994, p. 431)

As palavras de Winnicott nos convidam a refletir sobre a experiência de cuidado vivida pelos adolescentes no ambiente do abrigo. Possivelmente os jovens identificam a instituição como um berço tal como um substituto materno e desse ambiente tentam tirar experiências positivas para garantir a sobrevivência psíquica. Ao processo de cuidar prematuramente de si mesmo, Winnicott denomina *self-holding* quando o bebê tenta manter-se coeso para evitar a agonia de despedaçamento. Nesses casos, o psiquismo do bebê passa a existir por si mesmo, substituindo a mãe e tornando-a desnecessária (Winnicott, 1958/2000). Os participantes deste estudo podem estar comunicando a necessidade de manter-se minimamente integrados em meio a tantas fragilidades e rupturas. Ainda que estejamos tratando de adolescentes, os estágios do amadurecimento emocional primitivo sugeridos por Winnicott (1983/2007) podem não ter sido conquistados em razão das inúmeras falhas ambientais que se sucederam na infância e na juventude levando esses jovens a criar estratégias defensivas tal como o *self-holding* de Winnicott.

A expressão emocional dos adolescentes corrobora estudos atuais (Arpini, 2003; Silva, 2004; Siqueira, Betts, & Dell'Aglio, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2007; Moreira, 2016) quando concluem que o abrigo se torna um fator de proteção quando é capaz de prover segurança e proteção aos acolhidos. Contudo, os participantes sublinharam a necessidade de que o ambiente institucional forneça afeto, mas também seja capaz de preparar o adolescente para enfrentar a vida fora do abrigo.

CAPITULO 6. REFLEXÕES SOBRE O ABRIGAMENTO E DESABRIGAMENTO DE JOVENS

Para Bleger (1990) o ambiente institucional pode ser responsável por oferecer amparo e diminuir os riscos a que as crianças e adolescentes estão expostos, embora ainda se configure como ambiente carregado de fragilidades e tristezas, o que mobiliza defesas como o abafamento das emoções, distanciamento afetivo e depreciação dos acolhidos por parte dos cuidadores. Dessa forma, observa-se que muitas vezes as instituições acabam reproduzindo os males que visavam combater, reeditando as relações fragilmente estabelecidas no ambiente familiar. Nessa perspectiva, Arpini (2003) acredita que refletir sobre as possibilidades de as instituições de acolhimento tornarem-se referenciais identificatórios para as crianças e adolescentes é uma tarefa difícil, mas imprescindível para oferecer um ambiente seguro e protetor para os acolhidos. Tal mudança exige a consideração do estigma carregado pela instituição, e do próprio discurso e prática institucional para que o abrigo se torne um ambiente que visa a construção e a sustentação dos sujeitos (Arpini, 2003).

De outro lado, Carreteiro (2003) acredita que apesar da população socialmente vulnerável ter vivido situações de humilhação, o indivíduo que se sente desvalorizado raramente compartilha ou expõe seu sofrimento. A censura dos sentimentos acontece por duas vias, a do próprio sujeito e da sociedade que

carece de recursos para viabilizar a expressão emocional e o acolhimento. A esse processo de silenciamento dos afetos e a pretenção de apagá-los Carreteiro (2003) atribui o termo lógica da invisibilidade do sofrimento.

Arpini (2003) argumenta que, embora as instituições de abrigamento tenham sofrido mudanças ao longo dos anos, ainda é um ambiente frágil em razão da vulnerabilidade dos abrigados e suas famílias. Arpini (2003) concorda com Bleger (1990) ao afirmar que diante de tantas fragilidades, os atores da instituição costumam reagir com endurecimento afetivo e distanciamento das crianças e adolescentes abrigados. Sobre esse aspecto, Moreira, Passos e Almeida (2016) comentam que os diversos serviços que fiscalizam as instituições de acolhimento apresentam diferentes demandas que nem sempre estão articuladas entre si, alimentando a confusão dos profissionais quanto ao papel que devem desempenhar. Pressionados pela dificuldade em responder às exigências, sentem-se sozinhos e responsabilizados pelo atendimento aos abrigados. Moreira Passos e Almeida (2016) defendem a necessidade de acolher as dificuldades dos cuidadores para diminuir o adoecimento e a rotatividade dos profissionais capacitando-os a criar um ambiente sustentador para as crianças e adolescentes.

Moreira, Bedran e Carellos (2011) destacam a repetição de padrões ao longo das gerações pelas famílias das crianças e adolescentes institucionalizados. De modo geral, os pais têm histórico de violência, abandono e rupturas dos laços familiares e são absorvidos por problemas de ordem emocional e social como drogadicção, alcoolismo, criminalidade e desemprego. Castel (2009) aponta que a ruptura dos vínculos sociais constitui uma marca da população pobre e vulnerável. Além disso, grande parte das famílias tem configuração monoparental, revelando que é socialmente esperado da mulher a centralidade no papel de cuidado com os filhos.

Tais aspectos foram observados pela pesquisadora, em seu breve contato com os prontuários dos participantes, cujos vínculos familiares se desfaziam, inclusive pela morte dos genitores. A ausência de informações e as lacunas dos prontuários, que chamaram a atenção da pesquisadora, foi objeto de estudo de Moreira, Bedran, Carellos e Passos (2013). Os autores afirmam que a

precariedade dos registros do pré-acolhimento e do pós-acolhimento revelam a naturalização do sofrimento psicológico e social e a invisibilidade das crianças e adolescentes enquanto sujeito ativo e de direito favorecendo o estigma da criança abrigada. Moreira, Bedran, Carellos e Passos (2013) acreditam que as relações estabelecidas pelas famílias e pelos agentes de proteção social poderiam ser mediações potencializadoras desde que as famílias fossem acolhidas em sua singularidade e contexto adverso, além de acompanhadas em seu processo de mudança.

Enquanto este estudo focalizava a experiência emocional de adolescentes sobre a futura saída do abrigo, descortinou-se um ambiente familiar, institucional e social desértico, uma vez que o desamparo não se restringe à dimensão subjetiva do adolescente, mas inclui a própria família e a instituição em suas questões estruturais ou concretas de existência. Bruner (2004) sublinha que os significados que o indivíduo atribui à experiência vivida são acessados somente quando nos detemos sobre o contexto cultural que os produz e sobre o modo como o sujeito utiliza os recursos da cultura. Bruner postula uma não separação entre a vida vivida e a vida contada, isto é, a vida não é “como foi”, mas como é interpretada e narrada pelo sujeito no presente. Para Bruner (1997) os sistemas simbólicos utilizados pelos indivíduos para dar sentido a suas experiências estão disponíveis na cultura como podemos observar no relato dos participantes em que a figura materna foi tomada como referência de cuidado, ainda que fosse insuficiente, como exemplo de como as expectativas sociais acerca da conduta materna podem superar a experiência concreta da criança ou adolescente, que continua a se orientar pelo modelo ideal de mãe.

Embora a pobreza das famílias dos acolhidos não seja considerada motivo de institucionalização, pela esfera jurídica, a pesquisa realizada pelo IPEA (2003) constatou que a carência de recursos financeiros e materiais está associada a maior parte dos casos de abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil. Os alicerces que apoiam a infância e a juventude são fragilizados quando as oportunidades sociais e econômicas são escassas (Carvalho, 2002; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004; Rotondaro,

2002; Salina-Brandão & Williams, 2009; Silva, 2004) o que revela um desamparo não só dos acolhidos, mas das próprias famílias perante o Estado. A precariedade das instituições de abrigamento também fica evidente pela alta rotatividade e adoecimento dos cuidadores que, muitas vezes, apresentam histórico de abandono e queixam-se da falta de apoio para o desempenho de suas funções (Moreira, Passos & Almeida, 2016).

Refletir sobre o protagonismo da família, dos cuidadores e da própria criança ou adolescente é fundamental quando olhamos de perto para as demandas comunicadas pelos participantes deste estudo. Dos encontros com os adolescentes compreendemos que o abrigo precisa ser mais que um berço que substitui a mãe temporariamente, precisa prover afeto, escuta e elaboração das experiências. Winnicott (1984/2016) sabiamente já dizia que “é a natureza permanente do lar que o torna valioso, mais do que o fato de o trabalho ser realizado com inteligência” (Winnicott, 1984, p.77) para ilustrar que o cuidado materno não depende de habilidades altamente sofisticadas da mãe, mas de sintonia com as necessidades do bebê e dedicação.

Winnicott (1984/2016) percebeu que as crianças alojadas no período da Guerra estavam à procura de uma experiência de lar primário, isto é, de cuidados usualmente providos pela mãe nos primórdios da vida, como se ainda estivessem no estágio da dependência absoluta, quando o bebê necessita estar no colo da mãe em razão de encontrar-se fusionado a ela (Loparic, 2006). Apesar de os participantes terem sido expostos a situações de privação e violência, e o abrigo reeditar algumas experiências de abandono, a instituição também pode conferir sentimentos de proteção e segurança (Arpini, 2003; Silva, 2004; Siqueira, Betts, & Dell'Aglio, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2007), isto é, tem potencial para ser uma experiência significativa e manter a continuidade-de-ser (Winnicott, 1958/2000) da criança ou adolescente, o que aponta para a necessidade de estudos sobre o universo do acolhimento e desacolhimento institucional e sobre a preparação do jovem para a saída do abrigo.

Siqueira et al. (2010) alertam para o fato de que não existe um programa de acompanhamento dos adolescentes que foram desligados do abrigo, além da falta de qualificação dos cuidadores no que se refere ao trabalho de preparar o

adolescente para a saída do abrigo e acompanhá-lo no pós-desligamento da instituição. Siqueira et al. recomendam articulação entre o abrigo e as políticas públicas no sentido de promover um desligamento gradual da instituição e preparar o jovem para a vida fora do abrigo desde o momento de seu acolhimento. A formulação de políticas públicas para a juventude se mostra urgente para garantir o acompanhamento do adolescente no pós-desligamento quando o abrigo não tem mais responsabilidade sobre o adolescente para assegurar sua participação social e garantir que não seja alvo de uma inclusão perversa na sociedade, que inclui o jovem na sociedade, mas mantém o lugar da exclusão social (Martins, 2009). Nesse sentido, Constantino (2000) e Campos e Figueiró (2013) advertem que o adolescente que carece de apoio para enfrentar a saída do abrigo, especialmente ao atingir a maioridade, corre grande risco de tomar o caminho do tráfico de drogas, da violência e das ruas. Segundo Constantino (2000), a experiência de sentir-se excluído da instituição favorece a marginalidade e a delinquência.

Os relatos dos participantes nos levam a reflexão sobre os rumos da pesquisa sobre o abrigamento e o desabrigamento de crianças e adolescentes. Muitos estudos se ocupam de investigar as políticas públicas, o processo de destituição do poder familiar e as leis que regem esse complexo processo, mas a dimensão afetivo-emocional dos próprios acolhidos e suas famílias se perde, especialmente no que tange à saída do abrigo e a preparação do adolescente para esse momento.

Neste estudo percebemos que a saída do abrigo transcende o desalojamento e remete a uma única e complexa experiência: a do desamparo físico, afetivo e social. Tal constatação nos conduz à necessidade de refletir e elaborar estratégias para preparar o adolescente para a saída de casa, a entrada no abrigo e a saída do abrigo para o mundo. Em última análise, os participantes convocam nosso olhar para a dimensão afetiva e para as condições concretas de vida de suas famílias, deixando a questão judicial e legal em segundo plano.

Em um estudo sobre as funções dos cuidadores de instituições de acolhimento, Moreira (2016) propõe que façamos “com” os cuidadores e não “para” os cuidadores. Alinhadas a essa perspectiva, acreditamos que o trabalho

com as crianças e adolescentes abrigados em vias de serem desligados da instituição deve caminhar na mesma direção; a experiência dos jovens deve ser ouvida e acolhida para que o abrigo consiga preparar o adolescente para sair do berço e dê seus primeiros passos em direção aos desafios que a vida adulta lhe apresentará quando deixar o abrigo.

CAPITULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação da pesquisadora do contexto do abrigo através de uma pesquisa de fundamentação psicanalítica que valoriza o encontro intersubjetivo e o resgate do vivido permite tecer algumas considerações sobre o tema do abrigamento e desabrigamento. A partir do encontro com os participantes notamos o seu desamparo frente à experiência dos vários desabrigamentos que se seguiram à primeira saída do lar de origem, desamparo que retorna, mais tarde, por ocasião da saída definitiva do Abrigo. Entre esses dois tempos que separam o adolescente de suas referências, temores, desejos, desespero e esperança rondam as muitas idas e vindas entre o lar e o Abrigo, sempre embaladas pela fantasia de retorno aos braços maternos.

Nesse cenário, o Abrigo só pode ser visto com desconfiança, como lugar de ambiguidades, já que nasce da negligência, do abuso e do desamparo do jovem para converter-se em berço do Estado. Muitas mãos balançarão este berço que, segundo o depoimento dos participantes, raramente se converterá em colo. Enquanto se tenta “reformatar” famílias, “recuperar” adolescentes, substituir o cuidado perdido na infância, alguns jovens ainda sonham com o lar de origem ou, pelo menos, com o lar adotivo.

Mas, ao final desse processo infundável, o adolescente se declara despreparado para a saída do Abrigo e reivindica um cuidado que alia o técnico e o afetivo, o cuidado e a educação, ainda que a instituição proteja o adolescente do abandono e da violência. Refletindo sobre essa demanda formulada pelos

participantes, pensamos em elaborar uma cartilha dirigida aos acolhidos do Abrigo com a intenção de lhes comunicar a nossa compreensão sobre a experiência emocional que estão vivendo, como uma primeira contribuição e como agradecimento por sua participação.

Como forma de dar continuidade a este estudo preliminar sobre a experiência emocional de adolescentes abrigados sobre a saída do abrigo, pretendemos investigar como os afetos são construídos e reconstruídos no ambiente institucional nos dirigindo, desta vez, aos cuidadores que se deparam com a complexa tarefa de cuidar de crianças e adolescentes que sofreram situações intrusivas e, portanto, traumáticas. Acreditamos que seja possível explorar as potencialidades do abrigo se tornar um lugar significativo na vida de jovens acolhidos se nos dispusermos a olhar dessa dupla perspectiva – cuidador e abrigado – rumo a um cuidado social que seja pautado no cuidado sensível que promove o amadurecimento emocional que está na base de uma relação saudável com o outro.

REFERÊNCIAS

- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F.F., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. In *Anais da X Jornada Apoiar* (306-314). São Paulo: IPUSP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. & Machado, M. C. L. (2005, mês de publicação). Narrativas: O gesto do sonhador brincante. *Trabalhos do IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise*, São Paulo, SP, Brasil, 4º evento. Recuperado de: www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Tania_Maria_Jose_Aiello_Vaisberg_e_Maria_Christina_Lousada_Machado.php.
- Aiello-Vaisberg, T.M.J. & Machado, M.C.L. (2008). Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos a luz da teoria dos campos. In J. Monzani & L. R. Monzani (Org.), *Olhar: Fabio Herrmann, Uma viagem psicanalítica* (pp. 311-324). São Carlos: Ed. Pedro e João Editores/ CECH - UFSCar.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R. & Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In: D. Beaune (Org.). *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues*. (pp. 39-52). Paris: L'Harmattan.
- Arpini, M. D. (2003). Pensando a perspectiva institucional e a intervenção em

abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75.

Altoé, S. (1990). Internato de menores: educar para (de)formar? *Fórum Educacional*, 14(2), pp.50-76. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Altoé, S. (1993). Do internato à prisão: quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao ado-lescente? In: Rizzini, I. (Ed.), *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio* (pp.213-223). Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

Barros, R. C., & Fiamenghi, G. A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 267-1276.

Baptista, M. V. (2010). Um olhar para a história. In Oliveira, A.L., Vidigal, C., Guará, I. M. F.R., Wada, M., Vitale, M. A. F., Maricondi, M. A., Machado, M. E., Gulassa, M. L. C. R., Baptista, M. V., Barros, R., Gentile, R., Oliveira, R. C., Rios, T. A., & Sayão, Y. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 21-35). São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Benjamin, W. (1996). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp.197-221). São Paulo: Editora Brasiliense. (Original publicado em 1936).

Bleger, J.(1990).*Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bleger, J. (2015). Temas de psicologia: entrevistas e grupos. *Grupos e Entrevistas*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1964).
- Brito, C. O. (2010). *O processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória. Retirado de <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6652/1/Carolina%20Oliveira%20de%20Brito.pdf>
- Bruner, J. (1997). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bruner, J. (2001). *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Bruner, J. (2004). Life as Narrative. *Social Research*, 71(1), 691-710.
- Cagnani, L. J. R. P. (2016). *O trabalho do psicólogo no abrigo institucional*. São Paulo: Zagodini.
- Campos, H. R., & Figueiró, M. E. S. S. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioria e desinstitucionalização. *Psicologia e Argumento*, 31 (72), 113-125.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e limites. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 14-19). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Castel, R. (2009). Da indigência à exclusão, a desfiliação: precaridade do

- trabalho e vulnerabilidade relacional. In A. Lancetti & G. Baremlitt (Orgs.), *Saúde e loucura; grupos e coletivos* (pp. 21-48). Hucitec: São Paulo.
- Castro, M. G., & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de pesquisa*, (116), 143-176.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2), 14-625.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Silva, S. S. C. (2010). Institucionalização e Reinserção Familiar de Crianças e Adolescentes. *Mal Estar e Subjetividade*, 10 (4), 1147-1172.
- Cintra, A. L., Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], (2009). *Orientações técnicas para serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*. Brasília: Conanda/ CNAS.
- Constantino, E. P. (2000). *Meninos Institucionalizados, a Constituicao de Um Caminho*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Coutinho, A. P. C., Nascimento, M. L., & Sá, D. A. (2010). Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes. *Pesquisas e Práticas sociais*, 5(1), 104-111.
- Corbett, E. (2015). *Vidas marcadas: adolescência, violência familiar e futuro imaginado*. (Relatório Técnico de Estudos de Pós-doutoramento). São Paulo, SP: CNPQ.

- Creswell, J.W. (2010). *Projeto de Pesquisa- Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dutra, E. (2002). A Narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 371-378.
- Fávero, E. T., Vitale, M. A. F., & Baptista, M. V. (2009). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados*. São Paulo: Paulus.
- Flick, U. (2014). *An introduction to qualitative research*. Los Angeles: Sage.
- Franco, M. H. P. & Tinoco, V. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 427-434.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva
- Gonçalves, M. A. B., & Guzzo, R. S. L. (2017). A defensoria pública e cuidados em uma Relação de Cuidado: Um Estudo de Caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 236-247.
- Guará, I. M. F. R. (2010). Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação. In Oliveira, A.L., Vidigal, C., Guará, I. M. F.R., Wada, M., Vitale, M. A. F., Maricondi, M. A., Machado, M. E., Gulassa, M. L. C. R., Baptista, M. V., Barros, R., Gentile, R., Oliveira, R. C., Rios, T. A., & Sayão, Y. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 59-73). São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Granato, T. M. M. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia*, 33(1), 25-35.

- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2011). Narrativa Interativa e Psicanálise. *Psicol. estud.*, 16(1), 157-163.
- Granato, T. M. M., Russo, R. C. D. T., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O uso de narrativas na pesquisa psicanalítica do imaginário de estudantes universitários sobre o cuidado materno. *Mudanças- Psicologia da Saúde*, 17(1), 43-48.
- Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicol. Soc.*, 23, 81-89.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). Novos rumos do acolhimento institucional. In Oliveira, A.L., Vidigal, C., Guará, I. M. F.R., Wada, M., Vitale, M. A. F., Maricondi, M. A., Machado, M. E., Gulassa, M. L. C. R., Baptista, M. V., Barros, R., Gentile, R., Oliveira, R. C., Rios, T. A., & Sayão, Y. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 49-59). São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann. T. Lowenkron, (orgs). *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp.43-84), São Paulo: Casa do Psicólogo.

Honorato, A. A. S. (2011). *O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil: e agora?* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17533>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2003). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada*. Brasília.

Janczura, R. (2005). Abrigos para adolescentes: Lugar social de proteção e construção de sujeitos? *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4 (1), 1-19.

Laplanche, J. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Laplanche e Pontalis. São Paulo: Martins Fontes.

Leal, M. C., Matos, M. C., & Sales, M. A. (2004). *Política social, família e juventude – uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez.

Lei n.8.069 (1990, 13 de julho). Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Brasília-DF.

Lei n. 12.594 (2012, 18 de janeiro). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Brasília-DF.

Levinzon.G.K. *A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica*. São Paulo, Editora Escuta: 2000.

Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.

Martins, J. (2009). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Martins, E. Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 177-187.
- Martinez, A., & Soares-Silva, A. (2008). O momento da saída do abrigo em função da maioridade: A voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2), 113-132.
- Moré, C. L. O. O., & Sparetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528.
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37.
- Moreira, M. I. C. (2016). Trabalhadoras e trabalhadores nas casas de acolhimento institucional: diagnóstico e perspectivas. In Moreira, M. I. C., Passos, A.P.C.P, & Almeida, V.P. *Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional* (pp.15-42). Curitiba: CRV.
- Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., & Carellos, S. M. S. (2011). A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. *Psicologia em Revista*, 17(1), 161-180.
- Moreira, M. I. C., Passos, A.P.C.P, & Almeida, V.P (2016). *Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional* Curitiba: CRV.
- Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., Carellos, S. D., & Passos, A. P. C. P. (2013). As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. *Psicologia em Revista*, 19(1), 59-73.

- Moreira, E. N. S., Santos, K. F. O., Andrade, C. G., Costa, C. G. Fernandes, M. G. M., & Brito, F. M. (2014). Buscando o significado do adolescer em uma instituição de abrigo. *Rev. pesquis. cuid. fundam.*, 6(4), 1546-1557.
- Nabinger, S. B. (1997). *A construção dos vínculos na adoção. Prevenção, diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais da infância e da adolescência: um enfoque desenvolvimental*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. D. (2007). A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. *Revista Psicologia Política*, 7(14).
- Nascimento, C. R. R. N., Rosa, E.M., Santos, J.R., & Matos, J. R. (2012). O Processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368.
- Onocko-Campos, R. T., Palombini, A. L., Leal, E., Junior, O. D. S., Baccari, I. O. P., Ferrer, A. L., Diaz, A. G., & Xavier, M. A. Z. (2013) Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e antropologia médica. *Ciênc. saúde colet.*, 18 (10), 2847- 2857.
- Prado, A. (1995). *Poesia Reunida*. São Paulo: Siciliano.
- Quadros, L. F. (2014). Ações de Destituição do Poder Familiar e sua Relação com a Ausência de Moradia Adequada. *Revista da Defensoria Pública: Edição especial de Habitação e Urbanismo*, pp. 126-140.
- Rabelo, F. I. M. (2015). *Os jovens em situação de rua e os rolés pela cidade: contradições entre invisibilidade e protagonismo* (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais. Retirado de http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD_0_014.pdf.

Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. (2013). Brasília, Brasil: Conselho Nacional do Ministério Público.

Ricoeur, P. (1999). *Historia y narrativa*. Barcelona: Paidós Ibérica.

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola.

Rossetti-Ferreira, M. C., Sólton, L. A. G., & Almeida, I. G. (2010). A delicada arte da conversa e da escuta. In D. C. F. Bernardi (Org.), *Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento* (pp. 61-73). São Paulo, SP: Associação Fazendo História, NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Rotondaro, D. P. (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1 (1), 8-13.

Salina-Brandão, A., & Willams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 22 (3), 334-352.

Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Brasília: IPEA/CONANDA.

Silva, M. E. L. (1993). *Investigação e psicanálise*. Campinas: Papirus.

Siqueira, A. C. (2006). *Insituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
Retirado de

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5955/000522590.pdf?sequence=1>

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglio, D.D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Intramericana de Psicologia*, 40(2), 146-158.

Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando à família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-146.

Siqueira, A., Zoltwiski, A., Giordani, J., Otero, T., & Dell'Aglio, D. (2010). Processo de reinserção familiar: Estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 7-15.

Stake, R. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.

Trassi, M., & Malvasi, P. (2010). *Violentamente pacíficos*. São Paulo: Cortez.

Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108.

Valente, J. (2012). Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. *Serv. soc. soc*, 1(11), 576-598.

- Weber, L. N. D. (1999). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (2007). *O Ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed (Trabalho originalmente publicado em 1983).
- Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1984).
- Winnicott, D. W. (2016). A Imaturidade do Adolescente. In: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 145-163). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1989).
- Winnicott, D. W. (1994). O jogo do rabisco. In: C. Winnicott (Org.) *Explorações psicanalíticas*. (pp. 230-243). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (1994). O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In: D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 102-115). Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso (breackdown). In: D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 70-76). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2013). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1965).

Winnicott, D. W. (2012). *Os bebês e as suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.
(Trabalho originalmente publicado em 1987).

Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
(Trabalho originalmente publicado em 1958).

Yunes, M. A. M., Oliveira, M. R. A., Tavares, M. F. A., & Faria L. C. (2001) Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11 (21), 1982-4327.

ANEXO I- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PUC CAMPINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Encontros, afetos e separações: narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre a saída do abrigo

Pesquisador: Sofia Creato Bonfatti

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61515716.9.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.913.314

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa de mestrado vai acolher a participação de dez adolescentes abrigados em uma instituição no município de Piracicaba, sendo 5 de cada sexo, cujas idades variam entre 13 e 18 anos. A partir de uma abordagem qualitativa de inspiração psicanalítica, pretende-se investigar os sentidos afetivo-emocionais para a condição que enfrentam.

A pesquisa se desenvolverá em duas etapas. Na primeira, os participantes serão convidados a completar uma Narrativa Transferencial (NT) oferecida pela pesquisadora (documento anexo) "em direção a um desfecho, expressando-se de forma livre, individual e por escrito". Na segunda etapa, participarão de um Grupo de Discussão, "quando terão oportunidade de interagir e discutir o tema do abrigamento e da futura saída do abrigo em termos de suas vivências pessoais".

O material coletado será ainda discutido com os integrantes do grupo de pesquisa à qual pertence a proponente, de modo a validar suas interpretações, visando incrementar o rigor da pesquisa em relação à literatura científica recente sobre o tema do abrigamento.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os sentidos afetivo-emocionais atribuídos por adolescentes abrigados à experiência de saída do abrigo, tendo em vista a sua futura inserção no mundo adulto.

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 1.913.314

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a proponente, "A presente pesquisa não representa risco aos participantes, maiores que os oferecidos em seu cotidiano, estando dentro das exigências do protocolo estipulado pela Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), responsável por regulamentar as normas acerca da realização de pesquisas com seres humanos". Na versão atual do projeto, a proponente aprofundou a avaliação de risco feita anteriormente, melhor adequando-se ao espírito da regulamentação da área.

Enquanto benéfico, pesquisadora entende que pesquisa permitirá que os participantes "façam uso [...] da reflexão acerca dos processos de transição que marcam sua trajetória de vida no sentido do desenvolvimento da autonomia que lhes será demandada na vida pós-abrigo" e que "o conhecimento produzido por este estudo poderá se converter em recurso para os profissionais que atuam na área do cuidado à saúde da criança e do adolescente que, por qualquer razão, tenham sido afastados da família de origem".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta é pertinente, encontra-se bem embasada teoricamente e está cercada dos cuidados que se espera de investigações desta natureza.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão todos presentes e adequados à regulamentação das pesquisas nesta área de conhecimento.

Recomendações:

No TCLE dirigido ao responsável legal, a pesquisadora inicia a redação do documento com a frase "Este termo representa o consentimento de duas partes envolvidas[...]". No entanto, a rigor, deveria tê-lo redigido em linguagem de convite, como foi recomendado no item 2.1 do parecer anteriormente emitido por este Comitê de Ética. Recomenda-se que, no TCLE a ser assinado pela autoridade competente, tal cuidado seja tomado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes,

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136	
Bairro: Parque das Universidades	CEP: 13.086-900
UF: SP	Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777	Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 1.913.314

é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_804606.pdf	25/01/2017 17:14:58		Aceito
Outros	Carta_Comite_alteracoes.pdf	25/01/2017 17:13:37	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_finalizado_ok.pdf	25/01/2017 17:10:17	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Autorizacao_Prefeitura_ok.pdf	25/01/2017 17:08:44	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Assentimento_ok.pdf	25/01/2017 17:06:33	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Participantes_maiores_ok.pdf	25/01/2017 17:06:10	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsavel_Legal_ok.pdf	25/01/2017 17:04:04	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	CARTA_SCANNEADA.jpg	25/10/2016 16:26:26	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	NARRATIVA_INTERATIVA.pdf	25/10/2016 16:25:01	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Folha de Rosto	SKMBT_75004032905220.pdf	25/10/2016 16:14:45	Sofia Creato Bonfatti	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.086-900
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 1.913.314

Não

CAMPINAS, 09 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Silvana Mariana Srebernich
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo representa o consentimento de duas partes envolvidas em um projeto de pesquisa científica, estando de um lado, a psicóloga Sofia Creato Bonfatti, CRP 06/131932, Mestranda em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, autora do projeto de pesquisa intitulado “Encontros, afetos e separações: narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre a saída do abrigo” e do outro, o responsável legal pelos adolescentes menores de 18 anos. Aos participantes menores de idade será apresentado um Termo de Assentimento, como respeito ético pela sua participação.

O presente estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes abrigados e suas expectativas quanto à saída do abrigo. Esperamos que este estudo possa beneficiar os indivíduos e grupos envolvidos direta ou indiretamente na atenção psicológica a adolescentes em condição de abrigamento, bem como a suas famílias.

A coleta de dados será realizada segundo o enquadre de entrevistas coletivas, sendo uma entrevista com um grupo de adolescentes do sexo feminino e outra com adolescentes do sexo masculino. Nesta etapa, os participantes serão convidados a completar, por escrito, uma história fictícia que foi previamente elaborada pela pesquisadora, e que versa sobre a temática a ser estudada. Este encontro da pesquisadora com os participantes para a coleta de dados terá duração de aproximadamente 90 (noventa) minutos.

Na análise dos dados, buscar-se-á compreender a percepção dos adolescentes frente à realidade que envolve a transição para a saída do abrigo sendo seus dados pessoais ou qualquer informação que os identifique retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo. Além disso, todos os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa serão trocados como garantia do sigilo e anonimato.

Considerando a condição de vulnerabilidade a que adolescentes abrigados estão eventualmente expostos, a pesquisadora tomará todas as precauções para evitar, durante a coleta de dados, a exposição dos participantes a qualquer situação de constrangimento, sendo seu papel observar e avaliar continuamente o bem estar dos adolescentes. Caso identifique sofrimento que extrapole suas possibilidades de manejo no contexto da entrevista, a pesquisadora encaminhará o participante que se mostrar incomodado para um dos cuidadores da instituição até que termine a coleta de dados, após a qual poderá conversar individualmente com o participante que tiver

se retirado

Como a participação dos adolescentes é totalmente voluntária, o participante não terá nenhum tipo de remuneração por seu consentimento, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e outra, com o presidente da instituição e responsável legal pelos adolescentes menores de 18 anos.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rodovia D. Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, o Comitê poderá ser consultado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Para maiores esclarecimentos com relação à sua participação, favor entrar em contato com a pesquisadora através do telefone celular (19) 99477-0202 ou pelo e-mail sofia_bonfatti@yahoo.com.br

Eu, _____ RG, _____, afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa “Encontros, afetos e separações: narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre a saída do abrigo”, e autorizo, na qualidade de responsável legal, a participação voluntária dos adolescentes menores de 18 anos e a inclusão do material narrativo por eles produzido na investigação, mediante o respeito às condições de sigilo e anonimato.

Piracicaba,.....de.....de 2017.

Assinatura do Presidente

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO III- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa científica intitulada “Encontros, afetos e separações: narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre a saída do abrigo” que será realizada pela psicóloga Sofia Creato Bonfatti, CRP 06/131932, Mestranda em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Para que você possa participar deste estudo, deverá autorizar e assinar este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também será assinado por seu responsável legal.

O presente estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes abrigados e suas expectativas quanto à saída do abrigo. Esperamos que este estudo possa beneficiar os indivíduos e grupos envolvidos direta ou indiretamente na atenção psicológica a adolescentes em condição de abrigamento, bem como a suas famílias.

O procedimento da pesquisa envolve duas etapas. Em uma entrevista coletiva, sendo um grupo do sexo feminino e outro grupo do sexo masculino, os participantes serão convidados a completar, por escrito, uma história fictícia que foi previamente elaborada pela pesquisadora, sobre o tema aqui investigado. Após o término da história, terá início um grupo de reflexão sobre as suas expectativas, dificuldades e planos para o futuro. O nosso encontro para a coleta de dados para esta pesquisa terá duração de aproximadamente 90 (noventa) minutos.

Considerando a condição de vulnerabilidade a que adolescentes abrigados estão eventualmente expostos, a pesquisadora tomará todas as precauções para evitar, durante a coleta de dados, a sua exposição a qualquer situação de constrangimento. Caso identifique qualquer tipo de mal estar, a pesquisadora encaminhará o participante para um dos cuidadores da instituição até que termine a coleta de dados, após a qual poderá conversar individualmente com o participante que tiver se retirado.

Seus dados pessoais ou qualquer informação que possa identificá-lo serão retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo. Além disso, o seu nome e o dos demais participantes da pesquisa serão substituídos por pseudônimos para garantir o anonimato.

Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração por seu consentimento, nem prejuízo, caso se recuse a participar

ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de assentimento será impresso em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e outra com você.

Eu _____,
RG _____, afirmo ter sido informado e estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa “Encontros, afetos e separações: narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre a saída do abrigo”, e declaro a minha participação voluntária na mesma, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na investigação, mediante o respeito às condições de sigilo e privacidade. Declaro, também, estar ciente de que poderei retirar esse consentimento a qualquer momento da pesquisa, sem que isso me traga qualquer prejuízo.

Piracicaba, de de 2017.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO IV CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES A PARTIR DA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS

Participante	Sexo	Idade	Motivo do acolhimento	Tempo de acolhimento	Acolhimentos anteriores	Evasão do abrigo	Dados familiares
1	F	12 anos	Negligência	1 ano e 7 meses	Sim	Não	A mãe da adolescente tem 32 anos e está atualmente desempregada enquanto seu pai é falecido. A participante tem três irmãos acolhidos no Abrigo sendo um adolescente de 11 anos, e dois meninos de 1 ano e 7 meses. A garota aguarda a decisão do juiz sobre sua reintegração familiar na casa da avó materna.
2	F	15 anos	Abusos físicos e psicológicos	11 meses	Não	Não	Não constam informações no prontuário sobre a mãe da adolescente; seu pai é caseiro e possui 30 anos e a madrasta de 29 anos tem ocupação do lar. A participante possui duas irmãs adolescentes embora suas informações não estejam presentes no prontuário. Quando morava sozinha com o pai sofria violência física.
3	F	12 anos	Abandono pelos pais ou responsáveis	7 meses	Não	Sim	O pai da adolescente é desempregado e não constam informações sobre sua mãe e seus dois irmãos. A participante apresenta histórico de agressividade no Abrigo, transgressão de regras na escola e evasão escolar.
4	F	13 anos	Abusos físicos e psicológicos	11 meses	Não consta	Não	Não constam informações sobre os genitores da participante. Sua irmã de 17 anos reside no Abrigo com o filho recém nascido. A participante sofreu violência por parte do pai.
5	F	13 anos	Negligência	1 ano e 3 meses	Não	Sim	A genitora da participante possui 35 anos e é faxineira, mas não constam informações sobre o pai. O padrasto de 36 anos e é aposentado por invalidez. A participante tem sete irmãos sendo 3 meninas e 2 meninos com 13,10,5,7 e dois anos respectivamente. A adolescente apresenta histórico de transgressão de regras na escola.
6	F	14 anos	Abusos físicos e psicológicos	1 ano	Sim	Sim	A mãe da adolescente possui 36 anos e não constam informações sobre o genitor. A participante tem três irmãs e 1 irmão de 13, 10, 8 e 5 anos respectivamente e apresenta histórico de agressividade e transgressão na escola e no Abrigo. A garota é mãe de um bebê que reside no Abrigo na Casa das Crianças.
7	F	16 anos	Abusos físicos e psicológicos; conflitos no ambiente familiar	2 anos	Sim	Sim	A mãe da adolescente tem 38 anos e é auxiliar de limpeza, contudo não constam informações sobre o genitor. O padrasto de 40 anos é auxiliar de produção. A adolescente tem oito irmãos sendo 5 meninas e 2 meninos de 13, 9,8, 22, 20, 19 e 14 anos respectivamente. Os genitores apresentam histórico de abuso de álcool e drogas e a participante histórico de agressividade no Abrigo.
8	F	14 anos	Abandono; mãe cumprindo pena privativa de liberdade	2 anos e 1 mês	Não	Não	A participante já viveu em situação de rua com a família. A mãe é falecida e as informações sobre a condição do pai são inconclusivas, não se sabe se é morador de rua ou está encarcerado. Os dois irmãos mais velhos de 26 e 28 anos cumpriram pena privativa de liberdade e o irmão mais novo de 14 anos reside no Abrigo e também participou do estudo.

Participante	Sexo	Idade	Motivo do acolhimento	Tempo de acolhimento	Acolhimentos anteriores	Evasão do abrigo	Dados familiares
9	F	14 anos	Abusos físicos e psicológicos	7 meses	Sim	Sim	O genitor da participante é falecido e não constam informações sobre a genitora. A participante possui uma irmã de 8 anos e foi adotada pelo tio avô que passou a abusar sexualmente da adolescente quando a tia avó faleceu. A primeira institucionalização da participante foi em seus primeiros anos de vida.
10	F	13 anos	Abandono; abusos físicos e psicológicos.	1 ano	Sim	Não	Não constam informações sobre os genitores da adolescente, apenas de sua ex-família adotiva. A participante e seu irmão de 15 anos que também reside no Abrigo foram adotados pela assistente comercial de 38 e o vendedor de 40 anos. Após 4 anos com a família adotiva os adolescentes foram institucionalizados novamente. Os dados são inconclusivos no que se refere ao segundo abrigamento (não se sabe se os adolescentes não se adaptaram ao lar ou se este foi de fato insuficiente). A participante apresenta diagnóstico de TDAH e transtorno opositor desafiante e atualmente foi transferida para a Casa-lar da mesma instituição.
11	F	16 anos	-	-	-	-	A adolescente foi abrigada juntamente com seu bebê recém nascido, mas foi reintegrada na família (casa da mãe). Devido a saída da adolescente do Abrigo seu prontuário estava inativo na ocasião da análise dos prontuários, o que impediu a coleta de seus dados.
12	M	12 anos	Negligência; Abusos físicos e psicológicos	7 meses	Não	Não	A mãe do adolescente tem 42 anos, atualmente está desempregada e faz uso abusivo de álcool e os dados sobre a condição do pai são inconclusivos, não se sabe se é falecido ou não. Possui três irmãs e um irmão sendo uma garota de 13 anos e um menino de 11 anos (não constam informação sobre os demais).
13	M	17 anos	Negligência; responsável cumprindo pena privativa de liberdade	7 anos	Não	Não	A genitora do adolescente tem 53 anos e é auxiliar geral, no entanto, não existe registro da paternidade do participante. Possui 5 irmãos. O irmão mais velho foi preso por homicídio, a irmã de 19 anos já foi acolhida no Abrigo e atualmente o participante tem um irmão de 11 anos abrigado na Casa dos Meninos. O garoto é inscrito no programa Jovem Aprendiz. Embora a mãe tenha cumprido a pena privativa de liberdade atualmente não deseja se reaproximar do filho.
14	M	15 anos	Abandono pelos pais ou responsáveis e responsável cumprindo pena privativa de liberdade	2 anos e 2 meses	Não	Sim	A mãe do adolescente é falecida e os dados são inconclusivos sobre a situação do pai, se cumpre pena privativa de liberdade ou é morador de rua. Os dois irmãos mais velhos do participante de 26 e 28 anos já foram encarcerados e a irmã mais nova é acolhida no Abrigo e também participou do estudo. O adolescente já viveu em situação de rua com a família e possui histórico de roubo, destrutividade e evasões do Abrigo.

